



I.S.E.G.
HB 117 Biblioteca 1988
S.A2.R53 46646

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA

Contributo para
a Teoria Económica
do Sistema Colonial

(a partir das relações Portugal-Angola)

Elivan Gonçalves Rosas Ribeiro

Dissertação a apresentar no Instituto Superior de Economia
com vista a obtenção de Doutor em Economia, sob a orientação
do Prof. Doutor Armando de Castro da Faculdade de Economia
da Universidade do Porto

Setembro de 1988

À Tatiana, Nelson e Leonardo

NOTA PRÉVIA

Qualquer trabalho de criação intelectual é simultaneamente um trabalho de solidão e de solidariedade. No caso de uma dissertação para doutoramento, ao investigador, se por um lado se lhe exige um processo solitário de criação e de escrita, por outro, ele fá-lo a partir dos trabalhos, das opiniões e mesmo das sugestões de outrém, onde vai colher ideias, aprofundando-as, contestando-as ou simplesmente citando-as. Este tipo de trabalho, como qualquer outro que exija criação, não é fácil. De um modo geral, durante o tempo em que ele se desenvolve, o investigador enfrenta fases de maior ou menor dificuldade, conhecendo momentos de alta produtividade que se combinam com outros onde o trabalho parece estagnar. Exarcebando-se o lado solitário da elaboração, pode-se às vezes viver situações de desânimo e de aparente fraqueza. Este tipo de trabalho dá, pois, muita luta!

Na elaboração deste trabalho, sem negar os momentos de solidão, que foram muitos, reconheço que tive o privilégio da solidariedade. Nela pude contar com o apoio ilimitado do meu Director de Tese, Professor Armando Castro, da Faculdade de Economia do Porto, a quem quero fazer público o

meu agradecimento pela sua sempre brilhante intervenção a nível teórico, pedagógico-didático, ou simplesmente prático, sem a qual o meu trabalho seria certamente mais difícil.

Quero agradecer também ao Professor Patrick Maurisson, de Nanterre, com quem dei os primeiros passos desta investigação; ao professor Adelino Torres pelas sugestões, críticas e apoio em todas as fases do trabalho; ao Professor António Mendonça, pelas críticas, pelo apoio, pelo estímulo e desafios lançados, os quais ajudou sempre a enfrentar; ao Dr. Nelson Ribeiro e ao Professor Manuel Farto, que como investigadores, como colegas de equipa ou simplesmente como amigos, me apoiaram activamente em diferentes aspectos do trabalho.

Agradeço também à Dr^a. Tanya Araújo, pela forma eficiente, amiga e carinhosa com que me prestou apoio informático, e à Teresa Rodrigues que com grande paciência e correcção digitou o texto.

Um agradecimento especial vai para os meus filhos, Tatiana, Nelson e Leonardo, a quem dedico este trabalho, pela compreensão que manifestaram em todo percurso da sua prolongada elaboração, como já referi nem sempre fácil para mim e, indirectamente para eles.

Por último, assumindo claramente a total responsabilidade por tudo quanto aqui vai expresso, nomeadamente quanto a erros e incorrecções por

ventura existentes, quero agradecer a todos os amigos que mais distantes ou mais de perto, me incentivaram, me apoiaram, me acarinharam, sobretudo nas fases mais duras do meu itinerário.

Lisboa, Setembro de 1988

Conteúdo

1	Introdução	2
1.1	Objecto de estudo	2
1.2	Importância do objecto	3
1.3	Objectivo do trabalho	4
1.4	Organização da exposição	6
1.5	Observação final	10
2	Algumas considerações sobre a problemática do colonialismo	12
2.1	Relação entre colonialismo e modo de produção capitalista .	16
2.2	Algumas formas de articulação do modo de produção nascente com outros modos de produção	24
2.2.1	Formas de articulação como veículo de dominação económica	31
2.2.2	Aspectos teóricos da expansão como meio de acumulação	36
2.2.3	A acumulação no espaço colonial	41
2.3	Algumas conclusões parciais	46
3	Produção, Crescimento e Repartição do excedente	49
3.1	Produção material e valor	51
3.2	Circulação de Produtos e Valor	52
3.3	Rotação do capital e valor	53
3.3.1	Valorização e rendibilidade do capital	53
3.3.2	Circulação do capital	56
3.4	Taxa média como taxa geral de lucro	59
3.4.1	Crítica do Boehm-Bawerk ao método de Marx	61
3.4.2	A crítica de Hilferding a Böhm-Bawerk	69
3.4.3	Um tratamento matemático novo para a teoria de Marx proposto por Bortkiewicz	70
3.4.4	O contributo de Sraffa	75

3.4.5	A crítica de Morishima e Catephores	88
3.4.6	Interpretação de Rubin: aspectos filosóficos da transformação	106
3.5	Algumas conclusões parciais sobre a questão da transformação	110
4	A rendibilidade do capital	116
4.1	Alguns apontamentos teóricos de uma questão polémica: a lei da queda tendencial da taxa de lucro	119
4.1.1	Considerações sobre a invariância da taxa de exploração	123
4.1.2	A relação entre o excedente, mais-valia e lucro no contexto do capitalismo	124
4.2	A variação do lucro como resultado da variação na procura efectiva	125
4.3	Variação da taxa de lucro associada a fases distintas do modo de produção capitalista	128
4.4	A variação do lucro como consequência da desproporção entre produção e consumo	133
4.5	Variação do lucro como consequência do nível de repartição	136
4.6	Outras formulações para a rendibilidade do capital	138
4.7	Hipóteses teóricas de variação na taxa de lucro na esfera da produção e na da circulação	140
4.8	Algumas conclusões sobre aspectos teóricos da rendibilidade do capital	147
4.9	Sobre o comportamento da taxa de lucro no capitalismo contemporâneo	150
4.9.1	Novos traços do MPC e os possíveis efeitos sobre a variação da taxa de lucro	153
4.9.2	A taxa geral de lucro em presença do monopólio	156
5	O colonialismo como um meio de acumulação: o caso de Angola	166
5.1	Alguns traços gerais de diferentes formas de subordinação do Trabalho ao Capital	172
5.2	Considerações sobre a passagem histórica da escravidão à forma assalariada de exploração em Angola	182
5.2.1	Trabalho forçado e lucro	183

5.2.2	A exploração familiar como meio de reduzir custos na produção colonial	186
5.2.3	Matérias-primas coloniais: tipos, destino formas de exploração e lucros	188
5.3	Os lucros comerciais da exploração colonial de matérias-primas	208
5.4	Os privilégios do monopólio colonial	214
5.5	Importância económica das importações portuguesas com origem em Angola	222
5.5.1	O papel do algodão colonial para a indústria textil portuguesa	236
5.5.2	Colonialismo português: colaboração entre o poder público e o capital	251
5.5.3	O Colonialismo como contratendência à descida da taxa de lucro metropolitano: uma tentativa de quantificação	257

6 Conclusões

"Sei que não sei aquilo que não sei; invejo aqueles que venham a saber mais, mas sei que, tal como eu, terão que medir, pesar, deduzir, e desconfiar das deduções alcançadas, distinguir o que há de falso no verdadeiro e levar em conta a eterna mistura da verdade e da falsidade."

Zenão

(Hipoteticamente nascido em 1510)

(YOURCENAR, Marguerite, (1985) A obra ao negro, Lisboa, Publicações D. Quixote.)

Conteúdo

1	Introdução	2
1.1	Objecto de estudo	2
1.2	Importância do objecto	3
1.3	Objectivo do trabalho	4
1.4	Organização da exposição	6
1.5	Observação final	10

1 Introdução

1.1 Objecto de estudo

O objecto de estudo deste trabalho é o conjunto das formas específicas de apropriação do excedente pre-capitalista no contexto das relações de tipo colonial já sob o sistema capitalista.

Esta escolha deve-se à importância das formas em si e, ainda, ao facto de poderem estar associadas a uma importante questão teórica, a saber, a exploração colonial como contratendência a queda tendencial da taxa de lucro.

Este objecto implica que sejam estudadas algumas questões teóricas relevantes, tais como: a transformação do valor em preço, a lei da queda tendencial da taxa de lucro, as formas de articulação entre o modo de produção capitalista e os modos de produção pre-capitalista, bem como elementos de natureza histórico-descritiva no âmbito das relações particulares estabelecidas entre Portugal e Angola.

1.2 Importância do objecto

A importância do objecto decorre da realidade económica capitalista. Ou seja, do facto de um grande número de países capitalista terem possuído colónias numa determinada fase de desenvolvimento, em particular Portugal, constituindo o tema colonial um assunto ainda não totalmente explorado pela teoria económica.

É ainda um assunto que apresenta nos nossos dias uma importância acrescida pelo facto de persistirem situações de neo-colonialismo e de dependência económica em geral.

A importância teórica está ligada com a formulação da queda tendencial da taxa de lucro como uma lei do capitalismo e da polémica que se tem desenrolado através dos tempos em torno deste questão.

A primeira e a segunda questões teóricas que se definiu no ponto anterior são do domínio do pensamento económico. A terceira, dado a sua amplitude de universo, que extrapola os limites da teoria económica possuindo fronteiras com a antropologia, com a sociologia e mesmo com a política, teve o seu estudo delimitado e constitui apenas um subconjunto, o das *relações económicas coloniais*.

É ligado a esta última questão que surgem os já referidos outros elementos de natureza histórico-descritiva. Estes elementos são tratados de forma sucinta e em seus aspectos considerados mais característicos e relevantes para a concretização do objectivo do trabalho.

1.3 Objectivo do trabalho

O objectivo do trabalho é a *investigação dos efeitos da exploração colonial sobre a rendibilidade do capital metropolitano em geral*. Logo, há a exclusão desses efeitos nos países estrangeiros com capitais aplicados nas colónias, embora se reconheça que há uma interligação entre esses últimos e o próprio capital metropolitano.

Com esta finalidade procurou-se relacionar duas questões teóricas: a questão da transformação com a do movimento da taxa de lucro, procurando-se ainda no que respeita a esta última, estudar as possíveis influências do excedente não capitalista gerado em economias coloniais e apropriado pelo capital sob forma de lucro.

As hipóteses teóricas que constituíram o ponto de partida da investigação foram as seguintes:

1. O capital, à medida da sua acumulação, tende para uma maior composição orgânica, facto que, mantendo-se constante a taxa de exploração provocará a queda da taxa de lucro;
2. Existem formas para conter ou limitar esta tendência estando ligadas ao aumento da taxa de exploração e/ou barateamento do custo de elementos que compõem o capital constante;
3. Um dos modos através dos quais estas contratendências podem ser activadas é a exploração colonial e o comércio a ela associado.

Partindo destas três hipóteses, procurou-se discutir até que ponto e de que formas a economia de uma colónia poderá ter jogado o papel de contratendência à queda da taxa de lucro. Este ponto particular exigiu um conjunto de definições e um enquadramento teórico de variada natureza.

A investigação desenvolveu-se ao longo de duas etapas fundamentais

1. Uma etapa, exclusivamente teórica incluiu:

- (a) definição de categorias tais como modo de produção, colonialismo, acumulação colonial etc.;
- (b) exposição e crítica das polémicas questões ligadas com a identificação do modo de produção dominante em Portugal no início da chamada expansão e no período colonial.

2. Uma outra etapa, incluiu um estudo da economia de Angola colonial nos seguintes aspectos:

- (a) principais produtos produzidos;
- (b) quantidades produzidas;
- (c) relações de produção no interior da colónia;
- (d) destino dos produtos;
- (e) produtos destinados exclusivamente à metrópole;
- (f) monopólio colonial;
- (g) papel do Estado...etc.

1.4 Organização da exposição

A exposição está dividida em cinco pontos. Num primeiro ponto fazem-se algumas considerações teóricas gerais sobre a temática do colonialismo, procurando-se discutir questões relacionadas com a acumulação no espaço colonial, aspectos teóricos da expansão como meio de acumulação e formas de articulação entre o modo de produção capitalista e modos de produção existentes nas economias coloniais como meio e veículo de dominação.

Em relação a estes temas duas dificuldades teóricas apresentaram-se de imediato: uma, ligada com a delimitação temporal da existência ou não do modo de produção capitalista em Portugal, mais precisamente saber, a partir de que época se poderia falar de exploração colonial portuguesa como exploração capitalista; a outra, ligada ao próprio conceito de colonialismo, pouco preciso teoricamente, acarretando entre outras, dificuldades à pesquisa empírica a de limitação temporal do período colonial.

Neste primeiro ponto da exposição procurou-se apresentar uma discussão sobre a época pre-descobrimientos onde apareceram em confronto opiniões sobre as categorias modo de produção, modo de produção feudal, modo de produção capitalista, colonialismo, modos de produção colonial, e as questões relacionadas com os conceitos.

Procurou-se ainda salientar a polémica questão sobre o modo de produção dominante em Portugal na época dos descobrimientos e as dificuldades e complexidade da aplicação do conceito modo de produção no contexto do fenómeno do colonialismo.

Segundo opinião de Godelier, implícito ao modo de produção está a "relação entre duas classes das quais uma domina e explora a outra" ¹ e outro aspecto implícito é "a separação dos produtores das condições de produção" ². Na polémica travada entre o Professor Armando de Castro ³ e o Professor Borges Coelho ⁴, a questão central é precisamente determinar qual a classe dominante em Portugal na época dos descobrimentos. Está ligada, portanto, com o primeiro dos aspectos apresentados do enfoque de Godelier.

Quanto ao segundo aspecto, a passagem da teoria à análise concreta não é menos complexa, pois com o colonialismo português participaram de um lado a classe dos capitalistas e a classe dos senhores feudais e do outro não se pode identificar uma classe, mas sociedades diversas que funcionavam como conjunto de produtores. Estes produtores por sua vez, nem sempre estiveram separados dos seus meios de produção. Comprova-o o facto do trabalho assalariado somente aparecer com regularidade (no caso particular de Angola, pelo menos), na segunda metade do nosso século.

Esta situação de exploração sem a separação completa entre os produtores e meios de produção foi identificada como uma forma de manifestação de uma lei inerente e específica do colonialismo.

Num segundo ponto, que corresponde ao ponto 3 deste trabalho trata-se da produção, do crescimento e da reprodução do excedente em termos teóricos, destacando-se os aspectos mais ligados à óptica da transformação do valor em preço de produção. Procurou-se aqui confrontar as formulações de Marx com formulações neo-marxistas, apologistas ou críticas deste autor.

¹GODELIER(1986),pag.69

²IBD. pag.70

³CASTRO (1981)

⁴COELHO (1984)

Esta questão da transformação no contexto do colonialismo poderia permitir o estudo das formas sob as quais o excedente não capitalista participa na perequação da taxa de lucro. Sendo, no entanto, uma questão polémica optou-se pela exposição das principais opiniões presentes na esfera do pensamento económico, organizadas segundo a óptica da produção e circulação do valor sob o domínio do capital, e pela discussão da formação e existência de uma taxa média de lucro como taxa geral passando em revista algumas críticas aos esquemas de Marx. Admitindo-se que a lei do valor é a base da regulação dos preços chama-se a atenção para o caso particular de uma economia capitalista que mantém o domínio colonial sobre economias não capitalistas.

No quarto ponto aborda-se a questão da queda tendencial da taxa de lucro como suporte teórico para o objectivo central da tese, ou seja, *a discussão do papel da economia colonial no quadro das tendências e contra tendências à queda da taxa de lucro*. Discute-se, em primeiro lugar, a invariância da taxa de exploração, procurando-se estabelecer relações entre a mais valia e lucro no contexto do modo de produção capitalista. A seguir apresentam-se as hipóteses de variação da taxa de lucro, em resultado de:

1. variação da procura efectiva;
2. diferentes fases do modo de produção;
3. desproporção entre produção e consumo;
4. nível de repartição.

Chama-se, em particular, a atenção para os traços específicos do capitalismo monopolista e os seus efeitos na variação da taxa de lucro.

O ponto cinco é todo ele dedicado ao colonialismo como forma de acumulação.

Tendo sido objecto de discussão teórica no ponto dois deste trabalho, a exploração colonial entra aqui numa outra etapa de discussão através do confronto com observações da realidade económica concreta.

Procura-se discutir se a exploração colonial do território angolano evidenciou algum efeito sobre a taxa de lucro do capital metropolitano português.

Para tratar esta questão particular foi necessário delimitar o período temporal a ser pesquisado e foram muitas as vezes em que se teve de redefinir esta parcela do objecto de trabalho, decorrência natural da vastidão do campo económico em que se inserem as relações entre Portugal e esta colónia.

Foram inúmeras as dificuldades que então se apresentaram das quais falaremos de duas a título ilustrativo.

A primeira, ligada à delimitação do espaço temporal, foi a seguinte: uma vez delimitado, consoante um conjunto de critérios, o período colonial, imediatamente verificou-se que ele abrangia a existência de relações coloniais distintas que evidenciavam nexos muito diferenciados entre a economia metropolitana e a colónia. Estes nexos passavam desde a compra e venda de escravos vindos do território colonial até ao investimento directo de capitais naquele mesmo território. Os resultados destes diferentes elos de ligação metrópole/colónia foram essencialmente diferentes e teriam de assim serem tratados e analisados. Em termos práticos isto significou a delimitação de subperíodos, tarefa extremamente difícil.

A segunda dificuldade que apresentamos como exemplo, ligou-se à obtenção de dados estatísticos confiáveis.

Para colmatar a primeira dificuldade procurou-se identificar o aspecto essencial de cada um dos fenómenos históricos particulares que, caracterizaram a exploração colonial, tendo como critério a subordinação do trabalho ao capital. Neste sentido apresentaram-se os traços gerais das diferentes formas dessa subordinação associando-se cada uma delas a um subperíodo desta exploração.

Com este objectivo dedicou-se uma parte deste ponto à discussão das seguintes questões: compra e venda de escravos, a escravidão na produção colonial, o trabalho forçado, o trabalho assalariado, a exploração familiar.

Outra parte dedicou-se ao estudo da especialização da colónia na produção de matérias-primas e aí procurando-se identificar os tipos de produtos, o seu destino, a produção e as formas de produção que lhes eram subjacentes.

Escolheu-se o algodão para exemplo visto ser este o único dos produtos angolanos que era totalmente transferido para Portugal onde era importante matéria prima do sector textil.

O algodão angolano, estudado no âmbito das importações portuguesas, foi confrontado com o algodão de diferentes origens através da comparação do seu valor com o valor médio internacional das unidades importadas. Este estudo permitiu que se tirassem algumas conclusões sobre a importância do algodão para a industria portuguesa no que se refere aos custos de produção derivados desta matéria-prima.

Na última parte que antecede as conclusões procurou-se estudar a influência dos custos do algodão angolano na determinação das taxas de lucro do sector textil e da industria transformadora em geral.

1.5 Observação final

A última parte do trabalho trata das conclusões e pretende fazer uma síntese do fenómeno da exploração colonial em termos dos possíveis papeis que as colónias puderam desempenhar face ao lucro do capital metropolitano.

Conteúdo

2	Algumas considerações sobre a problemática do colonialismo	12
2.1	Relação entre colonialismo e modo de produção capitalista .	16
2.2	Algumas formas de articulação do modo de produção nascente com outros modos de produção	24
2.2.1	Formas de articulação como veículo de dominação económica	31
2.2.2	Aspectos teóricos da expansão como meio de acumulação	36
2.2.3	A acumulação no espaço colonial	41
2.3	Algumas conclusões parciais	46

2 Algumas considerações sobre a problemática do colonialismo

O que distingue o produto do trabalho humano em geral, da mercadoria em particular, é o facto desta última ser destinada à troca. O produto, ao ser trocado com regularidade transforma-se em mercadoria e faz surgir o dinheiro. Com o dinheiro, criam-se as condições para a generalização da compra e venda e para o desenvolvimento do comércio. Com este último, mercadoria e dinheiro transformam-se em capital. A partir desta constatação Marx definiu: "*Capital é dinheiro, capital é mercadoria*"¹ Ao observar o movimento destas duas formas, chamou a atenção para o seguintes: "*O processo vital do capital consiste apenas em mover-se como valor que se expande continuamente*"² Este movimento, que leva à expansão, tem um significado fundamental para a compreensão da essência do capital, ou seja, a de ser relação social como referiu Marx: "*O capital não é uma coisa, mas uma relação social entre as pessoas, efectivada através das coisas*".³

O capital assim definido, como relação social, torna possível compreender a essência do modo de produção capitalista e é definindo o capital como "*valor que se expande*", que se torna compreensível a essência do colonialismo. Ou seja: *a apropriação por parte do capital do excedente gerado sob modos de produção não capitalistas.*

¹MARX (1972 ?) L1 pag.173 e MARX (1976), pag 119 Nota: Todas as vezes que O Capital de Marx for citado, a primeira indicação corresponderá à edição brasileira, sem data, e a segunda, à edição francesa (Editions Sociales).

²IBD. pag.355 e IBD pag.228

³IBD. pag.885 e IBD. pag.560

Bento Carqueja descreveu o sistema colonial como o sistema "que consistia em considerar a colónia como simples possessão da metrópole, cuja defesa a esta cumpria fazer, dar vazão aos produtos da metrópole, ou de um modo geral, da Europa, de que a colónia necessitasse"⁴

Esta descrição é verdadeira, embora não ponha a nú os objectivos essenciais e so resultados daquele sistema em termos económicos.

Marx, sobre os resultados do sistema colonial, escreveu:

*"O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas deste monopólio, de que já falava Lutero, erã poderosas alavancas de concentração de capital. As colónias asseguravam mercado às manufacturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apesadas fora da Europa pela pilhagem, escravidão e massacre, refluíram para a metrópole onde se transformavam em capital"*⁵

É factual. Partindo da Europa, entre os séculos XV e XVI, iniciou-se um processo de colonização através do qual se estabeleceu um mercado mundial; submeteram-se territórios não europeus ao capital nascente europeu; estimulou-se a acumulação primitiva do capital e impulsionou-se a consolidação do modo de produção capitalista num conjunto de países europeus, dentre eles, Portugal:

Como escreveu Marx:

*"Os diferentes meios propulsores de acumulação primitiva repartem-se numa ordem pelo menos cronológica por diferentes países, principalmente, Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra"*⁶

⁴CARQUEJA (1986), pag.621

⁵MARX, L1, pag.871 e MARX (1976), L1, pag.560

⁶IBD. pag. 866 e IBD. pag. 548

Por acumulação primitiva, entende-se a concentração de dinheiro através da circulação de mercadorias, segundo a forma D-M-D, antes mesmo de o modo de produção se ter desenvolvido na esfera de produção. Ou seja, dinheiro que ao ser utilizado na compra de produtos com a finalidade de através de uma venda posterior se transformar em dinheiro acrescido. Este dinheiro transforma o produto em mercadoria e transforma esta última e a ele próprio em capital. Estas transformações operam-se na esfera da circulação, visto que nem o produto nasceu sob forma de mercadoria, nem esta última e o dinheiro nasceram sob a forma de capital. Na fase da acumulação primitiva, produto e dinheiro cedem os seus corpos para suporte material do capital.

Está implícito nas afirmações anteriores que um produtor ao relacionar-se com um objecto de trabalho para produzir um bem, tanto pode fazê-lo para consumo próprio como para trocá-lo. Para a prática regular da segunda hipótese uma condição é determinante: a existência do *excedente*.

Mas esta condição sendo necessária não é suficiente pois existem várias formas de apropriação do excedente. Uma forma: o produtor produz por conta própria num tipo de economia primitiva, familiar ou de subsistência.

O excedente neste caso pode ser apropriado por ele próprio ou pela comunidade a que pertence. Os antropólogos apresentam vários exemplos de apropriação do excedente em comunidades primitivas, tais como, oferta aos deuses, ostentação de riqueza, etc.

Mas este tipo de excedente pode em determinado contexto ser apropriado por elementos que não o produtor, ou mesmo por elementos estranhos ao modo de produção em que foi produzido, sob formas alheias áquele modo de produção, como lucro, renda ou juro.

Sobre o excedente escreveu, também Marx:

*"Se o trabalhador precisa de todo o seu tempo afim de produzir os meios de subsistência necessário para a sua manutenção e de seus dependentes, não lhe restará tempo nenhum a fim de trabalhar gratuitamente para outra pessoa. Se não atingir certo grau de produtividade do trabalho, não sobra tempo ao trabalhador para produzir além da subsistência, sem esse tempo de sobra não haveria capitalista, nem dono de escravos, nem barões feudais, em suma, nenhuma classe de grandes proprietários"*⁷

Refere-se aqui ao excedente gerado pelo operário, pelo servo, pelo escravo, respectivamente apropriados pelo capitalista, pelo senhor feudal e pelo senhor de escravos, ou seja, gerado e apropriado por outrem dentro do mesmo modo de produção.

Considerando-se, entretanto, uma economia aberta, o excedente produzido por uma sociedade, sob domínio de um certo modo de produção, pode ser efectivamente apropriado por uma classe de uma outra sociedade que vive e produz num mesmo tipo ⁸ ou num outro modo de produção.

Foi o que aconteceu historicamente em diversas formas de colonialismo.

⁷MARX L1, pag. 587 e MARX (1976 L1, pag. 363

⁸Entendendo-se por mesmo tipo, a situação de dois países com idênticos modos de produção

2.1 Relação entre colonialismo e modo de produção capitalista

Ao estudar-se a exploração colonial no período que corresponde, na Europa, ao da acumulação primitiva, duas questões prévias surgem: uma, a de saber qual ou quais os modos de produção existentes nos territórios e respectivas sociedades colonizadas; outra, qual o modo de produção dominante na sociedade dos colonizadores.

A resposta a estas questões pode fornecer os elementos materiais para o esclarecimento de uma outra, a saber, qual terá sido o estímulo fundamental prática da dominação colonial nesta época histórica.

De uma maneira geral é um dado adquirido que, fossem quais fossem as fases de desenvolvimento dos povos colonizados, o que moveu o colonizador europeu não foi a dominação em si mas a possibilidade de ampliar a sua riqueza.

Tanto é assim que, durante alguns séculos, o contacto dos portugueses em África e Ásia foi apenas de tipo mercantil, não se tendo caracterizado, completamente, uma relação colonial, como foi o caso das ilhas atlânticas (Cabo verde, São Tomé e Príncipe), e do Brasil.

Foi através da troca que se deu a apropriação de parcela substancial do excedente gerado nestas áreas do globo. Apropriação que tinha por base o facto dos portugueses possuírem um domínio técnico superior ao da generalidade daqueles povos, que se traduzia numa maior produtividade, na utilização de meios de transporte mais desenvolvidos e na disponibilidade de armas mais sofisticadas.

Nestas condições, o percurso da análise das características da dominação portuguesa em África deverá passar por:

1. Identificação do modo de produção dominante em Portugal;
2. Caracterização das várias sociedades africanas que foram dominadas por Portugal;
3. Identificação temporal do fenómeno colonial.

Começar-se-á, assim, por discutir alguns elementos que permitam caracterizar o modo de produção dominante e o modo de produção emergente na formação económica portuguesa no período que inclui o início dos descobrimentos.

Designando-se um modo de produção de dominante ou de emergente, toma-se modo de produção como uma categoria que é a síntese do conjunto formado por determinadas relações de produção tendo por suporte físico um conjunto de forças produtivas num determinado grau de desenvolvimento. Nesta óptica, um modo de produção pode ser identificado de forma simples dentro da grande complexidade de uma formação económica. E, numa formação económica dada podem estar presentes elementos característicos de diferentes modos de produção. Sem ser tarefa fácil, é, no entanto, possível a identificação, dentro do todo social e económico, seja pela frequência com que é encontrado ou pela subordinação dos demais, do modo de produção dominante.

Modo de produção não é, pois, uma coisa ideal. Como afirmou Armando Castro:

*"Quando falamos num modo de produção estamos a definir características teóricamente elaboradas extraídas da realidade sensível"*⁹

Segundo este autor, a formação económica de Portugal até meados do século XV era dominada pelo modo de produção feudal onde a apropriação do excedente económico pela classe dos senhores era basicamente feita através da renda feudal e onde o trabalhador directo tinha a posse parcial dos meios de produção.

⁹CASTRO (1981) pag. 347

Nesta época, como se sabe, a agricultura e a pecuária, eram as principais actividades produtivas. A denominação do modo de produção feudal não excluía, todavia, a existência de elementos de outros modos de produção. É precisamente em relação a estes outros elementos que tem sentido falar-se de dominação. Como salienta Castro:

*"A dominação do modo de produção feudal tem de entender-se em primeiro lugar em relação a laços doutros modos de produção que eram residuais e se desvaneciam, como sucede com os resquícios das formas comunitárias primitivas que tinham existido na península milhares de anos antes e de forma igualmente minoritárias"*¹⁰

Para este autor é de meados do século XV até meados do século XVI que se dá a transição para a *"formação económica moderna"*, como resultado da combinação das relações específicas feudais, com o início da expansão ultramarina e colonial e também de novas relações económicas e financeiras com o estrangeiro. Também por esta época vai desaparecendo a servidão, ao mesmo tempo que, com o progresso das forças produtivas, se intensificam as circulações mercantil e monetária, emergindo daí relações *"protocapitalistas"* embrionárias, no comércio, nos transportes marítimos e em algumas actividades produtivas como a construção naval. Esta abordagem não é aceite de modo pacífico e, citaremos Borges Coelho que tem uma visão diferente:

"No século XVI, muita terra dos concelhos, a terra possuída pelo cavaleiros vilãos, era terra em boa medida livre do gosse da renda feudal"

e mais adiante:

*"Na rampa de lançamento está já a classe capitalista, a classe que assenta no trabalho assalariado, que exige a existência de homens sem terra e sem nada a não ser os braços e que vai acelerar o ritmo de desenvolvimento das forças produtivas"*¹¹

Ambos os autores admitem a ideia do modo de produção emergente mas divergem quanto a dominação ou não do modo de produção feudal, que o precedeu.

¹⁰CASTRO (1981) pag. 347

¹¹COELHO (1984) pag. 31

Enquanto Borges enfatiza o predomínio da classe capitalista nascente, Castro acentua o domínio da economia feudal, não somente sobre as formas comunitárias primitivas mas sobre outros modos de produção. Ele afirma:

"O domínio do modo de produção feudal tem de entender-se em segundo lugar relativamente aos modos de produção historicamente subordinados, como foram a pequena produção mercantil simples e do modo de produção doméstico"

e ainda:

*"Esse incontestado e incontestável predomínio do modo de produção feudal exprime-se finalmente face às relações proto-capitalistas larvares, tanto as mercantis - sem excluir o grande comércio a distância - e financeiras como em relação as actividades protocapitalistas que se desenvolviam nos transportes marítimos e na agricultura dos camponeses mais ricos, empregando mão-de-obra assalariada"*¹²

No quadro do desenvolvimento económico de Portugal considera-se, em qualquer dos casos, a evolução das relações mercantis, que mais tarde levaram à consolidação do modo de produção capitalista neste país, inseparável do fenómeno da colonização. Ou seja: as relações económicas mercantis ao desenvolverem-se resultaram em Portugal, no modo de produção capitalista tornar-se o modo de produção principal e, além fronteiras, na colonização de outros povos.

Compreendemos, desta forma, que o colonialismo português resultou de uma necessidade de acumulação.

Quanto às sociedades africanas mais tarde colonizadas por Portugal, o segundo dos pontos em questão, existem grandes dificuldades em descrevê-las com precisão e rigor em períodos anteriores ao da própria colonização. Dificuldades reconhecidas pelos próprios especialistas daquela realidade.

¹²CASTRO (1981) pags. 348 - 349

A partir de afirmações destes últimos procurar-se-á destacar aqui traços mais relevantes para a compreensão dos "nexos" e "articulações" que com aquelas sociedades estabeleceu a economia do colonizador. O ponto de partida será o período dos descobrimentos.

No século XV o nível de desenvolvimento das forças produtivas entre os diferentes povos africanos era diversificado. Esta diversificação era a raiz das diferentes formas e níveis de organização social.

J. Suret-Canale distingue três tipos de organização social destes povos ou destas sociedades:

*"Os povos divididos em classes e constituídos em Estados, as sociedades tribais ou tribal-patriarcais e as tribos que não haviam ultrapassado os marcos mais atrasados do comunismo primitivo"*¹³

Esta divisão muito geral não permite tirar grandes conclusões, fornece no entanto, elementos importantes quanto à diversidade das situações.

Relacionado com o problema do desenvolvimento das forças produtivas, Franz Heimer escreveu:

*"A colonização europeia, ou seja, o estabelecimento e a manutenção da soberania política dos países europeus sobre sociedades não europeias e os mecanismos económicos e culturais concomitantes - não representa senão uma dimensão, entre outras de um processo histórico bem mais complexo, Trata-se do desenvolvimento privilegiado dos países europeus (...) desenvolvimento que, em medida considerável, foi possibilitado por um "intercâmbio desigual", no plano económico entre os países europeus e grande parte das sociedades não europeias"*¹⁴

¹³GORENDER (1978) pag. 134

¹⁴HEIMER (1973) pag. 624

Falar de intercâmbio desigual é reconhecer implicitamente a desigualdade no que respeita ao domínio da técnica e do conhecimento aplicados à produção o que resulta em níveis diferentes de produtividade para os povos da Europa e os dos territórios não europeus. Ou seja, os povos não europeus colonizados tinham, na generalidade, níveis de desenvolvimento das suas forças produtivas inferiores aos europeus.

No fim da época em foco, os europeus ainda não tinham um modo de produção capitalista desenvolvido e daí ser legítimo concluir que também as sociedades colonizadas não conheciam este modo de produção.

Ainda Heimer:

"Não se possuem conhecimentos totalmente seguros sobre a população pré-banta, presumivelmente constituída por protobosquimas. Os indicadores disponíveis apontam para uma cobertura demográfica intermitente, por sociedades pequenas, pouco diferenciadas e em baixo nível tecnológico. Num momento, seguramente vários séculos, anterior à chegada dos europeus, mas que é ainda impossível determinar com exactidão desejável, os antepassados das actuais populações bantas estabeleceram-se no território angolano de hoje, no decurso de uma penetração lenta. Como resultado de um processo de diferenciação e consolidação, formou-se no Norte a sociedade Kongo, chegando a constituir uma unidade política e um "sistema eco-cultural" de apreciável extensão, complexidade e maturidade (capacidade de auto regulação), - sem, no entanto alcançar o nível de certas sociedades políticas que, naquela época (século XV), já existiam noutras partes de África. Ao Sul, do "Reino do Kongo", encontravam-se sociedades mais pequenas e menos desenvolvidas, mas já em vias de articularem em unidades maiores e mais diversificadas - as formadas pela etnia Mbundu.

Enquanto assim, os povos bantos do Norte, já tinham formado sociedades geograficamente estáveis,¹⁵ embora em graus distintos de consolidação, a penetração do Leste não levou, até o século XV, à formação de unidades sociais maiores no solo da presente Angola.

Durante todo esta época, continua fraca e intermitente a cobertura demográfica ao Sul (e Oeste), do Cuanza e no espaço que presentemente corresponde ao "universo agro-pastoril"¹⁶

Esta breve descrição permite que se afirme ser o modo de produção capitalista totalmente desconhecido destes povos.

Quanto à delimitação temporal do fenómeno colonialismo, o terceiro aspecto em análise, toma-se como pressuposto a afirmação de Carqueja:

"A colonização portuguesa, encarada sob o ponto de vista económico, data a bem dizer, da época dos descobrimentos"¹⁷

Ao aceitar-se o termo - "colonização portuguesa" - para expressar um fenómeno existente em tão largo período de tempo, deve-se considerar algumas restrições. Ou seja:

1. Consoante as épocas, a colonização teve características diferentes;
2. As formas de apropriação da riqueza gerada por outros povos fora do território português, foram várias;
3. Nem todo o contacto externo, com povos em estágios mais atrasados de desenvolvimento das forças produtivas transforma, de imediato, os territórios habitados por estes últimos em colónias;
4. Uma relação de predomínio no terreno restrito das trocas ainda não se caracteriza como relação colonial.

¹⁵ Este facto permite que se identifique nestas sociedades um nível de produção superior ao da simples recolha embora nada se possa inferir sobre a existência do excedente

¹⁶ HEIMER (1973) pag. 627

¹⁷ CARQUEJA (1926) pag. 610

Há que considerar, portanto, que a colonização portuguesa, no sentido lato, estende-se temporalmente desde os descobrimentos até ao nosso século, mais precisamente, até o momento da independência das últimas colónias africanas; e no sentido mais estrito, ao período em que os territórios coloniais estiveram ocupados e governados pelos portugueses.

Aos descobrimentos seguiu-se a expansão ultramarina. Na expansão ultramarina parece existir uma certa regularidade: sempre que os povos contactados pelos portugueses já produziam o excedente com regularidade e praticavam a troca com desenvoltura, não se dava a ocupação do território senão alguns séculos depois do contacto inicial. Diferentemente acontecia com os territórios ocupados por povos mais primitivos onde a única forma de extraír vantagens económicas era através da ocupação territorial.

No primeiro caso situam-se os territórios de África e da Ásia e, no segundo, o Brasil e as ilhas atlânticas.

2.2 Algumas formas de articulação do modo de produção nascente com outros modos de produção

Nem toda a expansão significou ocupação efectiva. A expansão é aqui identificada como um meio de acumulação de riqueza pelas classes dominantes economicamente em Portugal, através da dominação de outras sociedades não europeias com as quais estabeleceram um conjunto de relações específicas.

Uma destas relações foi a troca. Esta foi, a partir do momento que se tornou uma prática mundial, um dos elementos que impulsionaram o novo modo de produção nascente na Europa.

Como afirma Marx:

*"A circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio forma desenvolvida da circulação de mercadorias. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital"*¹⁸

Com o objectivo de assegurar mercados, os países europeus estabeleceram o monopólio do comércio em determinadas áreas do mundo através da dominação de outros povos.

Desta forma, tem lógica a afirmação de que o desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa e o sistema colonial, que nesta época é embrionário, tiveram o mesmo objectivo: a busca de riquezas.

No caso de Portugal, duas questões colocam-se previamente à verificação desta verdade geral.

¹⁸MARX, L1, pag. 165 e MARX (1976) L1, pag. 115

Primeira: Porque razão Portugal, sendo até meados do século XVI uma formação económica com uma ampla influência das relações feudais, foi pioneiro da expansão ultramarina?

Segunda: Porque razão Portugal apesar do seu pioneirismo, atrasou-se face a outros países europeus na sua industrialização?

São muitos os que explicam estes dois factos através de condicionalismos geográficos e sociais. Quer dizer: a localização geográfica de Portugal muito teria contribuído para este pioneirismo, o mesmo podendo-se dizer do facto de não existirem em Portugal questões internas graves, além da presença de um poder absoluto forte, nomeadamente no período em que reinou D. João II (1481 - 1495). A monarquia portuguesa é considerada como a primeira monarquia absoluta da Europa.

Mas o aspecto mais importante a salientar é que existia uma burguesia comercial suficientemente forte para poder aliar-se com a nobreza num empreendimento altamente vantajoso para as duas classes em presença, contando com um elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas, considerando a época, que se traduzia, entre outras coisas, na existência de transportes marítimos de grande porte e uma larga experiência de navegação.

Isto no que toca à primeira questão. Quanto à segunda, dois factores essenciais têm que ser levados em conta:

1. Embora o monopólio comercial dos produtos oriundos de África e da Ásia e o próprio tráfico de escravos enriquecesse a burguesia mercantil, dado que o controle dos negócios sempre esteve com a coroa, até certo ponto identificada com a classe senhorial, era possível e provável que o resultado do expansionismo não fosse sempre canalizado para as actividades produtivas mas também fossem utilizados parasitariamente.
2. A parte dos lucros que se destinava ao investimento produtivo talvez não se dirigisse para aqueles sectores de produção que levassem a maiores alterações qualitativas das forças produtivas.

Visto que motor principal destas alterações é a busca de uma maior produtividade que permita fazer frente a competição por maiores lucros e visto que o monopólio ultramarino assegurava altas taxas de lucro, as forças produtivas em Portugal tiveram um desenvolvimento inferior ao das de outros países.

Este facto, no entanto, não permite negar a acumulação primitiva e o desenvolvimento do modo de produção capitalista em Portugal, mas ao contrário, afirmar a sua existência.

E ao afirmar a sua existência, necessário é destacar duas particularidades desta acumulação:

1. Ela tem por objectivo o comércio externo e, daí, toda a sua dependência face ao exterior;
2. Ela desenvolve-se, em parte, subordinadamente aos interesses feudais, daí decorrendo uma das dificuldades em se proporcionar com o vigor idêntico ao de outros capitais em outros países europeus.

Esta é uma questão polémica. Existem autores que consideram o sistema colonial como *"principal alavanca na gestação do capitalismo moderno"*¹⁹ outros como *"elemento decisivo na criação dos pre-requisitos do capitalismo industrial"*²⁰ e ainda os que afirmam que a acumulação primitiva pela via do colonialismo não ocorreu em todos os países europeus. É o caso do Gorender, que escreveu:

*"Nos países ibéricos, a exploração não favoreceu mas obstaculizou o desenvolvimento do modo de produção capitalista"*²¹

A acumulação levada a efeito em países como a Inglaterra pode ser apresentada como testemunho das duas primeiras ideias apresentadas.

O exemplo de Portugal pode em parte ilustrar a afirmação de Gorender. Mas apenas em parte.

Este autor afirma também que o modo de produção capitalista não se desenvolveu em Portugal *"por nenhuma das vias possíveis"* durante alguns séculos e aponta alguns entraves a este desenvolvimento:

¹⁹NOVAIS (1974) pags. 11 - 12

²⁰GOENDER (1978) pag. 121

²¹IBD. pag. 122

*"Durante mais de dois séculos, a orientação política do Estado português caracterizou-se pela repressão da burguesia mercantil, confundida com os chamados cristãos novos ou cripto judeus, e pela defesa obscurantista das posições da classe da nobreza e do clero feudais. Dessa maneira, bloqueou-se na sociedade portuguesa uma das vias possíveis de desenvolvimento capitalista, embora não revolucionária e conservadora, como assinalou Marx, e que consistiria na introdução dos capitais acumulados pela burguesia mercantil no processo interno de reprodução. Mais ainda, está claro, ficou afastada a outra via, autenticamente revolucionária, da formação endógena da burguesia industrial a partir dos mestres artesãos"*²²

Considerar a inquisição um obstáculo à industrialização parece razoável, enquanto admitir que tenha sido um bloqueio parece absurdo.

É facto que grande parte do capital mercantil português materializava-se em produtos não industriais e concentrava-se sobretudo sob a forma monetária. Ou seja, o capital assumia a forma de mercadoria ou a forma dinheiro, não assumindo em grande parte a forma produtiva, visto que a produção estava em grande medida subordinada ao modo de produção feudal. Estava sob o domínio do capital comercial.

Recorrendo a Marx:

*"o capital comercial nada mais é do que a forma que se converte parte desse capital de circulação que está constantemente no mercado, em via de metamorfosear-se e se situa sempre na esfera da circulação"*²³

Mesmo admitindo-se a hipótese de que não havia sequer uma indústria em Portugal, no período histórico a que nos referimos, seria um erro pensar em inexistência de capital, pois que a mercadoria e o dinheiro, neste caso, eram formas de capital.

²² GORENDER (1978) pags. 120 - 121

²³ MARX, L3 pag. 311 e MARX (1976) L3, pag. 261

Do ponto de vista teórico, se o intercâmbio de mercadorias é feito por intermédio do dinheiro e a forma de circulação que assume é

$$D - M - D'$$

trata-se de uma troca de valores.

Por outro lado se

$$D < D'$$

está configurado um excedente sob a forma de dinheiro que pode ter origem no trabalho assalariado (mais-valia), ou noutro tipo de relação de produção. Em qualquer dos casos está-se diante de uma forma específica do produto do trabalho humano, a mercadoria, forma dominante no modo de produção capitalista.

A mercadoria foi o primeiro elemento articulador da economia europeia, através de Portugal, com as sociedades africanas. Para este efeito o estágio avançado dos meios de navegação portugueses, foi factor essencial para o seu transporte.

Diz Armando Castro:

*"A navegação marítima dominou sucessivamente as distâncias geográficas ao vencer os obstáculos às viagens a mar aberto, através do progresso tecnológico, desde a idade Média em diante, e pelos desenvolvimentos da tecnologia da construção naval aproveitando as correntes marítimas e os ventos"*²⁴

Qual o modo de produção que presidiu a produção das embarcações?

Qual a forma de remunerações do pessoal de bordo?

As formas que revestem a construção naval o século XVI, a anterior portanto aos descobrimentos é descrita por Borges Coelho da seguinte maneira:

*"Os armadores fornecem a matéria prima, ferro, cordame. São eles ainda quem compram a força de trabalho de calafates, carpinteiros e outros trabalhadores da construção naval"*²⁵

²⁴CASTRO (1981) pag. 215

²⁵COELHO (1984) pag. 102

Os trabalhadores eram assalariados. E quem eram os proprietários dos meios de produção? É ainda o mesmo autor quem escreve:

*"A burguesia e o rei. Logo, os armadores eram simultaneamente proprietários dos meios de produção e compradores da força de trabalho, ou seja, a construção naval começava a processar-se em formas de tipo capitalista"*²⁶

Não era apenas no sector da construção naval que se desenvolvia o novo modo de produção, Era também introduzido este novo modo de produção nas actividades que se situavam em torno dos transportes e do comércio marítimo. Citando o mesmo autor:

"A burguesia lisboeta proletarizava numerosos artesãos e trabalhadores designadamente, como vimos, na construção naval.

*Também os marinheiros da navegação atlântica trabalhavam por soldada (...). Por outro lado, o aumento da frota portuguesa acarretava a consequente necessidade de mais marinheiros de despedaçar a organização comunitária e transformar estes em assalariados"*²⁷

E não é apenas neste sector que se encontram as relações capitalistas. Segundo Borges Coelho:

*"É pelas mãos da burguesia que ocorre o principal da vida económica, as mercadorias criadas pelo labor dos camponeses, artesãos e trabalhadores. Estes criam riqueza e alicerçarão com o sangue e as vidas o triunfo da revolução burguesa, mas a chave dos mercados estrangeiros e nacionais está nas mãos dos mercadores. Nas suas mãos ainda os tesouros que acumulam o trabalho suplementar e a mais-valia, tesouros que movimentam grande parte da vida social. Nas suas mãos finalmente, boa parte das armas das milicias senhoriais e da própria guarnição de Lisboa"*²⁸

²⁶IBD. pags. 102 - 103

²⁷COELHO (1984) pag. 108

²⁸IBD, pag. 111

Foi este o quadro que antecedeu os descobrimentos e o início da expansão que mais tarde originou um império colonial.

Constatando a existência destes sectores capitalistas de produção não significa o reconhecimento de que eles sejam os detentores do poder político. O poder ainda aí pertencia, em parte pelo menos, aos senhores feudais através da monarquia. Mas, a ideia de que em Portugal não se processou a acumulação primitiva e não se desenvolveu então o modo de produção capitalista, tem que ser posta de parte.

Deste conjunto de opiniões pode-se extrair algumas conclusões:

1. O facto de grande parte do comércio ter como base produtos oriundos de modos de produção não capitalista, por si só, não exclui e existência do capital, nem que seja apenas o capital comercial;
2. A acumulação primitiva, que antecede o modo de produção capitalista, dá-se pela concentração do excedente produzido sob vários modos de produção;
3. A acumulação primitiva em Portugal foi canalizada em parte para a produção de bens da capital, meios de produção, como é o caso da construção naval e em parte para a agricultura;
4. Mesmo admitindo-se ausência de industrialização em Portugal, dado que de facto existiu o capital e o trabalho assalariado, pode-se afirmar que existiu o modo de produção capitalista;
5. A dominância do modo de produção feudal, sob a forma de apropriação de renda feudal extraída de actividades não feudais, ou sob forma tipicamente feudal em substancial parcela da esfera produtiva, não exclui o desenvolvimento do modo de produção capitalista em Portugal no período em questão.

2.2.1 Formas de articulação como veículo de dominação económica

Durante alguns séculos uma significativa área do globo esteve sob o domínio português. Este domínio que se estabeleceu de diferentes maneiras teve no intercâmbio das mercadorias uma das principais.

A título ilustrativo veja-se, em anexo, o Regimento dado por El-Rei D. Manuel a Manuel Pacheco e Baltazar de Castro, que virão a descobrir o Reino de Angola, de 16 de Fevereiro de 1520.

Este documento evidencia a intenção de apropriação das riquezas existentes no longínquo continente africano e aponta o comércio como um meio para a concretização deste objectivo.

Foi ainda no século XVI que se foram estabelecendo contactos com povos africanos através do reconhecimento do território daquela parte do mundo.

Nos meados deste mesmo século foi fundada a cidade de Luanda. Mas somente a partir do século XVII, depois de derrotados os holandeses, Luanda e também nesta altura Benguela, foram centros de comércio com grande relevância.

É provável que nesta época alguns grupos populacionais que habitavam estas regiões ainda não conhecessem o excedente regular, no entanto alguns povos já se encontravam em estágio bem avançado de desenvolvimento. Era o que ocorria, por exemplo, com a população do "*Reino do Congo*" com quem os portugueses estabeleceram inicialmente uma relação de igual para igual segundo o dizer de Heimer.

Mas o comércio de produtos não foi a única forma material desta dominação. Ela também existiu através da transformação do homem africano em mercadoria. Ou seja, da comercialização de escravos.

Esta forma teve grande importância do ponto de vista económico e foi um dos elementos materiais da acumulação da capitais.

A escravidão sendo já conhecida e praticada por alguns povos africanos, tinha um carácter patriarcal e não contribuía em nada para a acumulação contrariamente à escravidão introduzida pelos europeus.

Referindo-se a esta época escreveu Gorender:

"A África surgiu como um imenso viveiro de força de trabalho (...). A princípio os próprios portugueses assaltavam aldeias inermes e realizavam capturas. Todavia, não demoraram a deixar semelhante tarefa aos africanos que se entregaram à caça ao homem numa escala nunca vista. Capturar prisioneiros para o tráfico tornou-se actividade prioritária de tribos primitivas de remotas regiões interioranas e de sólidos Estados litorâneos, como Daomé, nascido do tráfico no século XVII e fundado no monopólio real do comércio de escravos.

*Os prisioneiros eram trocados por panos, ferragens, trigo, sal, cavalos e, sobretudo, por armas de fogo e munições. A estes produtos de origem europeia juntaram-se, com grande aceitação, os procedentes da América: tabaco, aguardente, açúcar, doces e búbios, este último utilizado como moeda pelos africanos. A difusão das armas de fogo tornou a sua posse questão de sobrevivência e obrigou uma tribo após outra a tentar obtê-las por meio da captura de outras tribos"*³¹

Esta forma de articulação do capital mercantil com sociedades africanas teve um conteúdo novo embora fosse uma prática antiga. Adelino Torres sintetiza este tipo de dominação ao afirmar:

*"Numa palavra, a escravatura africana existia, é certo, mas nunca à mesma escala nem pelos mesmos motivos da escravatura dos colonizadores. Foi o colonialismo que deu ao escravo a sua expressão "moeda-mercadoria" destinada a tornar-se o motor principal do mecanismo económico, ou seja, em verdadeira forma de produção esclavagista"*³²

³¹GORENDER (1978) pag. 135

³²GUIMARÃES (1981) pag. 245

O trabalho escravo também esteve presente na sociedade portuguesa medieval, embora de forma efêmera. Os serracenos na fase da reconquista cristã, eram aprisionados e transformados em escravos mas, como o trabalho escravo não era adaptável ao modo feudal de produção, os escravos acabaram por serem transformados em servos.

Era uma situação completamente diversa da escravidão colonial. Sobre esta última escreveu Gorender:

*"Outra foi a situação criada, desde meados do século XV, com o afluxo crescente de escravos negros trazidos pelos navegadores que desciam pela costa ocidental africana. Os portugueses tornaram-se pioneiros de novo tipo de tráfico na história moderna, momentaneamente com uma tríplice destinação. Em primeiro lugar, a coroa e os traficantes concessionários obtiveram uma fonte de grandes lucros na venda de negros à Espanha, à Itália e aos donos das plantagens produtoras de açúcar nas ilhas mediterrâneas. Em segundo lugar, os portugueses desenvolveram suas próprias plantagens escravistas nas ilhas da Madeira e São Tomé, bem como, em menor grau, nos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde (...) E, por fim, o trabalho escravo introduziu-se no próprio território metropolitano de Portugal"*³³

Produção esclavagista e produção de Mercadoria-Escravo foram, até começo do século XIX, duas formas fundamentais de acumulação. Tanto no caso de comércio de mercadorias produtos como no caso de mercadoria escravo evidenciou-se o domínio formal do capital.

Sabe-se que na maior parte das vezes o tráfico era precedido de uma troca. Esta troca tinha um carácter particular para cada um dos elementos que entravam em relação, isto é, o europeu e o africano.

³³GORENDER (1978) pags. 124 - 125

Para Gorender, para o africano a troca tinha o seguinte significado:

*"Nas formações africanas de então, mesmo nas mais desenvolvidas, inexistia qualquer processo acumulativo de tipo capitalista, mesmo restringindo a esfera da circulação (...). Quando vendiam prisioneiros aos traficantes, os africanos não pensavam senão na obtenção de produtos exóticos pelos quais tinham grande estima e que serviam directamente para consumo individual ou ao entesouramento (...). O custo do escravo era igual a zero para o africano que o capturava e dele se servia no escambo com os traficantes"*³⁴

O lucro comercial nesta transacção era de se supor muito grande para o europeu. Apesar disso, esta actividade entrou em declínio e desapareceu.

A abolição do tráfico correspondeu a uma necessidade da própria acumulação.

Heimer vê o facto desta forma:

*"O motivo último do abandono deste mecanismo foi o facto de os países europeus mais desenvolvidos terem alcançado um estágio em que o recurso a economia esclavagista - por eles próprios ou por outros países europeus - se tornou prejudicial ao modo de produção que tinham adoptado e portanto, à continuação do seu desenvolvimento."*³⁵

Uma outra forma de apropriação do capital comercial europeu em articulação com outras sociedades é a dominação da produção com utilização de trabalho escravo. É, sobretudo depois da abolição do tráfico, a utilização do trabalhador-escravo nas grandes plantações destinadas a produção para o mercado. Na maior parte das vezes, para produção de matérias primas para a indústria capitalista situada em território não colonial.

³⁴IBD. pags. 137 - 138

³⁵HEIMER (1973) pag. 631

Citando Adelino Torres:

*"A exportação de mão-de-obra angolana para São Tomé e Príncipe é um fenómeno antigo como verificámos (...). Ela verificou-se todavia no último quartel do século XIX, sobretudo depois que o Banco Nacional Ultramarino se apoderou de roças nas ilhas e começou a explorá-las. (Cacau e Café) "*³⁶

Neste período, em que o capital na Europa explora o trabalho assalariado, sob a forma comercial ou financeira (bancos), utiliza outra forma de exploração.

Neste quadro, quando um banco capitalista se apodera de meios de produção, antes comunitários como o referido na citação, para a prática de monocultura com base no trabalho escravo, sobressai uma contradição. A saber: por um lado, este capital revoluciona as forças produtivas ao substituir a agricultura de subsistência pela agricultura para atender ao mercado capitalista; por outro, ele é profundamente retrógrado ao conservar e desenvolver relações de produção antigas, através das quais separa os produtores dos meios de produção naturais com os quais antes contavam, violentamente, com a escravidão.

³⁶GUIMARÃES (1981) pag. 245

2.2.2 Aspectos teóricos da expansão como meio de acumulação

De uma forma teórica, três situações distintas na articulação da economia europeia, organizada de forma superior, com as sociedades africanas, podem ser destacadas. São elas:

Situação I - Transformação do produto em mercadoria.

O mercador europeu troca a mercadoria M_1 por excedente de produto africano, que designaremos por M_2 .

Se a troca for natural, não monetarizada, ela baseia-se nos diferentes valores de uso dos produtos e ao realizar-se $M_1 - M_2$, não se visualiza qualquer situação de ganho ou de perda. Mas num momento seguinte podem-se verificar diferenças no que era aparentemente igual. Ou seja, M_1 , mercadoria adquirida pelo africano é utilizada para a venda num outro mercado.

Se M_2 é vendida opera-se uma metamorfose. A mercadoria é transformada em dinheiro para o mercador:

$$M_2 - D$$

É fácil imaginar que por trás da mercadoria M_1 levada para a África pelo mercador, existiu anteriormente uma troca, visto que o mercador não era também produtor. Isto quer dizer que houve um $D - M_1$.

O circuito completo teria sido:

$$D_1 - M_1 - - - M_1 - M_2 - - - M_2 - D_2$$

Se se considerar que M_1 tem um custo para o mercador que inclui o preço de M_1 mais o seu transporte e que além disso, o próprio mercador tem que remunerado, tem-se que

$$- - - M_1 - M_2 - - -$$

encerra em si uma situação de desigualdade embora, como se viu, não se patenteia à primeira vista. Não se tem hipótese e verificar em tempo de trabalho quais das duas mercadorias tem mais valor, mas pode-se saber se no final da operação o dinheiro recebido pelo mercador foi maior ou menor que o dinheiro inicial.

Se $D_2 > D_1$, como não houve geração de valor apenas na esfera comercial, a conclusão a tirar é, neste caso, que o produto gerado num modo de produção não capitalista ao ser transformado em mercadoria passou a assumir um valor cuja origem remonta ao trabalho excedente do seu produtor, embora este valor seja, no caso, determinado pelas condições capitalistas de realização.

Situação II - Transformação do africano em escravo-mercadoria

O mercador europeu troca M_1 por uma mercadoria especial, o escravo E. Tal como no caso anterior, processa-se a troca

$$M_1 - E$$

Quanto ao destino de M_1 será o mesmo da situação I. O escravo por sua vez será vendido num mercado monetarizado, ou seja, verifica-se a troca

$$E - D$$

O princípio é o mesmo.

O circuito que daí deriva é idêntico ao da situação I. Isto é:

$$D_1 - M_1 - - - M_1 - E - - - E - D_2$$

As conclusões a tirar desta situação são idênticas a que se tirou da I excepto no que respeita ao valor.

Na situação II não se configura a apropriação por parte do mercador de um excedente produzido anteriormente mas de um excedente que será produzido pelo trabalho futuro do escravo.

Neste caso, a diferença $D_2 - D_1$, corresponderá a uma partilha do excedente futuro, financiada pelo capital avançado do comprador, ou por capital de empréstimo.

Situação III - A produção de mercadoria

A articulação, nesta situação, não é apenas de tipo mercantil mas é feita também através da esfera da produção. É quando surge o empresário europeu que se apropria dos meios de produção e investe na produção agrícola ou extractiva.

Nesta terceira situação não se exclui a existência das situações descritas anteriormente. Isto quer dizer que as três situações podem coexistir.

Esta terceira situação identifica-se com aquela que Gorender designou como "*modo de produção escravista colonial*", cuja lei básica específica seria a lei da renda monetária. Isto é, lei que rege a transformação do excedente gerado pelo escravo em dinheiro.

A nível da produção, o proprietário do dinheiro, ou alguém em seu nome ou por sua vontade, adquire a propriedade ou a concessão da terra. Não se faz distinção para efeito teórico entre os diferentes tipos de empresários das colónias, ou seja, proprietário, capataz, funcionário de um banco, representante de algum grupo económico, o que interessa é que seja um capital a organizar a produção.

Uma vez dispondo da terra e sabendo da sua potencialidade agrícola ou extractiva, e ainda contando com mercado potencial a nível da economia capitalista mundial, investe na produção. Em Angola, tem-se vários exemplos, como as plantações da café, de sisal ou a extracção de diamantes.

Para trabalhar grandes extensões de terra, com as forças produtivas num nível muito atrasado, necessário era um grande contingente de trabalhadores.

Mas em África não existia o mercado de trabalho. Ali, o homem retirava da natureza, onde durante séculos não houve a propriedade do solo, os produtos para a sua manutenção ou para a troca, o que lhe permitia viver sem se subjugar ao trabalho para outrem, que foge inteiramente à sua tradição.

Neste contexto, como fazê-lo trabalhar nas minas ou nas grandes plantações? A não existência do assalariado era consequência natural das condições em que o homem se relacionava com a natureza.

No caso do Brasil, por exemplo, o índio que não se configurava como força de trabalho apta ao assalariamento, era utilizado em tarefas de pastoreio e ou em tarefas caseiras, mas na monocultura, destinada ao mercado mundial, era substituído pelo escravo africano.

A única via conhecida foi a força. Deste ponto de vista, compreende-se a escravidão colonial como uma necessidade do capital. Nesta terceira situação aparece um novo circuito mercantil:

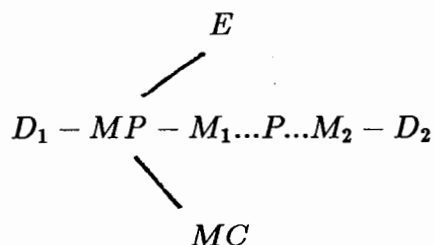
D_1 , dinheiro inicial em mãos do empresário vai ser transformado em meios de produção e força de trabalho. Diferentemente do que acontece no modo de produção capitalista, a compra da força de trabalho tem um carácter particular: o pagamento não é feito ao trabalhador sob forma de dinheiro mas da maneira que a seguir se descreve.

Uma parte do pagamento em dinheiro destina-se ao vendedor do escravo e a outra parte, directamente em bens necessários à subsistência, ao escravo, já que o produtor de mercadorias não produz para o seu próprio consumo.

Os escravos ao trabalharem, tal como os assalariados, produzem mercadorias, que serão vendidas por dinheiro D_2 .

A diferença $D_2 - D_1$ será igual ao valor do excedente produzido pelo escravo e constituirá o lucro do seu dono.

Esquemáticamente tem-se:



Do investimento inicial D_1 fazem parte os meios de produção MP , escravos E , bens de consumo para consumo dos escravos Mc , conjunto que se designou M_1 . P é este mesmo conjunto sob a forma produtiva, M_2 o conjunto das mercadorias produzidas e D_2 a receita das vendas de M_2 .

A diferença $D_2 - D_1$ é assegurada pelo excedente produzido e constitui o lucro do empresário.

Isto implica que o escravo produz valor e que este valor é superior ao seu próprio valor.

Neste quadro o trabalho do escravo pode ser considerado em dois tempos: tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente.

Os limites entre estes dois tempos de trabalho seriam determinados a partir da conjugação das seguintes variáveis:

- preço do escravo P^E
- preço do conjunto das mercadorias que constituem o consumo do escravo PMC^E ;
- preço do conjunto dos meios de produção utilizados pelo escravo PMP^E ;
- preço do conjunto das mercadorias produzidas pelo escravo PM_2^E .

(E significa que se considera apenas um escravo e não a totalidade dos que são utilizados na produção).

O tempo de trabalho excedente (TTE), seria neste contexto dado pela expressão:

$$TTE = \frac{PM_2^E - P^E - PMC^E - PMP^E}{PM_2^E - PMP^E} TTT$$

Com $TTT =$ tempo de trabalho total.

2.2.3 A acumulação no espaço colonial

A partir dos finais do século XIX e início do século XX, novas formas de domínio do capital sobre o trabalho vão-se desenvolver no espaço colonial. Nomeadamente o trabalhador escravo vai sendo substituído pelo trabalhador assalariado. Na transição de uma forma a outra de exploração aparece o trabalho forçado, sobre o qual escreveu Adelino Torres:

"Se no princípio do século XX as necessidades económicas da burguesia do litoral começavam já a justificar o seu pouco entusiasmo com que via partir para São Tomé parte da mão-de-obra que ela iria precisar, existia também uma camada de intermediários comerciais que viviam de compra e venda duma determinada "mercadoria": o trabalhador africano. (...)

A verdade é que na base do sistema económico (de Angola), mesmo no século XX, não se encontra o trabalho assalariado livre, mas formas disfarçadas de escravagismo ³⁷

Há um aspecto importante para o qual se chama a atenção. Numa fase primeira, a acumulação teve como apropriação exclusiva a que era feita pelos capitais estranhos ao território colonial. Depois, a acumulação passou a ser repartida entre estes capitais e outros que nasceram e/ou se desenvolveram dentro das colónias. Este último evento, leva ao surgimento de uma nova classe, habitualmente chamada burguesia colonial.

Do ponto de vista das relações de produção, esta burguesia teve um papel importante pois contribuiu para a própria transformação da relação produção escravagista em assalariada.

³⁷GUIMARÃES (1981) pags. 249, 263

No entanto, a exemplo do que anteriormente ocorreu em outras explorações não africanas (Brasil, Estados Unidos), somente se desenvolveu a forma de trabalho assalariado quando, de facto, a actividade económica adquiriu características incompatíveis com a utilização da mão-de-obra escrava.

Desta forma assistiu-se, com a expansão do capital originariamente acumulado na Europa e mais tarde transferido de diferentes maneiras para as colónias, a transformações nas relações de produção no interior destas últimas, pelo menos no que respeita a Angola, que significaram a substituição do domínio formal do capital pelo domínio real, transformando ao mesmo tempo as economias dispersas numa economia única com características capitalistas. Estas transformações não obsta, todavia, a que se mantenha um relativo atraso temporal do capitalismo da colónia face ao desenvolvimento do modo de produção capitalista a nível europeu.

Recorde-se que de início, era o capital comercial que explorava as formas não capitalistas de produção em África apropriando-se: a) do excedente produzido pelas sociedades dispersas, transformado em mercadoria; b) do próprio homem africano transformando-o em mercadoria-escravo.

Mais tarde com o desenvolvimento do capital industrial europeu, desenvolveu-se a produção escravagista colonial, voltada fundamentalmente para produção de matérias primas para a indústria europeia.

Por último, é na fase do desenvolvimento do capital financeiro que a escravidão vai sendo substituída pelo trabalho assalariado. Isto é permitido pelo facto de que o capital sob forma financeira goza da facilidade de transitar não apenas de um sector para outro mas também para terras distantes de sua origem, sendo para esta transferência, necessárias, pelo menos, duas condições:

- a primeira é que existam naquelas terras as condições materiais para a produção, a saber, matérias-primas e força-de-trabalho;
- a segunda é que sua rendibilidade seja superior à da aplicação na sua origem,

ARTICULAÇÕES DA ECONOMIA PORTUGUESA COM ECONOMIA COLONIAIS

SITUAÇÃO	FORÇAS PRODUTIVAS X RELAÇÕES DE PRODUÇÃO		ELEMENTO ECONOMICO DE LIGAÇÃO	FORMA DE DOMINIO DE CAPITAL SOBRE O TRABALHO	CARACTERISTICAS
	EUROPA	AFRICA			
I OBJ: Lucro Comercial	Feudalismo existe Capital Mercadoria	Diversas Sociedades não capitalistas Escravidão Patriarcal	Mercadoria (Europa) D - M - D' (colonia) M - M'	Transformação do produto em Mercadoria	Possessão do território monopólio comercial feitorias
II OBJ: Lucro Comercial	IDEM	IDEM	Mercadoria -Escravo (Europa) D - M - D' (colonia) M - E	Transformação do homem em Mercadoria -Escravo	IDEM (com alguma resistência)
III OBJ: Matérias Primas	Capital Industrial	Economia suporte à industria europeia	Mercadoria Dinheiro meios de Produção D - M - D (generalizada)	Trabalho sob forma de escravidão ou semi-escravidão	Ocupação do território militarização (com forte resistência)
IV OBJ: (hipoteses) Altas Taxas de Lucro	Capital Financeiro	Dominio real do Capital	Mercadoria Rede Bancaria e bens de Produção	Trabalho Assalariado	Existência de burguesia local litoranea e sertão luta de Independencia

A mercadoria-escravo existiu até a abolição efectiva do tráfico, como forma dominante de articulação de metrópole com as colónias de África.

A particularidade desta dominação do capital nas colónias era o facto de que não era a Força de Trabalho que se configurava como mercadoria mas o próprio homem africano.

A esta forma esteve subjacente um conjunto de relações de produção de diferentes modos de produção, presentes nas formações sociais africanas que se articulavam com a Europa através da troca.

Do lado da oferta desta mercadoria particular, escravo, encontravam-se sociedades africanas com níveis desiguais de desenvolvimento das suas forças produtivas e inferior (na generalidade), ao nível correspondente ao modo de produção capitalista e, com relações de produção que tinham por base a ausência da propriedade dos meios de produção.

Neste quadro, para o africano, a mercadoria força de trabalho era um subproduto das guerras entre tribos e não resultado de uma actividade eminentemente económica.

Do lado da procura encontrava-se o capital comercial, com origem numa formação social em transição, onde existiam profundos traços de modo de produção feudal e onde surgiam relações de produção capitalistas.

A exploração colonial aparece assim como ponte de lucro para o capital comercial, com uma tal dimensão que permite a sua distribuição entre os detentores daquele capital e a aristocracia.

Este capital comercial ao financiar empreendimentos "*protocapitalistas*" impulsiona o desenvolvimento do novo modo de produção emergente; e, ao mesmo tempo, ao pagar elevados impostos à coroa, articula-se com relações de produção feudais, as quais, deste forma eram alimentadas pelo comércio.

Quanto à natureza do tráfico Gorender resume da seguinte maneira:

"O tráfico de africanos apresentava dupla face: do lado dos vendedores africanos, não passava de escambo com vistas a obtenção de valores de uso; do lado dos traficantes europeus, era genuíno comércio, intercâmbio de valores de troca, circulação de mercadorias com objectivo de lucro" ³⁸

Lucro que seria realizado não em mercados africanos, neste época ainda não monetizados.

Mesmo depois de abolido o tráfico, as mercadorias que entravam em África pela mão dos mercadores portugueses tinham apenas um papel coadjuvante no processo de apropriação das riquezas existentes naquele território.

Se bem que um conjunto de mercadorias fossem realizadas no mercado africano colonial, não foi esta durante o império, a principal via de escoamento das riquezas coloniais. Viu-se que mais tarde, a via principal foi a das matérias-primas produzidas nas colónias.

³⁸ GORENDER (1978) p.137

2.3 Algumas conclusões parciais

As transacções do capital comercial com as colónias portuguesas, uma vez abolido o tráfico, voltaram-se sobretudo para o produtos primários que se viram a constituir em matérias-primas em Portugal ou noutros países compradores.

Do ponto de vista das relações sociais estes produtos representavam diferentes papéis. Isto é:

Para o comprador representavam investimento em capital comercial sob a forma de mercadoria.

Para o vendedor representavam dinheiro.

O dinheiro obtido com esta primeira venda de mercadoria (produtos primários), incluía o investimento inicial do seu proprietário e um adicional.

No caso das grandes propriedades, a este adicional Gorender deu o nome de renda monetária. Na realidade trata-se de lucro do capital pois embora decorrendo da propriedade da terra e de relações de produção escravagistas, tem também origem num capital inicial transferido da esfera comercial ou bancária.

O que é essencialmente diferente nesta modalidade de lucro é que ele se baseia no trabalho escravo e não assalariado.

Em todo o tempo que existiu este tipo de exploração do trabalho escravo, o capital exerceu sobre a produção, um domínio real, embora de uma forma especificamente colonial.

Este tipo de exploração, por sua vez, permitiu a transformação das matérias-primas ali produzidas em parcela do capital produtivo industrial, a preços que asseguravam o lucro do proprietário, o lucro do comerciante e condições vantajosas para o industrial como se apresentará num outro ponto.

Apesar de toda a vantagem que apresentava a mão-de-obra escrava, o desenvolvimento das forças produtivas, subjacentes a exploração escravagista, aliado à necessidade do capital industrial europeu alargar o seu mercado consumidor às zonas coloniais, fará com que a escravidão se torne obsoleta.

É quando o trabalho assalariado vai sendo introduzido nas explorações coloniais.

Na terceira forma de articulação apresentada é onde sobressai a ligação formal entre produção colonial e acumulação capitalista. Ou seja:

Nesta forma é visível como o valor dos produtos coloniais, sob a forma de matérias-primas, transformavam-se em capital produtivo, constituindo, simultaneamente, parcela do custo capitalista.

A nível da influência do valor das matérias-primas no valor do produto final, "*caeteris paribus*", quanto maior for o valor das primeiras maior será o valor do segundo.

Enquanto custo, nas mesmas condições, quanto maior for o preço das matérias-primas menor será o lucro do capital de que elas fazem parte.

Custo e lucro, como categorias concretas e relacionadas com a esfera dos preços, pertencem a uma instância do valor e, a passagem de uma para a outra das instâncias, questão polémica, será apresentada a seguir.

Conteúdo

3	Produção, Crescimento e Repartição do excedente	49
3.1	Produção material e valor	51
3.2	Circulação de Produtos e Valor	52
3.3	Rotação do capital e valor	53
3.3.1	Valorização e rendibilidade do capital	53
3.3.2	Circulação do capital	56
3.4	Taxa média como taxa geral de lucro	59
3.4.1	Crítica do Boehm-Bawerk ao método de Marx	61
3.4.2	A crítica de Hilferding a Böhm-Bawerk	69
3.4.3	Um tratamento matemático novo para a teoria de Marx proposto por Bortkiewicz	70
3.4.4	O contributo de Sraffa	75
3.4.5	A crítica de Morishima e Catephores	88
3.4.6	Interpretação de Rubin: aspectos filosóficos da trans- formação	105
3.5	Algumas conclusões parciais sobre a questão da transformação	109

3 Produção, Crescimento e Repartição do excedente

No quadro da teoria do valor-trabalho o valor das mercadorias contém as seguintes parcelas:

c - capital constante transferido das máquinas, equipamentos, matérias-primas, etc.;

v - capital variável, que corresponde ao valor da força de trabalho, expresso em salários;

m - subconjunto do valor criado, sem correspondência no custo capitalista de produção e que se designa por mais-valia

Em termos de valor, portanto, a mercadoria é:

Valor

$$M = c + v + m$$

Este valor *M* corresponde ao custo social para a produção da mercadoria diferente do custo da mercadoria para o capitalista, o qual corresponde apenas o valor *c + v*.

A diferença quantitativa é visível embora a sua causa não seja de todo evidente.

Se se analisar, no entanto, a origem das diferentes parcelas do valor da mercadoria desvenda-se o conteúdo dos dois diferentes custos referidos. Ou seja, *c + v*, custo do capitalista, nada tem a ver com a valorização do capital, uma vez que *c* reaparecerá na mercadoria apenas como valor transferido das matérias-primas, máquinas, etc., em suma, como valor transferido dos meios de produção. O *v* que corresponde ao valor da força de trabalho não é objecto de transferência já que, por ser substituído na produção pelo próprio trabalho vivo, tem a particularidade de ser o único elemento que gera valor novo, este novo valor é necessariamente de grandeza superior ao salário, forma que assume o capital variável. Daí, poder-se afirmar que nestas parcelas do valor, além das semelhanças, que decorrem de ambas serem também parcelas do valor *M* que irão repor o valor capital adiantado,

existem diferenças.

As diferenças evidenciam-se ao se comparar:

$$c + v + m$$

com

$$c + v$$

A primeira expressão é sem dúvida de grandeza superior à da segunda. A segunda, custo de M para o capitalista, abrange o valor do capital efectivamente consumido na produção de, enquanto no custo real vai aparecer uma outra parcela do valor, m . Esta nova parcela é uma consequência do facto do trabalho ser capaz de gerar um valor superior ao valor da própria força de trabalho. Este valor m corresponde ao trabalho suplementar e é a mais-valia. De forma simples, *"a mais-valia é antes de mais nada, um excedente do valor de mercadoria, sobreposto ao custo dela"*.¹

¹MARX (?), pag.36-37 e MARX (1976) pag.51

3.1 Produção material e valor

Uma vez encerrada a produção da mercadoria M ela contém em si um valor superior ao seu custo de produção sob a forma material de um valor-de-uso.

Para que o capitalista possa continuar o processo de produção é necessário que este valor mercadoria assuma uma nova forma de valor. Esta nova forma será o dinheiro, e a transmutação da forma natural para a forma dinheiro dar-se-á na esfera da circulação.

A forma sob a qual o capital circula é:

$$D - M - D'$$

dinheiro – mercadoria – dinheiro

3.2 Circulação de Produtos e Valor

Nesta forma específica de circulação o capitalista lança um determinado valor D , para mais adiante retirar um dinheiro superior ao lançado D' . A diferença positiva $D' - D$ é o sentido do capital, a sua razão de ser.

Como se viu anteriormente, o valor $M = c + v + m$ é superior ao custo de produção capitalista $c + v$. Se o capitalista vendesse a mercadoria M por um preço inferior ao custo de produção ele não poderia efectivar a reprodução de M , sendo por esta razão que o custo de produção é o limite inferior do preço de mercadoria, em condições normais. Não há, no entanto, um limite superior para o mesmo. Daí que se possa afirmar que, mesmo em condições normais de concorrência, o capitalista tem hipóteses de vender a sua mercadoria por um valor acima, abaixo ou igual ao valor nela incorporado.

Se a mercadoria for vendida por um preço idêntico ao valor, o produtor reaverá o valor adiantado para a produzir e mais um adicional: se vender por um preço abaixo do seu valor e acima do seu custo, significa que o comprador estará a apropriar-se de uma parte do excedente gerado na produção da mercadoria sob a forma natural; se vender acima do valor o capitalista apropria-se de uma parcela do excedente gerado numa outra produção que não a sua, sob forma dinheiro.

Estas afirmações têm a sua base lógica no facto de que para que um valor surja na esfera da circulação, ele necessariamente terá de ter sido produzido na esfera de produção e, no pressuposto de que é apenas na esfera da circulação que um valor produzido pode assumir a forma dinheiro.

3.3 Rotação do capital e valor

Além do tempo de produção é necessário um tempo de circulação da mercadoria, no qual joga papel importante o prazo da realização do valor e por conseguinte da sua reprodução.

Enquanto na esfera da produção a maneira mais eficiente para diminuir o tempo de produção da mercadoria é pelo aumento da produtividade, na esfera da circulação a velocidade de circulação da mercadoria está intimamente relacionada com o desenvolvimento dos transportes e comunicações e também com a velocidade de circulação do dinheiro.

Se considerarmos vários capitais, no que respeita ao montante investido, a composição orgânica, jornada de trabalho e taxa de mais-valia, as taxas de lucro individuais variarão na razão inversa da velocidade de rotação dos capitais respectivos. Desta forma, um factor importante a ter em consideração ao se avaliar a lucratividade de um capital é o seu tempo de rotação tanto na esfera produtiva como na esfera da circulação das mercadorias.

3.3.1 Valorização e rendibilidade do capital

Para que se processe a reprodução muitas decisões terão de ser tomadas. Vamos referir apenas uma delas por ser a que mais de perto se relaciona com o tema que tratamos.

Que parcela de D' - apropriado pelo capitalista na esfera da circulação - deverá ser transformado em capital constante e que parcela deverá ir para o capital variável.

Esta decisão deverá obedecer a uma certa limitação de ordem técnica mas há sempre lugar para algumas opções, que são sempre feitas na base do princípio da rendibilidade, medida em termos de total de capital investido, não evidenciando desta maneira o facto essencial que é apenas uma parcela do capital investido (capital variável), que está na origem do valor novo.

Dentro da lógica da rendibilidade, o lucro aparece como obra do capital e não como transfiguração da mais-valia, isto é, embora o lucro seja fruto de parcela de valor capital, aparece, e é, simultaneamente, um excedente de todo capital adiantado.

Desta maneira, para o capitalista, tem todo o interesse a relação que se estabelece entre m - valor excedente produzido (mais-valia), e $c + v$, total do capital adiantado - isto é, a taxa de lucro:

$$\frac{m}{c + v} = r$$

enquanto que a análise da essência da valorização o que interessa é a relação entre m e v parcela do capital aplicada em salário isto é, a taxa de mais-valia:

$$m' = \frac{m}{v}$$

Existem diferenças nestas duas relações, entretanto coexiste entre elas uma profunda relação.

Para Marx,

*"A conversão da mais-valia em lucro deve ser inferida da transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro, e não ao contrário. Mas de facto o ponto de partida histórico é a taxa de lucro. Relativamente, mais-valia e taxa de mais-valia são o invisível, o essencial a investigar, enquanto a taxa de lucros, por conseguinte a mais-valia sob forma de lucro transborda na superfície dos fenómenos."*²

²MARX (?), pag. 46 e MARX (1976) PAG. 58

Quando se analisa a essência da valorização e, para este fim, admite-se que somente a parcela v do capital investido é capaz de dar origem ao valor, forçosamente, vai-se ter que buscar uma relação que se torna imprescindível a uma análise correcta. Esta terceira relação é aquela que se estabelece entre os dois elementos genéricos do custo de produção, c e v , e que se convencionou chamar da composição orgânica de capital:

$$\frac{c}{v}$$

Do que anteriormente foi descrito, deduz-se que capitais de iguais montantes podem ser valorizados em diferentes magnitudes consoante a proporção em que se tenham repartido entre as respectivas parcelas de capitais constantes e capitais variáveis.

Pode-se parcialmente concluir que, dois factores são fundamentais para a determinação da taxa de lucro. São eles:

Taxa de mais-valia

$$m' = \frac{m}{v}$$

Composição orgânica de capital

$$\frac{c}{v}$$

Além destes dois factores, fundamentais, um outro deve-se acrescentar: a velocidade de rotação do capital.

Em síntese, a taxa de lucro pode variar em consequência da variação deste três factores conjugados ou da variação de cada um deles mantendo-se os demais inalterados.

3.3.2 Circulação do capital

Em condições normais, observando-se a forma objectiva da circulação do capital, verifica-se que:

1. a mercadoria é trocada por dinheiro $M - D'$;
2. o dinheiro obtido pela venda é de grandeza superior ao inicialmente avançado para a sua produção. $D' > D$;
3. a diferença $D' - D$ constituiu o lucro do capital. este fenómeno aparece sob uma forma que não nos revela à partida a sua essência que é o facto de Mercadoria e Dinheiro serem ambas formas de valor capital.

Desta maneira, vista na troca, a mercadoria revela-se apenas um produto útil, o dinheiro como um meio de troca e o lucro como valorização do capital. As relações sociais ficam encobertas nesta aparência e o próprio valor aparece transmutado em preço.

Onde se põe a questão da transformação?

Se o movimento da valorização do capital, que vai resultar no lucro, obedece a uma lógica diferente à induzida pela aparência, torna-se necessário desvendar aquela primeira: a lógica interna.

Se, para a valorização do capital o que conta é a sua parcela investida em força de trabalho, aparentemente seria lógico deduzir que capitais de iguais montantes obteriam lucros diferentes, isto é, teriam taxas de lucro diferentes em decorrência de terem também diferentes as suas composições orgânicas ou as respectivas velocidades de circulação.

Com o objectivo de evidenciar a essência da valorização que se esconde na forma mercadoria e ao mesmo tempo clarificar a não verificação obrigatória de um fenómeno que pareceria consequência lógica da origem da valorização - a concentração do total dos capitais nos ramos mais rentáveis e não a sua dispersão entre os diferentes ramos - Marx elabora um modelo de transformação do valor em preço de produção que tem o seguinte conteúdo: parte de uma realidade onde coexistem vários ramos de produção

e tem por objectivo explicar a formação da taxa de lucro, mecanismo de regulação da economia através do qual valores produzidos por um ramo poderão ser apropriados por capitais investidos noutros.

Citando o próprio:

*"Não interessam a essa pesquisa as diferenças nas taxas de mais-valia dos diversos países nem os correspondentes graus de exploração do trabalho, portanto. O que pretendemos estudar agora é justamente a maneira como se forma num país a taxa geral de lucro."*³

Em resumo, as principais hipóteses simplificadoras subjacentes a este modelo são as seguintes:

- (a) cinco ramos de produção
- (b) capitais de iguais montantes investidos em cada ramo
- (c) jornada de trabalho igual em todos o ramos de produção
- (d) trabalho homogéneo
- (e) salário constante
- (f) taxa de mais-valia constante
- (g) lucro total igual a mais-valia total
- (h) diferentes tempos de rotação para cada capital investido
- (i) valor e preço têm única grandeza.

³MARX (?) pag. 162 e MARX (1976) pag. 150

Estas hipóteses são indispensáveis a tal construção teórica pois, admitindo-se que as mercadorias são vendidas pelo valor, a consequência lógica seria: os capitais de igual magnitude, adiantados nos diferentes ramos somente teriam lucros iguais no caso de terem composição orgânica idêntica, a mesma taxa de mais-valia e idênticos tempos de rotação. Variando qualquer deste elementos, de maneira que não se compensem, como resultado originariam lucros diferentes e, conseqüentemente, diferentes taxas de lucro para cada ramo.

Marx admite que na realidade as coisas não se passam assim. Para ele os diferentes ramos podem apresentar-se com variadíssimas composições orgânicas, diferentes taxas de mais-valia e diversos tempos de rotação e, no entanto, salvo em condições particulares, têm uma idêntica taxa de lucro.

Embora à primeira vista o valor não tenha utilidade para a explicação da economia real, Marx insiste que a aparência, neste caso, é enganadora. E na tentativa de desmistificar esta aparência ele desenvolve um raciocínio onde o valor aparece na base dos custos de produção, que para o capitalista como preço, esbate e faz desaparecer qualquer vestígio de diferença entre capital constante e capital variável.

Para o capital a lógica é: iguais capitais, iguais lucros.

*"Os preços de custo são os mesmos para investimentos iguais em diferentes ramos de produção, por mais que difiram os valores e as mais-valias produzidas. Esta igualdade de custos constitui a base da concorrência entre capitais investidos e a partir daí se forma o lucro médio."*⁴

⁴MARX (?) pag. 174 e MARX (1976) pag. 159

3.4 Taxa média como taxa geral de lucro

O ponto de partida são cinco capitais, cada um deles representando um ramo de produção. Estes capitais são iguais em magnitude e diferentes em termos de composição orgânica. A taxa de mais-valia é de 100% uniforme para todos os ramos.

	<i>c</i>	<i>v</i>	<i>m'</i>	<i>m</i>	<i>d</i>	<i>M</i>	<i>pcM</i>	<i>r</i>	<i>pM</i>	<i>desvio</i>
<i>I</i>	80	20	100%	20	50	90	70	22	92	+2
<i>II</i>	70	30	100%	30	51	111	81	22	103	-8
<i>III</i>	60	40	100%	40	51	131	91	22	113	-18
<i>IV</i>	85	15	100%	15	40	70	55	22	77	+7
<i>V</i>	95	5	100%	5	10	20	15	22	37	+17

No quadro acima, apresentam-se em síntese os elementos dispostos por Marx para os esquemas de transformação. São eles:

- *c* Capital constante
- *v* Capital variável
- *m'* taxa de mais-valia
- *m* mais-valia
- *d* desgaste do *c*
- *VM* valor de mercadoria
- *pcM* preço de custo da mercadoria
- *r* taxa de lucro médio
- *pM* preço de mercadoria

Os capitais variáveis de diferentes montantes produzirão a uma taxa de mais-valia m' constante, massa de mais-valia m diferentes. Em consequência, cada ramo teria taxas de lucro diferentes $m/c + v$.

No entanto, desde que existisse mobilidade da capitais, estes tenderiam a deslocar-se para os ramos que lhe assegurassem maior rendimento.

Como o tempo de circulação dos capitais podem ser diferentes, Marx introduz diferenças nas proporções em que cada capital constante se transfere para o produto d .

Como resultado da concorrência ter-se-á que a mais-valia produzida pelo conjunto dos trabalhadores $\sum m$, será partilhada pelo conjunto dos capitais, não na proporção da parcela variável de cada um (v), mas na proporção dos totais investidos da cada capital $C + V$. Desta forma a taxa geral de lucro r , será uma taxa média $\sum m / \sum (c + v)$. O preço de produção (pM), será dado pela expressão geral $d + v + r (c + v)$, ou seja, preço de custo $(d + v)$ mais o lucro médio $r (c + v)$

É Marx quem insiste:

*"Aqui, do ponto de vista do lucro, os capitalistas são vistos como simples accionistas de uma sociedade anónima em que os dividendos se repartem segundo percentagem uniforme, só se distinguindo os dividendos correspondentes a cada capitalista pela magnitude do capital que cada um colocou no empreendimento comum, pela participação percentual que tem na empresa, pelo número de acções que possui."*⁵

Desta análise decorre uma conclusão lógica e matemática: a soma dos preços de produção do total das mercadorias produzidas, é sempre igual à soma dos seus respectivos valores, sendo através dos preços que a lei do valor regula as trocas.

⁵MARX (?) pag. 180 e MARX pag. 164

3.4.1 Crítica do Boehm-Bawerk ao método de Marx

Partindo de quatro afirmações que considera favoráveis à legitimidade da lei do valor. Boehm-Bawerk constrói a sua crítica ao que chamou "*sistema de Marx*".

Primeira afirmação:. embora as mercadorias sejam vendidas, individualmente, por preços acima ou abaixo do valor, no seu conjunto, a soma dos preços de produção é sempre igual à soma dos valores.

O alvo da crítica recai no seguinte:

A lei do valor foi formulada por Marx com a intenção explícita de explicar as proporções em que umas mercadorias são trocadas pelas outras. A explicação é dada na própria definição de valor como algo dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria.

Ora, ao comprovar na prática que estas mercadorias não são trocadas segundo a lei do valor, cai por terra a própria validade da lei. De nada valendo concluir que o total do valor do conjunto das mercadorias existentes é igual à soma dos seus preços. Continua, assim, por explicar o essencial, ou seja, as proporções segundo as quais as mercadorias são vendidas.

Esta crítica, BB já tinha formulada contra Conrad Schmidt. ⁶ Na crítica a Marx ele acrescenta o seguinte:

"Marx confunde aqui dos cosas muy diferentes; una media entre fluctuaciones y una media entre magnitudes constantes y fundamentalmente desiguales" ⁷

Para BB as divergências entre o valor e o preço de produção não são meras flutuações mas, divergências permanentes e necessárias. Ele exemplifica o seu ponto de vista apresentando duas hipotéticas mercadorias, A e B, as quais embora tenham sido produzidas com o mesmo tempo de trabalho são produtos de capitais diferentes pelas composições orgânicas. Dá um preço a A de 40 unidades monetárias e a B 60.

⁶BOEHM-BAWERK (1974)

⁷IBD. pag.56

A média entre estes dois preços é de 50 unidades monetárias, no entanto, para BB isto não passa de uma mera relação matemática, visto que não se constata nenhuma flutuação dos preços de A e B em torno da média. A conclusão que ele propõe é simples: esta média não tem significado para a teoria do valor tal como a formulou Marx.

Hilferding respondeu a esta questão assim:

*"La comprobacion de que la suma de los precios de produccion es idéntica a la suma de los valores es importante, porque en primer lugar se comprueba que el precio global de produccion no puede ser mayor que el valor global; pero eso quiere decir, ya que lo proceso de formacion del valor se verifica solo en la esfera de la producción, que la ganancia surge de la producción y no de la circulación, por ejemplo no de um encarecimiento que el capitalista opere sobre el produto terminado... .. Ya que el precio global es igual al valor global, tampoco la ganancia global puede ser otra cosa que la plusvalia global"*⁸

Este autor considera que Boehm-Bawerk não consegue alcançar a importância desta descoberta de Marx por não fazer a distinção entre Valor e Valor-de-troca, não reconhecendo a objectividade da categoria Valor, o que para ele representa a utilidade que se lhe atribui ao objecto da troca.

Depreende-se daí que, as mercadorias quando vistas individualmente apresentam-se com preços que podem ou não corresponder ao seu valor, ou seja, a essência do valor pode não coincidir completamente com a sua forma, o preço. No entanto, a divergência que se verifica em cada mercadoria em particular deverá ser necessariamente compensada por outra ou outras divergências entre valor e preço, de tal maneira que, tomada na sua globalidade, o conjunto das mercadorias tenha sempre um somatório de preços que represente exactamente o valor total nele contido.

⁸HILFERDING (1974) pag. 158-159

Segunda afirmação: . o movimento dos preços é determinado pela lei do valor visto que aqueles oscilam consoante a variação do tempo de trabalho necessário à produção da mercadoria. Ou seja, quando aumenta o tempo de trabalho para a produção de uma mercadoria, o seu preço sobe; quando se dá o contrário, uma diminuição do tempo de trabalho, o seu preço desce.

Para BB esta afirmação não explica o fenómeno das trocas nem sequer o próprio valor pois, desde que se mantenham todos os outros elementos, que Marx no seu sistema apresenta como invariáveis, qualquer variação no tempo de trabalho vai fazer variar o preço da mercadoria, já que o trabalho é um dos determinantes do preço. Este autor acredita que se se fizessem variar apenas a composição orgânica de capital, mantendo os demais presupostos invariáveis, também ocorreriam variações nos preços.

Contra argumentando com BB pode-se dizer que esta variação a que ele se referiu, decorreria precisamente da alteração que, por esta via, se daria na quantidade de trabalho gastas na produção da mercadoria.

Dentro da lógica de Marx, o preço de produção varia em consonância com a variação do valor e este último, por sua vez, varia de acordo com a variação do tempo de trabalho. Por esta razão, ao ser alterada a composição orgânica, mantendo-se invariáveis os demais elementos em análise, o preço de produção tenderá a variar no mesmo sentido da parcela do capital variável. Ou seja, a variar de acordo com a variação da quantidade de trabalho para a produzir.

Terceira afirmação: . a lei do valor rege as trocas que se verificam em estágios primitivos do modo de produção capitalista quando ainda não se processou a transformação do valor em preço de produção.

No modelo teórico de Marx há uma passagem em que ele considera a existência de dois trabalhadores, proprietários dos seus meios de produção, que produzem em condições diversas e trocam as mercadorias entre si e afirma:

"Nestas condições as mercadorias não seriam produtos do capital. Segundo a natureza técnica dos trabalhos diferiria o valor dos meios e matérias de trabalho, empregados nos diferentes ramos; além de haver essa divergência no valor dos meios de produção, a quantidade deles exigida por determinada quantidade de trabalho diferiria segundo a mercadoria pudesse ser fabricada numa hora, ou num dia etc.." ⁹

Continuando a expôr o raciocínio de BB, se o produtor I necessi tasse de 5 anos para produzir os seus meios de produção enquanto o produtor II necessitasse apenas de 1 ano para o mesmo fim o resultado seria o seguinte: - admitindo que o preço da mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho necessário a sua produção o produto de 6 anos de trabalho do produtor I e do produtor II teriam um preço idêntico. Como somente ao fim de 5 anos o produtor I está em condições de produzir a sua mercadoria, durante 5 anos ele nada recebeu como rendimentos. Como, então, explicar esta situação de desigualdade e como admitir que ela não leva à concorrência entre os produtores I e II? Na lógica depreendida da argumentação de BB, enquanto proprietários dos meios de produção os produtores deveriam apropriar-se dos lucros e por conseguinte estariam na mesma situação dos capitalistas e portanto, teria toda a pertinência a preocupação com as proporções e os prazos da mais-valia.

Enquanto assalariados aqueles produtores embora recebendo igual valor pelas suas produções os prazos de recebimento teriam uma diferença de 5 anos deixando I em evidente desvantagem face a II.

Esta seria uma situação insustentável.

⁹MARX (?) pag. 199 e MARX (1976) pag. 178

Como crítica interna a teoria de Marx esta formulação não invalida a construção hipotética dos dois produtores. Para melhor compreender este cenário não se pode perder de vista o carácter histórico da própria teoria.

Quando a troca é incipiente, fortuita, ocasional, é absurdo imaginar-se uma situação em que o produtor para produzir um bem de consumo leve 5 anos produzindo os instrumentos de trabalho e/ou a matéria-prima. Esta situação é inconcebível no quadro de uma economia quase-natural, num estágio muito atrasado das trocas.

Mas mesmo levando ao raciocínio absurdo de imaginar uma tal situação, um produtor que levasse um tempo demasiado prolongado para produzir o seu primeiro produto, sucumbiria visto que não teria a mobilidade para emigrar para outro tipo de produção pois num tal estágio de desenvolvimento das forças produtivas os homens estariam muito sujeitos às condições naturais e limitadas pelas suas aptidões.

Como crítica externa Boehm-Bawerk acusa Marx de expor as suas idéias apenas baseado em hipóteses e não em factos que possam comprovar a justeza das mesmas.

Quarta afirmação: . numa economia avançada a lei do valor regula e economia indirectamente, através dos preços de produção. Ou seja: o valor do conjunto das mercadorias é determinado segundo a lei do valor; a mais-valia global que também é determinada por esta lei, regula o lucro médio e, este último regula a taxa geral de lucro.

Para BB:

1. A soma dos salários pagos é um produto da quantidade do trabalho pelo salário;
2. A lei do valor faz com que as proporções segundo as quais as mercadorias são trocadas sejam determinadas apenas pela quantidade de trabalho nelas contidas.
3. Marx nega que a magnitude do salário tenha qualquer influência no valor das mercadorias.

Conclusão: apenas um dos factores que compõem o salário (o tempo de trabalho), é relevante para a lei do valor, enquanto o outro (magnitude), está presente no preço de produção.

Nesta objecção crítica, permanecendo invariável o tempo de trabalho, variações de salário modificarão o preço de produção. Logo, é um erro considerar apenas o tempo de trabalho como determinante do valor.

Voltando a Marx, depreende-se que o salário é a expressão do valor da mercadoria força de trabalho e corresponde à parcela variável do capital.

O capital variável faz parte do custo de produção da mercadoria que é formado por esta parcela mais uma parcela constante efectivamente avançada para a produção. Desta forma pode-se representar o custo de produção por

$$c + v$$

sendo,

c = capital constante avançado

v = capital variável = montante de salários.

O preço de produção é constituído pelo custo de produção mais o lucro. Este lucro, calculado segundo uma taxa geral, que é uma taxa de lucro que corresponde a relação entre o total da mais-valia produzida e o capital social global adiantado.

Chamando a taxa geral de lucro r ,

$$r = m/(c + v)$$

m , mais-valia será igual a l , lucro e r taxa de lucro médio, será o mecanismo através do qual será calculado o l , lucro médio.

O preço de produção (p) pode ser escrito como:

$$p = c + v + l$$

Se ocorrer uma variação em v sem variar ao mesmo tempo a extensão temporal do trabalho, em termos de valor, verificar-se-á uma variação de m em sentido contrário e os dois termos de fracção que expressa a taxa de lucro também sofrerão variações no sentido inverso.

Ou seja, sempre que v varie, variará m , variará $m/c + v$, e, por conseguinte variará o lucro médio.

Em consequência destas alterações far-se-á um novo rateio da mais-valia global produzida. O novo rateio trará alterações nos preços dos diferentes sectores, mas que se compensarão (enquanto uns sobem outros descem), mantendo-se iguais o total dos preços e o valor global da produção.

Boehm-Bawerk não chega a este mesmo resultado por considerar capital constante e capital variável em seu conjunto não os distinguindo, o que lhe impede de ver que individualmente o capital que aumenta a sua parcela variável, sem alterações de tempo de trabalho, contribui para a mais-valia global com uma parcela menos de mais-valia comparada à parcela que contribuía antes do aumento de v .

O método de BB encobre uma questão essencial: a apropriação da mais-valia difere da apropriação do excedente numa sociedade mercantil simples. Na apropriação da mais-valia aparece uma classe a apropriar-se colectivamente do excedente produzido por outra. E esta apropriação é feita através do mecanismo do preço de produção resultante da força da concorrência entre os capitais.

Este método, contrário ao método utilizado por Marx, conduziu o autor na direcção da contestação de Marx e da negação da lei do valor. Sendo falsa a lei do valor, falso é o problema da transformação do valor em preço. Segundo BB, só Marx, partindo de hipóteses "abusivas" pode formular a questão da transformação e, embora tente, não consegue explicar o fenómeno a que se pretende.

Na opinião de BB, a lei do valor foi formulada para explicar as relações de troca das mercadorias. Entretanto, em seu conjunto, se as mercadorias são postas na forma relativa não resta nenhuma para o papel de equivalente e desta forma, conclui que a totalidade das mercadorias nunca poderão ser objecto da lei do valor.

E, se a lei do valor não consegue determinar o valor global das mercadorias produzidas, não poderá tão pouco transmitir a sua influência às relações particulares de cada uma das mercadorias como queria Marx.

Para aquele autor se Marx observasse o realidade objectiva quando elaborou o livro I de O Capital como teria feito, em parte, quando elaborou o III, não poderia formular a sua teoria do valor-trabalho da maneira que a formulou e não teria caído numa contradição vital expressa nas conclusões a que conduzem cada um destes livros. Ou seja, do exposto no Livro I concluir-se-ia que as mercadorias são vendidas segundo o tempo de trabalho socialmente necessário às suas produções, respectivamente. Isto quer dizer que na base das proporções das trocas estava a igualdade de dos tempos gastos nas produções das mercadorias que se trocam.

Nas palavras do autor:

"Entre paréntesis, queria observar que ya la permisa, por la qual en el cambio de dos cosas debe manifestarse una igualdad de las dos, me parece bastante poco moderna - cosa que en definitiva podria carecer de importancia - pero, también bastante poco realista y, para decirlo con franqueza, concebida de manera equivocada".¹⁰

Ao chegar-se ao Livro III, onde Marx confrontaria a teoria do valor com o mundo real das trocas, ao comprovar que na prática as mercadorias, individualmente não são trocadas segundo as proporções de tempo de trabalho socialmente necessário à produção de cada uma delas, Marx fêz cair por terra irremediavelmente a lei do valor.

Esta foi a conclusão definitiva a que chegou Boehm-Bawerk.

¹⁰BOEHM-BAWERK (1974) pag. 83

3.4.2 A crítica de Hilferding a Böhm-Bawerk

O tema que Hilferding desenvolve na sua apreciação de Böhm- -Bawerk a Marx, somente indirectamente respeita a transformação do valor em preço. Partindo da questão da transformação o fundamental do seu discurso é em defesa do fundamento teórico da polémica: a teoria do valor.

Hilferding escreveu:

"Marx ve en la ley del valor no el medio para llegar a establecer los precios, sino el medio para individualizar las leys del movimiento de la sociedad capitalista".¹¹

E quando ao nível de preços acrescenta:

"El nivel absoluto de los precios lo da la experiencia; pero lo que nos interesa es la variación regular que sufren estos precios. Como todas las variaciones, también ésta es efecto de una fuerza; y ya que se trata de cambios en fenómenos sociales, es el efecto de la magnitud cambiada de un potencia social: la productividad social".¹²

A argumentação que segue ao longo do mesmo texto é voltada para a explicação da teoria do valor e para o desenvolvimento da questão relativa ao trabalho simples, complexo e qualificado na base dos quais encontra-se o fundamento para as variações da produtividade do trabalho. A partir destes fundamentos Hilferding concluiu pela validade da lei do valor como fundamento explicativo dos preços de produção.

Há quem, no entanto, aceitando a lei do valor como base da determinação dos preços, critique o sistema de transformação proposto por Marx.

É, por exemplo, o caso de Bortkiewicz.

¹¹HILFERDING (1974) pag. 143

¹²IBD pag. 144

3.4.3 Um tratamento matemático novo para a teoria de Marx proposto por Bortkiewicz

A crítica de Bortkiewicz tem um sentido completamente distinto da que formulou Boehm-Bawerk.

Bortkiewicz, aceita a teoria do valor trabalho na sua formulação marxista, tenta fornecer uma fórmula matemática que tornasse possível a transformação corrigindo o que ele chamou de "erro" do sistema de Marx.¹³ É importante chamar aqui a atenção para uma questão de metodologia utilizada por Marx: a simplificação do fenómeno. Quando Marx construiu o seu sistema de transformação partiu de algumas hipóteses simplificadoras das quais, pelo menos duas delas tinham o sentido de eliminar um problema, que mais tarde veio a constituir a preocupação de Bortkiewicz: a representação do capital no modelo de transformação como valor e não como preço.

As hipóteses a que nos referimos são:

1. Todo o capital existente, à partida, estava representado nos cinco sectores;
2. Valor e preço têm única grandeza.

Como consequência destas duas hipóteses, até ao momento em que se inicia a produção, valor e preço têm na globalidade a mesma grandeza. A forma como as mercadorias existentes vão ser distribuídas pelos diferentes sectores não é relevante para a compreensão do fenómeno em estudo visto que todas as trocas estão limitadas a este universo: os cinco sectores. Isto quer dizer que se algumas mercadorias forem ofertadas acima do seu respectivo valor, obrigatoriamente outras terão que o ser abaixo de maneira que os preços se compensem. Este é um dado do problema.

¹³Segundo BORTKIEWICZ, o sistema de MARX encontra-se exposto nos capítulos IX, X, XI e XII do Livro III de O CAPITAL

Bortkiewicz, no entanto, procurou através de um raciocínio matemático encontrar uma forma para homogeneizar as parcelas componentes do preço de produção. Estas parcelas que no sistema de Marx, aparecem ora como valor (capital constante e variável), ora como preço (lucro).

Para este efeito, o autor considera toda a economia dividida em três sectores de produção e não em cinco como Marx.

O sector I produzindo meios de produção; o sector II produzindo bens de consumo dos operários e o sector III produzindo bens de consumo capitalista. Considera, ainda, que se processa nesta economia apenas a reprodução simples.

Com estes presupostos constrói o seguinte sistema:

Sector I

$$c_1 + v_1 + m_1 = c_1 + c_2 + c_3$$

(1)

Sector II

$$c_2 + v_2 + m_2 = v_1 + v_2 + v_3$$

(2)

Sector III

$$c_3 + v_3 + m_3 = m_1 + m_2 + m_3$$

(3)

Como Marx, considera a taxa da mais-valia igual para todos os sectores. Isto é:

$$m' = \frac{m_1}{v_1} = \frac{m_2}{v_2} = \frac{m_3}{v_3}$$

Reescreve-se as equações 1, 2 e 3 assim:

$$c_1 + (1 + m)v_1 = c_1 + c_2 + c_3$$

(1')

$$c_2 + (1 + m)v_2 = v_1 + v_2 + v_3$$

(2')

(3')

$$c_3 + (1 + m)v_3 = m_1 + m_2 + m_3$$

Chamando c a soma de

$$c_1 + c_2 + c_3$$

v a soma de

$$v_1 + v_2 + v_3$$

m a soma de

$$m_1 + m_2 + m_3$$

a taxa média de lucro é dada pela seguinte relação:

$$r = \frac{m}{v + c}$$

Desta maneira, o preço de produção nos três sectores serão dados pelas seguintes expressões:

Sector I

$$c_1 + v_1 + r(c_1 + v_1)$$

Sector II

$$c_2 + v_2 + r(c_2 + v_2)$$

Sector III

$$c_3 + v_3 + r(c_3 + v_3)$$

resultando que a soma dos preços será igual a

$$c + v + m$$

Segundo Bortkiewicz,

*"No se puede aceptar como valida esta solución del problema, porque aquí se excluyen de la conversión e los valores en precios los capitales constantes y variables, mientras que en el cambio el principio de la cuota de ganancia igual, si según Marx toma el lugar de la ley del valor, debe implicar también a estos elementos."*¹⁴

¹⁴BORTKIEWCZ (1974) pag. 193

Desta forma, propõe outro tratamento para o problema que consiste na construção de um sistema de 3 equações com três incógnitas. As incógnitas são:

x = coeficiente de transformação do valor do capital constante em preço;

y = coeficiente de transformação do valor do capital variável em preço;

r = taxa de lucro.

A seguir considera o produto do sector III como unidade de medida de valor pelos outros sectores.

Resolvido o sistema de equações, os valores encontrados para x , y e r , multiplicarão as parcelas do valor correspondente que assim ficarão transformadas em parcelas de preços.

Do resultado a que chegou Bortkiewicz pode-se extrair o seguinte:

1. O total dos preços não coincide com o total do valor;
2. A mais-valia e o lucro são iguais, decorrente do facto da mercadoria utilizada como medida de valor pertencer ao sector III, sector este que em termos de valor produz o equivalente ao valor total da mais-valia;
3. O preço será superior ao valor sempre que a mercadoria utilizada como medida de valor pertença ao sector de composição orgânica relativamente mais baixa;
4. A composição orgânica do sector III não tem papel directo na perequação da taxa de lucro.

Este resultado a que chegou Bortkiewicz é comentado por Sweezy da seguinte forma:

*"Esse resultado é de considerável interesse teórico. Significa que a taxa de lucro depende apenas das condições de produção existentes nas indústrias que contribuem directa ou indirectamente para a composição dos salários reais. As condições existentes nas indústrias ligadas exclusivamente ao consumo dos capitalistas só são importantes na medida em que influem sobre as condições nas indústrias de mercadorias de salários."*¹⁵

Esta constatação é importante na refutação da lei formulada por Marx e será retomada em outro ponto.

¹⁵SWEEZY (1976) pag. 153

3.4.4 O contributo de Sraffa

Difícilmente encontra-se qualquer elemento essencial nas críticas contemporâneas ao sistema de transformação de Marx que já não tenha sido tratado por Boehm-Bawerk ou, mais tarde, por Sraffa.

Todos os autores que tratam deste tema ou introduzem novidades no aspecto formal, ou discutem as formulações destes, ou de um destes autores, ou ainda, apresentam as mesmas ideias sob outras formas.

O destacado papel de Sraffa nesta questão polémica é reconhecido por amplos sectores do pensamento económico. Para alguns este papel é considerado de importância fulcral para a própria cientificidade do marxismo. Como afirma Cartelier,

*"Sraffa élabore une version moderne de la théorie des prix de production ... les uns ont été menés à moderniser les critiques traditionnelles faites contre Marx par l'économie politique, les autres par contre ont pensé que grâce à Sraffa le marxisme disposerait d'un fondement plus scientifique."*¹⁶

Sraffa parte da existência de várias indústrias cada uma delas produzindo uma mercadoria diferente

a, b, \dots, k

em quantidades

A, B, \dots, K

¹⁶CARTELIER (1976) pag. 30 - 31

cujo valor é representado por P (preços) e onde

$$Aa, Ba, \dots, Ka$$

$$Ab, Bb, \dots, Kb$$

.....

$$Ak, Bk, \dots, Kk$$

são respectivamente quantidades de mercadorias que entram na produção de outras.

As condições de produção são representadas por:

$$AaPa + BaPb + \dots + KaPk = APa$$

$$AbPa + BbPb + \dots + KbPk = BPb$$

.....

$$AkPa + BkPb + \dots + KkPk = KPk$$

Estando o sistema em auto-reprodução (reprodução simples) tem-se

$$Aa + Ab + \dots Ak = A$$

$$Ba + Bb + \dots Bk = B$$

$$Ka + Kb + \dots Kk = K$$

Não é obrigatório que todas as mercadorias entrem na produção das demais, assim, algumas das quantidades podem ser zero.

Uma das mercadorias é tomada como padrão de valor e o seu preço é igual à unidade. neste caso, tem-se um sistema de K equações lineares e independentes, com $K - 1$ incógnitas que são os preços das demais mercadorias, determináveis.

Ao se produzir um excedente, aparecerão novas quantidades de produtos e para a distribuição deste excedente é necessário determinar a taxa segundo a qual os diferentes capitais receberão a sua quota parte deste, sob a forma de lucro.

Acrescenta-se ao sistema de equações existente o termo $1 + r$, sendo $r =$ taxa de lucro, ficando

$$(AaPa = BaPa + \dots + KaPa)(1 + r) = APa$$

$$(AbPb + BbPb + \dots + KbPb)(1 + r) = BPb$$

.....

$$(AkPk + BkPk + \dots + KkPk)(1 + r) = KPk$$

Como a reprodução é alargada

$$Aa + Ab + \dots + Ak < A$$

$$Ba + Bb + \dots + Bk < B$$

$$Ka + Kb + \dots + Kk < K$$

Neste caso tem-se um sistema de K equações com K incógnitas, $K - 1$ preços e a taxa de lucro r .

Como resultado do aparecimento do excedente surge a produção de bens de luxo. Qualquer que seja a alteração na produtividade deste bem não ocorrerão alterações ao sistema. Sraffa dividiu os bens existentes em dois subconjuntos que chamou de produtos básicos aos que entram directa ou indirectamente na produção de mercadorias e não básicos, aqueles que não entram

O problema resumiu-se pois em determinar os preços dos produtos e a taxa de lucro sabendo-se à partida que, no caso dos produtos básicos, *"sua relação de troca é meramente um reflexo do que precisa ser pago por conta de meios de produção, trabalho e de lucros, a fim de produzi-los..."*¹⁷

¹⁷SRAFFA (1977) pag. 24

2.2.5.1 Construção de um sistema padrão

Para construir um sistema padrão Sraffa define a renda nacional como o conjunto de mercadorias que sobram depois de repostas as condições de produção e introduz mais dois elementos: o trabalho e o salário. Quanto a este último, introduz duas restrições. A primeira é considerá-lo como uma variável, embora reconhecendo-o como a soma de duas parcelas (uma formada por elementos de subsistência e outra como parte do excedente produzido). A segunda é que ele só é pago depois da produção que por sua vez tem um ciclo anual.

Nas indústrias, substitui a quantidade dos meios de subsistência a consumir pelos trabalhadores por quantidades de trabalho e considera que sendo L quantidade de trabalho e a, b, \dots, k , indústrias,

$$La + Lb + \dots + Lk = 1$$

As equações tomam agora seguinte forma:

$$(AaPa + BaPa + \dots + KaPa)(1 + r) + LaW = APa$$

$$(AbPb + BbPb + \dots + KbPb)(1 + r) + LbW = BPb$$

.....

$$(AkPk + BkPk + \dots + KkPk)(1 + r) + LkW = KPk$$

onde, W = salário por unidade de tempo.

Como se trata de reprodução alargada

$$Aa + Ab + \dots + Ak < A$$

$$Ba + Bb + \dots + Bk < B$$

$$Ka + Kb + \dots + Kk < K$$

Ao conjunto de mercadorias que Sraffa definiu como renda nacional, chama agora "*Mercadoria Composta*", que será tomada como "*Mercadoria Padrão*" e cujo valor fez igual a 1. Foi através desta Mercadoria que ele expressou os salários e os preços, acrescentando-se ao sistema mais uma equação

$$[A - (Aa + Ab + \dots + Ak)]Pa + (B - (Ba + Bb + \dots + Bk))Pb + \dots \\ + [K - (Ka + Kb + \dots + Kk)]Pk = 1$$

Passa-se assim para um sistema de $K + 1$ equações e $K - 2$ variáveis K preços, W salários, r taxa de lucro.

Como a renda nacional é igual a 1, permanecendo inalterados os métodos de produção se $W = 1$ então $r = 0$

No entanto, qualquer redução que se apresente a este salário fará necessariamente surgir uma taxa de lucro positiva.

A chave para o entendimento do movimento dos preços que se segue a uma mudança no salário está na desigualdade que existe entre as diferentes indústrias no que diz respeito às proporções em que utilizam TRABALHO e MEIOS DE PRODUÇÃO.

Estas proporções marcarão o divisor de águas entre as indústrias com "*deficit*" (seriam as que utilizavam em maiores proporções os meios de produção face ao trabalho) e as indústrias com excedente (as que utilizavam proporções contrárias às primeiras).

Se os salários fossem constantes, as variações de preços provocariam variações no lucro.

Com salários variáveis ocorrerá necessariamente variação nos preços dos meios de produção já que estes últimos são produzidos por outras indústrias e o efeito variação dos salários aparecerão em cadeia.

Para Sraffa, ...

*"Quando caem os salários o preço do produto de uma indústria de baixa proporção ("deficit"), tanto pode subir ou baixar relativamente aos seus meios de produção; da mesma forma o preço de uma indústria de alta proporção (excedente), pode cair ou elevar-se, ou pode alternar. O que nenhum destes produtos podem, é manter um preço estável em relação aos seus meios de produção, ao longo das variações saláris sejam elas grandes ou pequenas."*¹⁸

Diante desta imponderabilidade dos preços, Sraffa vai supor a existência de uma mercadoria produzida segundo o que chamou condições de equilíbrio, ou seja, com proporções "óptimas" entre o trabalho e meios de produção e em cuja totalidade dos meios de produção utilizados na sua produção sejam respeitadas as mesmas condições.

Nas palavras de Sraffa,

*"Uma mercadoria dessa espécie não poderia, em qualquer caso, mudar de valor relativamente ao agregado dos seus próprios meios de produção, pois a recorrência da mesma proporção aplicar-se-ia igualmente a elas."*¹⁹

Para medir a relação entre o trabalho e meios de produção relaciona trabalho directo e indirecto, o que em termos de valor seria a relação existente entre o valor do produto líquido (VPL) e o valor dos meios de produção (VMP).

¹⁸SRAFFA (1977) pag. 31

¹⁹IBD. pag. 32

A esta última relação, VPL/VMP, chama razão padrão, a mercadoria produzida segundo esta razão, mercadoria padrão e ao sistema de equações que daí resultaria, sistema padrão. A unidade do sistema padrão seria igual à quantidade de mercadoria padrão que comporia o produto líquido de um sistema padrão empregando todo o trabalho anual do sistema efectivo do qual partiu. Esta quantidade é igual ao produto líquido padrão (PLP) e a renda nacional padrão. No sistema padrão, sejam quais forem as variações ocorridas nos salários ou nos lucros, a razão VPL/VMP será invariável.

O que é válido para o produto líquido será válido para qualquer fracção dele, no sistema padrão.

Supondo que PLP seja dividido entre salário e lucro, de maneira que cada uma das parcelas seja constituída de mercadoria padrão, a taxa de lucro daí resultante guardaria a mesma proporção da razão padrão. Ou seja: $PLP/MP=LUCRO/PL$

"A taxa de lucro no sistema padrão aparece portanto, como uma razão entre quantidades de mercadorias independentemente de seus preços". ²⁰

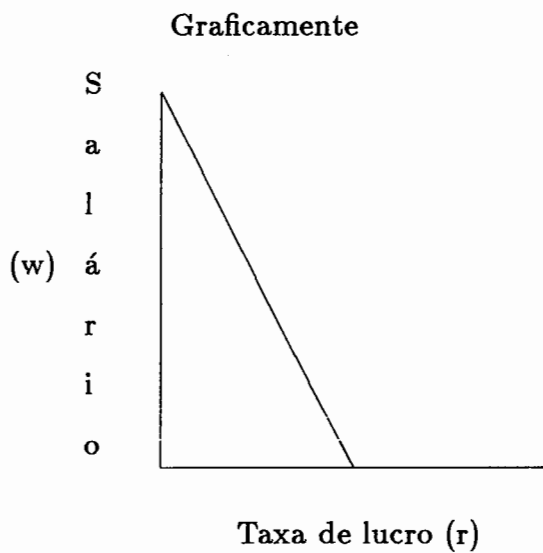
No sistema padrão sendo

R = razão padrão ou taxa máxima de lucro

W = proporção do PL que vai para salários, a taxa de lucro,

r , será: $r = R(1 - W)$

²⁰SRAFFA (1977) pag. 38



*"A relação em forma de linha recta entre salário e taxa de lucro se manterá portanto, em todos os casos, desde que o salário seja expresso em termos de produto de padrão. A mesma taxa de lucro no sistema padrão é obtido como uma razão entre quantidades de mercadorias, resultará, no sistema efectivo, de uma razão entre valores agregados."*²¹

²¹ IBD. pag. 39

Qual o papel da mercadoria padrão?

1. Ser elemento material da renda nacional e dos meios de produção;
2. Fornecer uma medida para serem estimados os salários.

Em termos gerais, o problema de construir uma mercadoria padrão reduz-se a encontrar um conjunto de K multiplicadores adequados, que o autor denomina de q_a, q_b, \dots, q_k , a serem aplicados respectivamente às equações de produção das mercadorias a, b, \dots, k de maneira que as quantidades daí resultantes guardem as mesmas proporções do lado direito das equações (como produto), que as proporções que apresentam do lado esquerdo das equações (como meios de produção).

Obtem-se assim o seguinte sistema:

$$(Aa q_a + Ab q_b + \dots + Ak q_k)(1 + r) = Aq_b$$

$$(Ba q_a + Bb q_b + \dots + Bk q_k)(1 + r) = Bq_b$$

.....

$$(Ka q_a + Kb q_b + \dots + Kk q_k)(1 + r) = Kq_k$$

$$La q_a + Lb q_b + \dots + Lk q_k = 1$$

Desta forma chega-se a um sistema de $k + 1$ equações que determinam os k multiplicadores de r .

Uma vez calculados, os multiplicadores transformarão as equações do sistema de produção do sistema padrão:

$$q'_a[(AaPa + BaPb + \dots + KaPk)(1 + r) + LaW] = q'_aAPa$$

$$q'_b[(AbPa + BbPb + \dots + KbPk)(1 + r) + LbW] = p'_bBPb$$

.....

$$q'_k[(AkPa + BkPb + \dots + KkPk)(1 + r) + LkW] = p'_kKPk$$

Então

$$[A - (Aa + Ab + \dots + Ak)]Pa + [B - (Ba + Bb + \dots + Bk)]Pb + \dots +$$

$$+ [K - (Ka + Kb + \dots + Kk)]Pk = 1$$

Transforma-se em

$$[q'_a A - (q'_a Aa + q'_b Ab + \dots + q'_k Ak)]Pa + [q'_b B - (q'_a Ba + q'_b Bb + \dots +$$

$$(q'_k Bk)]Pb + \dots + [q'_k K - (q'_a Ka + q'_b Kb + \dots + q'_k Kk)]Pk = 1$$

E esta mercadoria composta é mercadoria padrão para salários e preços.

A busca deste padrão nada mais é do que a procura da solução para uma velha questão já colocada por Ricardo e que Sraffa refere insistentemente no prefácio aos *"Principes de l'économie politique et de l'impôt"*²² de David Ricardo, ou seja; encontrar uma medida invariável de valor com a ajuda da qual os preços médios das mercadorias e o valor não seriam afectados pelas variações dos salários, o que

²²SRAFFE (1975)

não acontece quando o ouro ou trabalho são utilizados como medida de valor. Sraffa escreveu:

*"Chez Ricardo, l'idée d'une "mesure invariable" trouve son complément nécessaire dans celle de "valeur absolue".*²³

E ainda:

*"Ainsi, le problème de la valeur qui préoccupait Ricardo était de savoir comment trouver une mesure de la valeur qui demeure invariable par rapport à des variations dans la répartition du produit; en effet, si une hausse ou une baisse des salaires suffisait à provoquer une variation dans la grandeur du produit social, il serait alors très déterminé avec précision les effets sur les profits".*²⁴

Embora esta intenção não esteja explícita na construção do sistema padrão, Sraffa busca o mesmo que Ricardo. Em síntese, ele parte das quantidades físicas de meios de produção, acrescentando-lhe a seguir uma determinada quantidade de trabalho, num quadro onde estes factores estarão em mãos de produtores independentes, resultando daí as trocas. Afirma que:

*"Existe um único conjunto de valores de troca que, se adoptado pelo mercado, restaura a distribuição original dos produtos e torna possível que o processo se repita."*²⁵

No caso da reprodução simples, como não há excedente, facilmente este conjunto de valores é determinado o que consegue utilizando as unidades físicas do produto. Ou seja, uma mercadoria qualquer pode ser usada como padrão de valor e o seu preço igualado a 1 sendo os demais preços determinados por um sistema de equações com uma única solução.

²³IBD. pag. 103

²⁴SRAFFA (1975 pag. 106

²⁵IBD. pag. 19

Neste caso, entretanto, a questão do valor propriamente dito praticamente não está presente. Esta questão só se coloca para Sraffa quando trata da reprodução alargada e por conseguinte surge um excedente para repartir entre "*empregados e empregadores*" (expressão de Ricardo).

No caso da reprodução simples há uma real correspondência entre os valores relativos das mercadorias e o valor absoluto; enquanto que na reprodução alargada surgem dificuldades. Uma delas é, para Ricardo, identificar se as variações que se verificam nos preços do produto advêm de variações no valor do próprio produto ou de variações no valor da mercadoria que serve de padrão. Ricardo tentou encontrar esta mercadoria e, sem dúvida, Sraffa prosseguiu a mesma intenção, contornando em certa medida a questão da transformação.

3.4.5 A crítica de Morishima e Catephores

Para estes autores, o nível de desenvolvimento da economia matemática em nossos dias, permite que se alcance o rigor procurado por Marx na tentativa de mensurar e exploração, utilizando a teoria do valor-trabalho.

E justificando: ...*"sua capacidade de formular problemas matemáticos e sugerir soluções em termos literários é obviamente notável"*...²⁶

Quanto à transformação propriamente dita são de opinião que:

"Para atacar esse problema essencialmente matemático e verdadeiramente moderno, Marx teve de prosseguir sozinho. Não podia solicitar a assistência de matemáticos como Frobenius, Perron ou Markov, ou de economistas como Hawkings, Simon, Georgescu-Roegen ou Samuelson, simplesmente porque não haviam ainda nascido ou descoberto seus teoremas relativos às matrizes não negativas, que mais tarde revelaram-se tão úteis na resolução do problema".²⁷

A posição destes autores é sem ataque nem defesa à teoria marxista, desenvolver e formalizar matematicamente formulações de Marx, dando-lhe um tratamento moderno.

Morishima, em tempos tinha chegado à conclusão

"que a teoria do valor trabalho era insatisfatória se confrontada com problemas de produtos conjuntos períodos de produção, depreciação do capital, escolha de técnicas e trabalhos heterogêneos".

²⁸

²⁶MORISHIMA E CATEPHORES (1980) pag. 24

²⁷IBD. pag. 55

²⁸MORISHIMA E CATEPHORES (1980) pag. 25

Mais tarde, no entanto, em trabalho conjunto com Catephores reconsidera a teoria do valor - trabalho e conclui que

*"essas inadequações, excepto a última, podem ser superadas através de uma mudança na formalização matemática da teoria."*²⁹

Desta maneira, a insuficiência passa a ser do instrumento utilizado e não mais atribuída à teoria em si mesma.

É assim que os autores deixam de lado as formalizações da teoria do valor-trabalho em termos de sistema de equações simultâneas, para dar lugar a uma nova formalização, em termos de desigualdades lineares. A dualidade da programação linear é então utilizada para distinguir aquilo que eles chamam *"valores verdadeiros"* dos *"valores efectivos"* de Marx.

Para melhor se compreender o tratamento que estes dois autores dão à problemática da transformação do valor em preço de produção, há que se ter em conta a distinção que eles próprios estabelecem entre duas questões fundamentais no quadro da transformação. A primeira, diz respeito à transformação no seu aspecto lógico matemático. A segunda, ao seu aspecto histórico.

²⁹IBD. pag. 25

2.2.5.2 A transformação matemática

Partem os autores do sistema de Bortkiewicz já anteriormente referido, considerando-o equívoco, porque segundo seu julgamento

"É realmente verdade que Marx estava ciente de que tanto os insumos³⁰ quanto os produtos tinham de ser transformados de grandezas em termos de preços. Mas não o transformou simultaneamente; ao invés disso, usou um enfoque alternativo de transformar insumos e produtos³¹ de uma maneira sucessiva, segundo uma fórmula de iteração."³²

Neste caso, consideram que Marx utilizou um "método grosseiro de agregação"... através do qual "os capitais sectoriais, $C + V$ e as mais-valias, S , são somadas para todos os sectores simplesmente numa base unívoca e a segunda soma é dividida pela primeira, resultando uma taxa de lucro de equilíbrio."³³

$$\frac{m_1 + m_2 + \dots + m_n}{(c_1 + v_1) + \dots + (c_n + v_n)}$$

Todos os sectores estão aí representados, inclusive os bens de luxo, o que contraria completamente um dos resultados a que chegou Bortkiewicz, onde a taxa de lucro se apresenta independente dos coeficientes do sector de bens de luxo.

³⁰Insumos, na terminologia económica dos brasileiros, input em inglês. Também utilizado em Portugal

³¹A matriz "input-output" é identificada no Brasil como matriz insumo- -produto

³²MORISHIMA e CATEPHORES (1980) pag. 174-175

³³IBD. pag. 176

Para eles, a taxa de lucro à qual Marx chegou não é uma taxa de equilíbrio. Em suas próprias palavras:

"A taxa de lucro calculada por Marx não pode ser a verdadeira taxa de equilíbrio, a menos que estes sectores (referem-se aos sectores de bens de luxo), sejam excluídos dos n sectores do quadro de Marx." ³⁴

Mesmo que se admitisse que o sector de bens de luxo estivesse fora do sistema, os autores insistem em que algum dos seus remanescentes restariam, com magnitudes específicas.

Ou seja; Marx, embora sem explicitar, teria ajustado cada sector a uma escala apropriada e o que os autores em referência vão tentar fazer é segundo as suas próprias palavras, evidenciar, *"uma manobra implícita que Marx efectuou atrás dos bastidores e que deve ser reproduzida no palco."* ³⁵

Seja A uma matriz de coeficientes de inputs físicos

DL uma matriz de coeficientes de inputs alimentadores de trabalho

y vector coluna de quantidades de produtos.

Para a produção de qualquer quantidade de mercadorias y_0 é necessário que se adquira mercadorias no montante $(A + DL)y_0$ de maneira que, os produtos excedentes $y_0 - My_0$, onde M é a matriz dos coeficientes dos inputs aumentados, $A + DL$. Sendo Λ o vector dos valores,

³⁴IBD. pag. 176

³⁵MORISHIMA e CATEPHORES (1980) pag. 176

A mais-valia global será:
 $\Lambda y_o - \Lambda M y_o$, e o valor total de capitais equivale a
 $\Lambda M y_o$;
a taxa média da mais-valia

$$\frac{\Lambda y_o - \Lambda M y_o}{\Lambda M y_o}$$

36

Para ajustar as desproporcionalidades entre os sectores que obtêm taxas diferentes da taxa média, utilizam a seguinte fórmula de ajustamento

$$M y_o \frac{\Lambda y_o}{\Lambda M y_o} = y_1$$

sendo o y_1 o vector de produtos após o ajustamento.

Esta fórmula obriga a que o montante das mercadorias produzidas seja igual ao montante do produto necessário, $M y_o$, uniformizado pela taxa média de produtos excedentes.

Se y_1 não obtiver produtos excedentes, a uma taxa igual à taxa média, novo ajustamento será efectuado de tal modo que surgirá uma sequência de vectores de produto $\{y_t\}$, gerado de uma forma reversiva pela fórmula

$$\frac{\Lambda y_t}{\Lambda M y_t} M y_t = y_{t+1}$$

$$t = 0, 1, 2, \dots$$

³⁶na tradução que se utilizou aparece como taxa média de mais-valia embora seja uma taxa média de excedente.

Sendo M primitiva, a sequência infinita y_t convergirá para o vector próprio de M, \bar{y} .

Esta sequência inicia com y_0 não nulo, não negativo, arbitrário; o vector \bar{y} encontra-se associado à raiz característica com maior valor absoluto, $\bar{\rho}$.

Desta maneira,

$$\lim_{t \rightarrow \infty} y_t = \bar{y}$$

em que

$$\bar{\rho} \bar{y} = M \bar{y}$$

Simultaneamente, pode-se demonstrar ³⁷ que $\frac{1}{\bar{\rho}}$ mais a taxa de mais-valia converge para a recíproca de $\bar{\rho}$; ou seja

$$\lim_{t \rightarrow \infty} \frac{\Delta y_t}{\Delta M y_t} = \frac{1}{\bar{\rho}}$$

Aos sectores que têm componentes positivos em \bar{y} são chamados de sectores básicos, com o mesmo significado que lhes dá Sraffa. Chamando y_i , o i ésimo componente de \bar{y} e definindo a matriz diagonal \hat{y} como

³⁷c.f. MORISHIMA e CATEPHORE (1980) pags. 187-195

$$\hat{y} = \begin{pmatrix} \hat{y}_1 & 0 & 0 \\ 0 & \hat{y}_2 & 0 \\ 0 & 0 & \hat{y}_n \end{pmatrix}$$

onde

$$\hat{y}_i = \bar{y}_i$$

se

$$\bar{y}_i > 0$$

$$\hat{y}_i = 1$$

se

$$\bar{y}_i = 0$$

Padronizando a escala do sector, i , de modo que \bar{y}_i unidades de mercadoria i na unidade convencional sejam transformadas em 1 unidade na nova escala, os valores das mercadorias de uma unidade nova serão dadas como

$$\Lambda \hat{y} = (\lambda \hat{y}_1, \lambda \hat{y}_2, \dots, \lambda \hat{y}_n)$$

e a matriz de coeficientes aumentados, como:

$$\hat{Y}^{-1} M \hat{Y} = \hat{Y}^{-1} (A + DL) \hat{Y}$$

No novo sistema o preço será expresso como

$$\bar{p}u = Mu$$

onde u é um vector próprio \bar{y} transformado.

Os componentes deste novo vector são:

para os básicos 1

para os não básicos 0

Dividindo por \bar{p} e pré-multiplicando por Λ obtêm-se

$$\frac{1}{\bar{p}} = \frac{\Lambda u}{\Lambda M u}$$

Considerando

$$\Lambda = c + v + m$$

Com, c , v e m , vectores componentes do capital constante, variável e mais-valia, respectivamente e,

$$\Lambda M = c + v$$

após a padronização, fica

$$\frac{1}{\bar{p}} = \frac{mu}{(c+v)u} + 1$$

Desta forma,

$$\frac{1}{\bar{p}} - 1 =$$

= mais-valia total para todos os sectores básicos - dividida pelo capital dos mesmos sectores = $\bar{\pi}$ = taxa de mais-valia.

Usando $\bar{\pi}$ assim obtido, considere-se um processo de iteração

$$p_{t+1} = (1 + \bar{\pi})p_t M$$

(segundo os autores, fórmula utilizada por Marx para a transformação)
Pode-se considerar

$$M^* = (1 + \bar{\pi})M$$

como dada

visto que M é dada e $\bar{\pi}$ foi determinada. Segundo Morishima e Catephores M^* é a matriz de Markov, isto é, é uma matriz não negativa cuja maior raiz característica não nula e não negativa é a unidade.

Assim, se M^* é primitiva a "solução ergódica" para a equação

$$p_{t+1} = (1 + \bar{\pi})p_t M$$

ou o vector próprio de M^* que se encontra associado à maior raiz 1, é obtida como o limite daquela sequência infinita,

$$p_0, p_1, \dots, p_t \dots$$

que começa com um vector p_0 arbitrário não-negativo e não-nulo e é gerada de uma forma recursiva segundo a fórmula

$$p_{t+1} = (1 + \bar{\pi})p_t M$$

Isto é, tem-se

$$\bar{p} = \bar{p} M^* = (1 + \bar{\pi})\bar{p} M$$

com

$$\bar{p} = \lim_{t \rightarrow \infty} p_t$$

Na equação acima o vector limite \bar{p} é o vector de preços dos produção e $\bar{\pi}$ que foi definido como taxa média de mais-valia, fornece a "taxa de lucro de equilíbrio".

Os autores afirmam "que os dois postulados de invariância de Marx entre as contabilidades de valor e de preço são válidas para os preços calculados conforme o algoritmo apresentado".³⁸ E desenvolvem a questão da seguinte forma:

³⁸MORISHIMA e CATEPHORES (1980) pag. 179

Primeiro postulado: Valor total = preço total
Desenvolvimento: Seja a equação

$$p_{t+1} = (1 + \bar{\pi})p_t M$$

pós-multiplicando por u , tem-se:

$$p_{t+1}u = (1 + \bar{\pi})p_t M u$$

como,

$$\frac{1}{\bar{p}} = 1 + \bar{\pi}$$

a equação

$$\bar{p}u = M u$$

transforma-se em

$$u = (1 + \bar{\pi})M u$$

e, portanto,

$$p_{t+1}u = p_t u$$

Isto é válido para todo t , de modo que

$$\Lambda u = p_1 u = p_2 u = \dots = \bar{p}u$$

pois

$$\Lambda = p_0$$

e

$$p_{t \rightarrow \infty} = \bar{p}$$

Como $\bar{\Lambda}u$ é o valor total e $\bar{p}u$ é o total de preços, o primeiro postulado de invariância está provado. ³⁹

³⁹Note-se, todavia, que os sectores não-básicos estão excluídos desta formulação, o que vem introduzir uma restrição relativamente à formulação de Marx.

Segundo postulado: mais-valia total = lucro total.

Desenvolvimento:

As equações

$$p_{t+1}u = (1 + \bar{\pi})p_tMu$$

$$\Lambda u = p_1u = p_2u = \dots = \bar{p}u$$

produzem

$$\Lambda Mu = p_tMu$$

para todo t

Subtraindo esta última equação dos termos respectivos da anterior, tem-se:

$$mu = \Pi_1u = \Pi_2u = \dots = \bar{\Pi}u$$

onde

$$mu = \Lambda - \Lambda M$$

e

$$\Pi = p_t - p_tM$$

mu representa a mais-valia total e Πu os lucros totais.

No que respeita a transformação, do ponto de vista lógico matemático, estes autores apresentam uma solução que impõe ao modelo de Marx um número de restrições inferior às apresentadas por Bortkiewicz. A este respeito dizem:

*"Obviamente, esses resultados são muito favoráveis a Marx. O processo de iteração assegura que, contanto que a sequência $\{p\}$ parta de $p_0 - 1$, ela converge para o vector de preços de equilíbrio a longo prazo naquele nível absoluto particular ao qual ambas as condições, 'valor total iguala-se ao preço total' e 'mais-valia iguala-se ao lucro total,' são consistentemente satisfeitas".*⁴⁰

⁴⁰MORISHIMA e CATEPHORE (1980) pag. 180



Entretanto, consideram que não são apenas estas duas afirmações de Marx que estão em jogo. Já em "Marx's economics", ⁴¹ não são duas mas cinco conclusões particularmente importantes atribuídas a Marx. A saber:

1. *the sum'of the prices of production of all commodites produced in society - the totality of all branches of production - is equal to the sum of their values!*
2. *It remains true, nevertheless, that the cos-price of a commodity is always smaller than its value!*
3. *Surplus-valus and profit are identical from the stand-point of their mass!*
4. *Aside from possible differences in the periods of turnover, the price of production of the commodities would then equal their value only in spheres, in which the composition (of capital) would happen to be (the same)!*
5. *The value of the commodities produced by capital (of higher value composition) would, therefore, be smaller than their price of production, the price of production of the commodities (produced by capital of lower composition) smaller than their value!"⁴²*

Para Morishima, em Marx's economics, estas proposições somente poderiam ser verdadeiras para o caso dos diferentes sectores serem linearmente independentes.

Já em Valor Exploração e Crescimento, no que respeita as proporções correspondentes aos itens 1 e 3, ele faz a seguinte afirmação:

"Como um algoritmo para o cálculo dos preços de produção, a fórmula de Marx é perfeita".⁴³

⁴¹MORISHIMA (1974)

⁴²IBD, pag.73

⁴³MORISHIMA e CATEPHORES(1980) pag. 186

2.2.5.3 O aspecto histórico da transformação

Do ponto de vista histórico, duas questões são desenvolvidas por Morishima e Catephores:

Uma, é a que se liga com a existência ou não do valor em épocas anteriores ao modo de produção capitalista; outra à existência ou não de uma contradição entre os livros I e III de O Capital.

A primeira das duas questões é polémica.

Marx escreveu o seguinte:

"Mesmo não se levando em conta que os preços e os movimentos dos preços se regem pela lei do valor, enquadra-se perfeitamente na realidade considerar que os valores das mercadorias precedem os preços não só teórica mas historicamente. Isto é válido em condições em que os meios de produção pertencem ao trabalhador, e esse é o caso, tanto no mundo antigo quanto no moderno, do camponês que cultiva a própria terra e do artesão..."

"A fim de que os preços porque se trocam as mercadorias correspondam aproximadamente aos valores, basta que 1) a troca das diferentes mercadorias deixe de ser meramente fortuita ou ocasional. 2) que, se considerarmos a troca directas de mercadorias, produzam-se elas aproximadamente nas proporções adequadas às necessidades recíprocas dos dois lados, o que vem com a experiência mútua de venda e resulta da própria troca continuada, e 3) que, no tocante à venda, nenhum monopólio natural ou artificial capacite uma das partes contratantes a vender acima do valor, ou a force a vender abaixo dele".⁴⁴

A questão mais geral que engloba as duas apontadas por Morishima e Caterphores é saber se houve uma época histórica em que a lei do valor encontra uma expressão prática, quer dizer: se houve alguma sociedade onde as mercadorias eram trocadas exactamente pelos seus valores, anteriores à

⁴⁴MARX (?) p.201 e MARX (1976) p.180

existência da sociedade capitalista; e so os esquemas de transformação do valor do preço de produção são para mostrar a transição desta sociedade para a capitalista.

Tomando como verdadeira a afirmação de Marx de que *"os valores das mercadorias precedem os preços de produção não só teórica mas historicamente"*, procuram dar um significado a esta frase diferente do que lhe é atribuído por alguns autores: o da existência de um modo de produção mercantil simples.⁴⁵

Como estes autores interpretam a formulação de Marx acima citada?

Primeiramente negando a existência de um *"modo de produção mercantil simples"*, e considerando a hipótese de uma produção simples de mercadoria, verdadeira apenas no âmbito de transição.

Isto significa que, onde o valor atinge a sua plenitude é no modo de produção capitalista.

Como justificam esta afirmação?

A existência do valor implica produção para a troca e é no modo de produção capitalista onde se encontra a forma mercadoria como a forma generalizada do produto do trabalho humano.

Por outro lado, a existência do Valor implica a mobilidade dos produtos e é precisamente sob o capitalismo que se encontra esta mobilidade.

Segundo Morishima,

"Marx havia de facto percebido que os pequenos artesãos ou manufatores pre-capitalista eram muito limitados, em termos sociológicos, políticos, religiosos, geográficos e tecnológicos, para aspirarem qualquer espécie de mobilidade de trabalho". ⁴⁶

Então o que quereria dizer Marx com a anterioridade histórica do valor face ao preço de produção?

⁴⁵Particularmente Engels em Prefácios e Suplementos a O Capital.

⁴⁶Morishima e Catephores (1980), p.201

Para estes autores Marx quiz efectuar uma "simulação lógica" com a finalidade de identificar os efeitos da propriedade dos meios de produção sobre os preços de mercadorias:

"O modelo de produção simples de mercadorias foi construído com esta finalidade, de modo que não devemos nos surpreender ao verificar que esse modelo difere do modelo de produção capitalista apenas com respeito à propriedade dos meios de produção; em qualquer outro aspecto, por exemplo, com relação à mobilidade do trabalho, ambos os modelos são completamente indistinguíveis".⁴⁷

Continuando, eles consideram

"que a suposição de um época de valor pré-capitalista real de produção simples de mercadoria é incompatível com a lógica interna da teoria do valor trabalho de Marx"⁴⁸

Eis o ponto central a realçar na interpretação destes dois autores.

Quanto à contradição entre os Livros I e III de O Capital, a ideia é de que seria apenas uma contradição aparente, devida exclusivamente ao método utilizado por Marx. Fazem a ligação entre os Livros I e III da seguinte maneira:

O livro I trata sobretudo do valor enquanto o III trata dos preços.

Na prática, o que primeiro veio à luz foram os preços. O valor é uma descoberta posterior, que vem clarificar o conteúdo daqueles primeiros.

Desta forma, o dado concreto é o preço e a sua decomposição em componentes simples vai derivar em conceitos que servirão de bases à reconstrução de um objecto teórico.

Neste contexto, os conceitos formulados por Marx no livro I podem não ter uma estrita correspondência com os dados factuais, mas isto não lhes tira o estatuto de instrumento analítico útil e eficaz.

Esta será a base teórica do livro III.

⁴⁷Morishima e Catephores (1980), p.201

⁴⁸IBD p.206

E para finalizar, dizem:

"Concluimos, assim, que Marx usou o seu tipo ideal, o valor, como um instrumento para clarear a lógica do funcionamento da economia capitalista e não para clarificar a transição histórica de uma época de valor pré-capitalista para uma época de preço capitalista". ⁴⁹

Neste aspecto, a posição destes autores aproxima-se muito da interpretação de Rubin.

⁴⁹Morishima e Catephores (1980) p.220

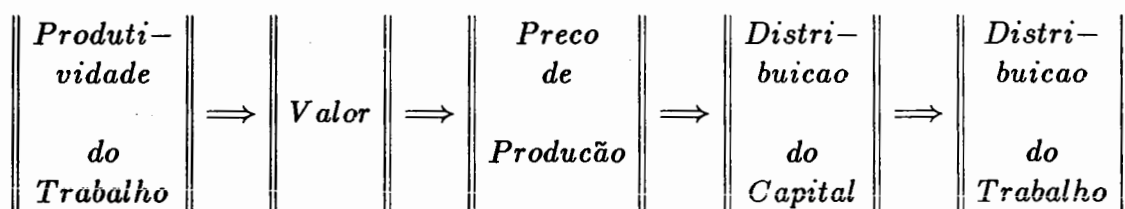
3.4.6 Interpretação de Rubin: aspectos filosóficos da transformação

Rubin trata o tema da transformação de uma forma significativamente diferente da generalidade das abordagens aqui apresentadas, excepto no caso de Morishima e Catephores. no ponto específico da transformação histórica.

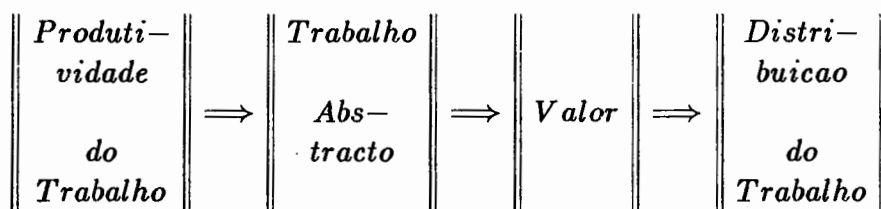
Ele dedica a sua principal atenção às questões filosóficas afectas ao esquema de Marx, apresentando um conjunto de argumentos no sentido de mostrar que a controvérsia gerada em torno da transformação decorre estritamente da incompreensão do método de Marx por parte dos seus críticos.

Apresenta a síntese da teoria do valor e dos preços através de duas cadeias de elos lógicos.

A primeira cadeia de elos, afectada ao preço é a seguinte:



A segunda cadeia, afectada ao valor, seria:



Comparando estas duas cadeias ele verifica que há quatro elementos comuns a ambas e afirma:

"A teoria do valor-trabalho é um fundamento necessário à teoria do preço de produção, e a teoria do preço de produção é um desenvolvimento necessário da teoria do valor-trabalho".⁵⁰

E desenvolve o tema da forma que a seguir se apresenta:

Na economia mercantil simples dá-se uma relação causal directa entre a produtividade do trabalho, valor e distribuição do trabalho, enquanto na economia capitalista esta relação é mediatizada por outros elementos que vão tornar a distribuição do trabalho uma consequência da distribuição do capital.

Para outros autores estes mesmos elementos presentes na primeira e segunda cadeias são considerados elementos de duas teorias distintas e contraditórias. A primeira, explicando a troca pelo tempo de trabalho despendido na produção das mercadorias e a segunda, explicando os preços através de outras variáveis diferentes do tempo de trabalho.

Rubin considera estas "teorias" como sendo apenas esquemas teóricos que representam modelos mais ou menos simplificados, abstractos, indispensáveis para a compreensão do fenómeno preço, presente na economia capitalista:

"Marx rejeitou toda a tentativa de construir a teoria da economia capitalista directamente a partir da teoria do valor trabalho, e de evitar os elos intermediários, o lucro médio e o preço de produção. Caracterizou as inúmeras tentativas, por parte de outros economistas, como formas de forçar a adaptação directa das relações concretas às relações de valor elementar ... tentativas que apresentam, como existindo, aquilo que não existe.

Assim, a teoria do valor trabalho e a teoria do preço de produção não são teorias de dois tipos diferentes de economia, mas teoria de uma mesma economia capitalista tomada sobre dois níveis diferentes de abstracção científica".⁵¹

⁵⁰Rubin (1977) p.328

⁵¹IBD p.332

Segundo Rubin, Marx opunha-se à ideia de que a lei do valor regulava as trocas no período capitalista. E partindo de duas afirmações correntes entre os críticos de Marx, nomeadamente:

1. Existe uma contradição entre a teoria do valor e a teoria dos preços em Marx e esta contradição está patente nas formulações contidas nos livros I e III do Capital;
2. A lei do valor regula as trocas pre-capitalistas enquanto a lei dos preços regula as trocas capitalistas;

... escreveu:

"Marx realça o método de passar dos conceitos abstractos para os concretos como apenas um método pelo qual o pensamento capta o concreto e não a maneira como o fenómeno concreto realmente aconteceu". ⁵²

No caso da transformação do valor em preço não considera mais do que como um método de captação da realidade concreta, no caso, o funcionamento da economia capitalista.

Deste prisma, a transformação é uma abstracção teórica e não uma descrição histórica da passagem de uma economia mercantil simples para uma economia capitalista. Sendo a referência feita por Marx a economia mercantil uma resposta para a seguinte questão:

Terão as categorias abstractas existência natural anterior às categorias concretas?

No caso do valor, esta categoria abstracta teria o seu embrião na troca não capitalista, anterior à forma concreta preço de produção. E citando Marx:

"Assim, embora a categoria simples possa ter existido historicamente antes da mais concreta, pode atingir o seu desenvolvimento completo interno e externo apenas nas formas complexas de sociedade". ⁵³

⁵²Rubin, (1977) p.334 (Refere-se a Introdução a Crítica da Economia Política de Marx.)

⁵³IBD, p.334

Desta forma, a conclusão mais geral a extrair da leitura de Rubin é que o esquema de transformação do valor em preço de produção não parte do valor para o transformar em preço mas sim do preço à procura da sua explicação à luz da teoria do valor.

3.5 Algumas conclusões parciais sobre a questão da transformação

A teoria clássica distinguia duas parcelas no produto social, uma das quais destinada aos trabalhadores e outra a que constitui o excedente; a determinação da grandeza deste último constitui uma preocupação dos clássicos. Ou seja, em qual proporção de facto se dava a divisão entre o salário e o lucro.

Os fisiocratas consideravam o consumo necessário aquele que garantia a subsistência da classe produtiva e para eles, portanto, o produto líquido era o que restava do produto social global, depois de subtraída a quantidade de produtos destinada ao consumo desta mesma classe.

Para Ricardo, o salário também era determinado da mesma maneira, a partir do necessário para a subsistência. Já Smith defendia que o salário era um dado independente do produto.

Marx, definiu o salário como sendo determinado pelo valor da força de trabalho.

Como o produto social e o consumo necessário materializam-se em quantidades de mercadorias heterogêneas, surge a necessidade teórica de redução das mercadorias a uma medida comum.

Para os fisiocratas a solução do problema parece simples e evidente, dentro dos limites da interpretação que fizeram da economia. Para eles, o produto líquido ou excedente teria a sua origem apenas na agricultura e as quantidades determinadas do excedente poderiam ser medidas como quantidades físicas do produto agrícola.

Já para Smith, tendo o produto líquido origem em todos os ramos de produção, o que compreende a renda da terra mais o lucro do capital, era impossível determinar qualquer homogeneidade entre produto e consumo necessário.

Neste ponto o problema do valor aparece na teoria da repartição e é nesta perspectiva que se deve interpretar nos clássicos, a pesquisa de uma medida "real" ou "invariável" de valor.

Na prática quando as mercadorias são trocadas dá-se uma redução dos dois valores-de-uso a um terceiro elemento comum a ambos. A teoria tenta descobrir através de que elemento se dá esta homogeinização.

Ricardo herda de Smith o preço natural ou de equilíbrio, o qual é determinado pela soma dos salários do trabalho que produziu a mercadoria, mais o lucro sobre o capital utilizado, ambos calculados a uma taxa de equilíbrio.

No entanto, ao verificar que a proporção entre salário e lucro não era a mesma para todas as mercadorias, surgiu a necessidade de encontrar uma fórmula para a determinação das taxas de salário e de lucro.

Para Ricardo,

*"os lucros dependem de os salários serem elevados ou baixos, os salários dependem de preço dos bens de primeira necessidade e o preço destes depende principalmente do preço dos produtos alimentares porque a quantidade de todas as outras coisas pode aumentar quase ilimitadamente".*⁵⁴

A medida de valor é o trabalho, as horas de trabalho expressas em moeda, a moeda é padrão variável, mas, segundo Ricardo

*"devemos-nos conformar com este padrão enquanto as leis não forem alteradas e até que se descubra outro produto cuja utilização permita um padrão de medida mais perfeita do que o que estabelecemos".*⁵⁵

A busca do padrão obedece à necessidade de se saber distinguir nas variações dos preços dos produtos qual a sua origem. Se na variação do valor da própria mercadoria ou se no valor do equivalente.

Marx deu passos em frente com relação a Ricardo quando fez uma clara distinção entre Valor, conteúdo, e Valor-de-Troca, forma de valor; distinção sem a qual não se poderia chegar ao preço de produção através do valor-trabalho.

⁵⁴Ricardo (1978) p.132

⁵⁵IBD p.167

Marx formulou a teoria dos preços baseado no valor-trabalho, ou seja, concluiu que o preço de uma mercadoria é a manifestação do seu valor, por sua vez determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Para este efeito criou um sistema que ficou conhecido como sistema de transformação de valor em preço, já descrito anteriormente.

Muitos problemas foram levantados por diferentes autores das mais diversas correntes de pensamento económico, dos quais se procurou expôr alguns mais importantes.

Duas questões relevantes, no entanto, ligadas à transformação não foram abordadas.

A primeira, é um problema ligado à determinação do valor pelo tempo de trabalho em situações de não equilíbrio. Ou seja: Para a formação do preço, o valor, como resultado do trabalho incorporado à mercadoria, é determinante. Esta determinação dá-se a nível do conjunto total de mercadorias produzidas. Ou seja, no âmbito do produto social global, o tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria é o que irá determinar o valor global através do preço global, que nada mais é do que a sua manifestação.

A pressuposição da igualdade entre valor e preço é a chave para o sistema de transformação de Marx.

No entanto quando no mercado oferta e procura se cruzam, pelo menos dois tipos de situações são possíveis: situação de equilíbrio onde oferta e procura são iguais; e situação de desequilíbrio com oferta superior ou inferior à procura.

Na situação de equilíbrio, todas as mercadorias serão realizadas como valor e a igualdade entre o valor global e o preço global é imediatamente evidenciada. Em equilíbrio, os sectores que produzem em condições médias terão para as suas mercadorias preços iguais a valores; os que produzem em melhores condições terão preços superiores aos valores e os que produzem em piores condições terão preços inferiores aos valores produzidos.

Parece, no entanto, problemática a verificação da igualdade (valor = preço), nas situações de desequilíbrio com oferta e procura diferentes. Por exemplo: oferta superior à procura.

Nesta situação, uma parte das mercadorias produzidas não se realizará como valor. Naturalmente, os sectores que produziam em piores condições serão os primeiros a ter que eliminar mercadorias da circulação. Novas condições médias serão estabelecidas. Se se considerar que as mercadorias que saíram de circulação contam em termos de trabalho incorporado para o valor social global, tem-se que, o preço global igual a valor global e as condições anteriores mantêm-se com a particularidade que nos sectores onde as condições de produção forem superiores ou inferiores às médias, crescerão as diferenças entre os valores e os preços e, a nível da determinação do valor não surgirão problemas, embora a nível de preços se configure uma situação de inflação.

Uma outra hipótese é considerar que as mercadorias em estoque serão destruídas enquanto valor e desta forma não contarão para a determinação do valor global social. Neste caso, preço total das mercadorias será igual ao valor global, criando-se uma outra situação de equilíbrio com a particularidade de que, o valor será determinado de forma diferente. Isto é: o valor não será determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, dentro dos limites da produção e, por conseguinte da oferta, mas pelo tempo de trabalho que a sociedade como um todo, quer dizer, os consumidores, está disposta a reconhecer como necessário a produção das mercadorias.

A segunda questão relevante liga-se mais ao aspecto lógico e histórico da transformação.

Admitindo-se que a lei do valor é a lei que regula os preços, tem-se que o total do lucro do capital social global é igual ao total da mais-valia produzida. Este seria o caso de uma economia capitalista, onde tanto na esfera de produção como na da circulação, as relações de produção são típicas do modo de produção capitalista.

Se uma tal economia regida pela lei do valor tem intercâmbio com outras economias não capitalistas, como incorporar sob a forma de lucro o excedente não capitalista? E de que forma este excedente entrará na perequação da taxa de lucro?

Esta segunda questão será desenvolvida noutra ponto.

Conteúdo

4	A rendibilidade do capital	116
4.1	Alguns apontamentos teóricos de uma questão polémica: a lei da queda tendencial da taxa de lucro	119
4.1.1	Considerações sobre a invariância da taxa de exploração	123
4.1.2	A relação entre o excedente, mais-valia e lucro no contexto do capitalismo	124
4.2	A variação do lucro como resultado da variação na procura efectiva	125
4.3	Variação da taxa de lucro associada a fases distintas do modo de produção capitalista	128
4.4	A variação do lucro como consequência da desproporção entre produção e consumo	133
4.5	Variação do lucro como consequência do nível de repartição	136
4.6	Outras formulações para a rendibilidade do capital	138
4.7	Hipóteses teóricas de variação na taxa de lucro na esfera da produção e na da circulação	140
4.8	Algumas conclusões sobre aspectos teóricos da rendibilidade do capital	147
4.9	Sobre o comportamento da taxa de lucro no capitalismo contemporâneo	150
4.9.1	Novos traços do MPC e os possíveis efeitos sobre a variação da taxa de lucro	153
4.9.2	A taxa geral de lucro em presença do monopólio . .	156

4 A rendibilidade do capital

A lei da queda tendencial da taxa de lucro tal como é formulada por Marx está baseada nos seguintes pressupostos:

1. uma economia onde o modo de produção é capitalista;
2. uma economia onde cresce a composição orgânica do capital;
3. uma taxa de exploração variável;
4. ausência de monopólio.

De acordo com a lei do valor, o valor das mercadorias é composto de três parcelas:

- c , correspondendo ao valor dos elementos materiais da produção, tais como matérias-primas, equipamentos, máquinas, edifícios, etc. e que se designa genericamente como capital constante;
- v , correspondendo ao valor da força de trabalho e que se designa de capital variável;
- m , correspondendo ao valor excedente produzido e que se designa por mais-valia.

Desta forma, sendo M o valor da mercadoria, $M = c + v + m$

Na realidade, as mercadorias são vendidas mediante o preço, que tem por base o custo de produção mais o lucro de capital, ou seja, o preço de produção.

Chamando K ao custo de produção e l ao lucro do capital, pP (preço de produção), será

$$pP = K + l$$

As relações estabelecidas por Marx são as seguintes:

Composição orgânica

$$= \frac{c}{v}$$

Taxa média de lucro

$$= \frac{m}{c+v}$$

m é a mais-valia global, é igual a l lucro global. ¹

Chamando de r a taxa de lucro médio e relacionando todos os elementos do valor contidos nesta relação com v chegou-se à seguinte conclusão:

$$r = \frac{m/v}{1 + c/v}$$

Fazendo-se

$$c/v = n$$

e

$$m/v = m'$$

$$r = \frac{m'}{1 + n}$$

Expressão simplificada da taxa geral de lucro.

Actuação da lei:

Como consequência da competição entre capitais pela maior apropriação do valor excedente gerado, como se referiu no ponto anterior, verifica-se uma corrida pelo aumento da produtividade. O aumento da produtividade implica o aumento do volume material da produção e o aumento da composição técnica e orgânica do capital. Este último aumento "deve ter necessariamente por consequência queda gradual na taxa de lucro desde que não varie a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital".²

¹... o lucro de que ora falamos é apenas outro nome para a própria mais valia, considerado em relação a todo capital não em relação ao capital variável donde deriva." Marx, L3, p.244 e Marx (1976) L3, p.211

²MARX (?) L3,pag. 243 e MARX (1976) L3,pag. 210

As leis tendenciais existem em várias esferas dos fenômenos existentes. Não são uma particularidade dos fenômenos sociais.

O que caracteriza estas leis é uma "*estocacidade no tempo*". Estas leis estatísticas são leis de grandes números no tempo. A lei tendencial tendo essa característica temporal não diz respeito ao probabilismo quanto aos elementos que integram o fenômeno ao qual se refere a lei.

Esta lei expressa apenas uma tendência. Marx não deixa de o referir e até enumera num capítulo particular de O Capital o que chamou "*As Contratendências da lei*", ou seja, mecanismos que contrariam a tendência e que possibilitam a manutenção ou o crescimento da taxa de lucro-médio.

Estes mecanismos actuam na variação da taxa de lucro através do barateamento dos elementos que compõem o c (capital constante), ou pelo aumento da relação m/v (taxa de exploração). As contratendências apontadas por Marx são: "*o aumento da produtividade dos elementos do capital constante*". "*o comércio externo*", "*o aumento da taxa de exploração*", etc. Estas contratendências são introduzidas no seu modelo a partir da eliminação de algumas hipóteses simplificadoras tomadas inicialmente. Para a compreensão do sentido da lei é ponto prévio um quadro geral do conjunto teórico no qual ela formulada.

4.1 Alguns apontamentos teóricos de uma questão polêmica: a lei da queda tendencial da taxa de lucro

O objecto de *O Capital* é o modo de produção capitalista e o objectivo de Marx ao escrevê-lo foi expor a descoberta das leis que regem este modo de produção. Com esta preocupação analisa a realidade económica em vários níveis de abstracção.

Por exemplo:

Quando Marx analisa o movimento do lucro e formula a lei da queda tendencial utiliza um nível de abstracção diferente daquele onde formula as contratendências. Ou seja, com as hipóteses simplificadoras iniciais ele reduz o número de variáveis com as quais trabalha para descobrir o movimento essencial da taxa de lucro introduzindo depois algumas delas como elemento de aproximação da manifestação do fenómeno em estudo. Esta é uma das características do método.

O exemplo mais geral do método pode ser observado no conjunto de *O Capital*, onde ele começa a apresentação de sua teoria descrevendo uma sociedade ideal, com uma única classe - produtores de mercadorias - sem separação entre produtores e meios de produção, não existência de trabalho assalariado e por último, não existência do capital em nenhuma das suas manifestações.

Somente a partir do momento em que julga elucidada a questão das trocas baseadas no valor, introduz outro nível de abstracção através da inclusão de novas variáveis.

No período em que viveu Marx as relações de produção capitalista eram muito desenvolvidas e a forma dominante de mercado era o da livre concorrência, no entanto também é provável que existissem relações de natureza diversa das tipicamente capitalistas. Tudo leva a crer que ele não se propôs considerá-las no *Capital* por serem relações secundárias face ao seu objectivo fundamental, a saber, o modo de produção capitalista.

Na sua construção teórica, entretanto, há espaço para o desenvolvimento teórico de fenómenos, quer inerentes ao sistema económico por ele observado - é o exemplo das crises - quer fenómenos que despontavam na realidade mas que ainda não se tinham evidenciado em toda a sua plenitude - é o caso dos monopólios.

A teoria de Marx, aponta para as possíveis evoluções dos sistema económico capitalista, no entanto e explicação de muitos dos novos fenómenos não surgiram com clareza. Tudo leva a crer que este facto é devido a outro, mais objectivo e material, ou seja, dos fenómenos não se terem manifestado em toda a sua dimensão.

Quanto à "*lei da queda tendencial*", embora Marx não tenha feito nenhuma apresentação de uma pesquisa empírica, nem ocupe um grande espaço nas formulações, deste autor ocupa todavia um lugar importante na teoria marxista. Importante sobretudo por estar intrinsecamente relacionada com a lógica do funcionamento do modo de produção capitalista.

Mas não é apenas no que respeita a taxa de lucro que Marx elabora a questão estritamente no campo teórico. É facto que na realidade nunca se vai encontrar o modo de produção capitalista tal como foi projectado por ele na teoria e o mesmo pode ser dito em relação à livre concorrência, a taxa de exploração invariável, a invariabilidade da produtividade dos elementos que compõem o capital constante.

No caso da taxa de lucro, as dificuldades para um estudo da evidência empírica da sua evolução, além do mais são agravadas pelas insuficiências estatísticas que no melhor dos casos permitem fazer estimativas do custo de produção e lucros com base nos preços de mercado, que só raramente coincidem com os preços de produção.

Enquanto que, do ponto de vista teórico, se se considerar uma economia fechada, a soma dos preços de produção é igual à soma dos preços de mercado, no mundo objectivo da economia, além das diferentes relações económicas internacionais entre diferentes economias capitalistas, há relações entre diferentes modos de produção, o que obriga a que ao lado da metamorfose da mais-valia em lucro se processe uma outra, a do excedente produzido em outros tipos de economia.

O estudo da composição orgânica do capital tem para além das dificuldades estatísticas uma adicional. Esta dificuldade prende-se com o facto de simultaneamente com a economia industrial existirem diferentes tipos de produção, nomeadamente no sector primário onde a indústria se abastece de substancial parcela dos seus inputs, e onde se encontram o monopólio da terra explorada capitalisticamente ou não.³

Neste caso, alguns elementos podem actuar como contratendências à lei da queda tendencial.

Há hipóteses de que na compra de matérias-primas provenientes de produção não capitalista o capital industrial se aproprie de parcela do excedente produzido naquela circunstância. Este excedente seria valor apropriado e transferido para o produto final mas não constituiria elemento do seu custo de produção.

Desta forma, este excedente constituiria parte do lucro do capital mas nada teria a ver com a mais-valia produzida internamente. É levando em consideração esta hipótese que se pode falar de metamorfose do excedente não capitalista em lucro.

Por exemplo:

Se o sector industrial de um país A compra matérias-primas de um país B onde as relações de produção não são capitalistas, uma das situações que podem ocorrer é a seguinte:

Custo de produção do sector industrial de A

$$Cp = (c + v)$$

Chamando-se e à parcela do excedente produzido no país B e apropriado sob a forma de matérias-primas, teremos:

Valor da produção do sector industrial de A

³ Ao comparar países em fases diversas de desenvolvimento é grave erro pretender determinar o nível da taxa nacional de lucro em função do nível da taxa nacional de juro, sobretudo quando se confrontam países de produção capitalista desenvolvida e países onde o trabalho ainda não está formalmente subordinado ao capital embora o trabalho seja na realidade explorado pelo capitalista. (...) Este lucro abrange todo o lucro e algo mais em vez de exprimir apenas, como nos países de produção capitalista desenvolvida; parte ... de mais-valia produzida, ou seja o lucro" MARX L3 pag. 246 e MARX (1976) L3, pag. 212 (grupo novo) Considera-se o raciocínio semelhante para o efeito da composição orgânica do capital.

$$Vp = (c + e) + v + m$$

onde m = mais-valia global e

$e + m$ = lucro global

Neste caso, qual é a taxa de lucro?

$$r = m/(c + v)$$

ou

$$r = (e + m)/(c + v)$$

Se se aceita a segunda alternativa admite-se que existe para o sector industrial dos países desenvolvidos, ao lado de uma taxa de exploração dos próprios trabalhadores, uma outra que exprime o grau de exploração dos trabalhadores dos países mais atrasados ligados à produção de inputs para o sector industrial mais desenvolvidos.

Isto porque, da mesma forma que os mecanismos de concorrência levam à transferência de mais-valia dos ramos de baixa composição orgânica para os de alta composição, existem mecanismos que transferem o excedente produzido em economias não capitalistas mas subalternizadas ao mpc para as economias capitalistas.

Isto pode, em parte, explicar o aprofundamento das distâncias económicas entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas.

Se, no exemplo dado, a taxa de lucro pode assumir a forma

$$\frac{e + m}{c + v}$$

onde se dá um acréscimo no numerador sem acréscimo correspondente no denominador da fracção, esta taxa de lucro será mais elevada em decorrência das relações económicas com os países mais atrasados. Outros factores, no entanto, podem contribuir para o crescimento desta taxa. Um deles é a redução do custo da força de trabalho.

4.1.1 Considerações sobre a invariância da taxa de exploração

Do ponto de vista lógico e histórico, em circunstâncias diversas, diferentes factores podem facilitar o aumento da taxa de exploração.

O primeiro factor a referir é o aumento da produtividade na produção dos bens que fazem parte do consumo do trabalhador.

Este aumento de produtividade vai resultar necessariamente na redução do valor de trabalho se se considera constante e necessidade de consumo dos trabalhadores.

Por sua vez, sendo reduzido este valor, diminuirá também a parcela de tempo necessário na jornada de trabalho e conseqüentemente cresce o tempo suplementar aumentando de forma relativa a mais-valia.

Se se considera, no entanto, que as necessidades de consumo dos trabalhadores são crescentes, então o valor da força de trabalho não diminuirá necessariamente na mesma proporção do aumento da produtividade.

Outro factor que pode facilitar o aumento da taxa de exploração: a satisfação de parte das necessidades de consumo dos trabalhadores com produtos adquiridos à margem dos dispêndio de salários.

Dois casos são os mais frequentes:

Primeiro: parte das necessidades são satisfeitas pela economia doméstica. ⁴

Segundo: parte das necessidades são supridas pelo Estado.

Qualquer dos factores citados contribui para a alteração da relação tempo necessário / tempo suplementar, em favor do segundo, o que é um elemento de pressão para o aumento da taxa de exploração.

⁴MEILLASSOUX (1976)

4.1.2 A relação entre o excedente, mais-valia e lucro no contexto do capitalismo

Do ponto de vista teórico, no modo de produção capitalista, o excedente é igual à mais-valia.

Mas nas formas sociais onde o m.p.c. está presente e dominante a questão aparece revestida de maior complexidade. Além da dificuldade na determinação dos limites do trabalho produtivo existe uma outra, a saber, qual a parcela do valor excedente criado constitui de facto mais-valia.

Baran e Sweezy afirmam:

"Na realidade, os lucros registados estatisticamente estão longe de compreender todo o excedente económico. O juro e a renda são também formas de excedente, e, como iremos ver, sob o capitalismo monopolista outras formas também assumem importância decisiva".⁵

Outro tipo de questão liga-se às anteriores, decorrendo directamente do confronto da teoria com realidade, sobretudo, do facto desta realidade ter sofrido grandes e profundas transformações.

Quais são as leis essenciais que regem o capitalismo contemporâneo? É uma questão a que muitos autores têm dado as suas respostas, das quais algumas são as que se seguem.

⁵BARAN (1978) pag. 79

4.2 A variação do lucro como resultado da variação na procura efectiva

Joan Robinson, sobre a taxa de lucro diz o seguinte:

"Na economia ortodoxa no tempo de Marx era aceite o dogma de que existe uma tendência a longo prazo para a descida da taxa de lucro. Marx aceitou este ponto e propõe-se explicar o fenómeno dos lucros decrescentes".⁶

Não concordando com a formulação de Marx, já anteriormente apresentada, ela formula a questão de uma outra forma. Ou seja, para a autora:

Se o tempo de trabalho é constante e a proporção do valor criado nas parcelas v e m , também for constante, à primeira vista, m/v só poderá aumentar se os salários descerem. Mas é somente à primeira vista, pois, com o aumento da produtividade do trabalho, haveria uma queda no valor das mercadorias que se traduziria inevitavelmente na queda do valor da força de trabalho.

Julga que a hipótese simplificadora de Marx de uma taxa de mais-valia constante, é errada.

Mas esta crítica é de pormenor pois a falha fundamental que ela reconhece na teoria de Marx sobre a taxa de lucro é, como escreveu:

"Marx falhou no estabelecimento de uma permissa da tendência da taxa de lucro para decrescer, quando o problema da procura efectiva é deixado de lado".⁷

⁶ROBINSON (1977), pag. 85

⁷IBD. pag. 92

Neste aspecto tomando uma posição Keynesiana ela estabelece uma grande identidade entre o pensamento de Marx e o de Kalecki, reconhecendo apenas uma diferença entre os dois, a saber, o tipo de mercado, para o primeiro, de concorrência perfeita e, para o segundo, imperfeita.

A questão da procura efectiva é para Robinson uma questão de fundo:

"É o nível de procura efectiva que determina o total dos lucros, enquanto no esquema de Marx o total dos lucros é incapaz de aumentar por qualquer outra razão. (...) Marx falha ao provar que o total dos lucros é limitado, com exclusão da procura efectiva".⁸

Há que sublinhar uma grande falta de precisão na apresentação que esta autora faz do pensamento de Marx.

Ao afirmar, por exemplo, que Marx se propõe "explicar o fenómeno dos lucros decrescentes" ela condena-o à partida, a resultados negativos. Marx formula a lei da queda tendencial para a taxa de lucro e não, como afirmou Robinson, para o lucro. Neste ponto, a crítica torna-se inconsistente.

Quanto à produtividade e o valor da força de trabalho, não se pode sob pena de graves erros estabelecer entre estes dois elementos uma relação linear. Isto porque, de acordo com a teoria do valor-trabalho, tal como Marx formulou, mesmo aumentando o valor produzido por hora de trabalho, (no caso do aumento da intensidade de trabalho), o aumento da produtividade pode verificar-se sem entretanto provocar alterações na repartição da jornada de trabalho relativamente aos tempos necessário e suplementar. Isto pode verificar-se em várias situações:

⁸ROBINSON (1977) pag. 92

Primeira: quando a produtividade aumenta em ramos que não produzem bens de consumo ou bens de capital que entrem como inputs na produção dos primeiros;

Segunda: quando aumenta a produtividade dos bens de consumo e se dá um aumento proporcional das necessidades dos trabalhadores;

Terceira: quando o aumento da produtividade é acompanhado de inflação e por conseguinte os preços dos produtos crescem em proporções superiores ou iguais ao crescimento dos salários.

Parece, portanto, válida a hipótese de taxa de exploração constante.

A crítica de Robinson cinge-se à esfera teórica e, dentro desta, à lógica interna e à coerência da formulação de Marx da lei da queda tendencial. Não há de sua parte a tentativa de confronto teoria versus prática, nem tão pouco uma formulação explícita para o movimento da taxa de lucro.

Permanece, entretanto, claro, que a questão dos preços está no centro das suas preocupações.

4.3 Variação da taxa de lucro associada a fases distintas do modo de produção capitalista

Para Sweezy e Baran, existem dois momentos distintos no modo de produção capitalista cada um deles sendo regidos por leis essenciais particulares.

Assim, numa fase concorrencial eles admitem a formação do preço na base do custo de produção e do valor do produto, enquanto numa fase monopolista o preço seria

"determinado apenas pela ânsia dos compradores em comprar e pela solvência, independentemente do preço ser determinado pelo custo de produção e pelo valor do produto".⁹

O valor do produto, para estes autores, é composto de três partes:

- Capital constante = c
- Capital variável = v
- mais-valia = m

A taxa de lucro, que para Marx pode ser expressa em função da mais-valia, para eles deve ser expressa em função do excedente; sendo o excedente compreendido da seguinte forma:

"Excedente económico efectivo compreende, obviamente, parcela menor do produto social que é abrangida pela noção marxista de mais-valia (...). O excedente efectivo abrange apenas a parcela de mais-valia que é acumulada; em outras palavras não inclui o consumo da classe capitalista, os dispêndios governamentais com a máquina administrativa, as forças armadas, etc."¹⁰

⁹SWEEZY (1976 pag. 83

¹⁰BARAN (1977) pag. 74

Com estes conceitos introduzidos melhor se pode compreender o pensamento dos autores sobre o lucro e a taxa de lucro.

Assim, na fase concorrencial, uma pré-condição para a acumulação capitalista é a abundância de mão-de-obra. À medida que se vai aproximando do pleno emprego os capitalistas concorrem entre si pela contratação de novos operários, trazendo como resultado desta competição, a elevação dos salários e a redução da mais-valia.

A redução da mais-valia, por sua vez, implicará necessariamente um declínio da taxa de lucro, o qual ocasionará a crise.

E concluindo:

*"Na medida em que a taxa de lucro manifesta uma tendência decrescente pela razão dada, parece claro que temos uma teoria das crises".*¹¹

Há, portanto uma associação explícita entre a queda da taxa de lucro e as crises, sendo privilegiada a óptica da produção.

Quanto à fase monopolista a análise é outra.

Nas palavras de Baran:

*"Na fase monopolista do desenvolvimento capitalista, o mecanismo de igualização da taxa de lucro só opera no sector competitivo da economia, sector este que se apresenta então bem reduzido. As taxas de lucro são baixas e o montante de lucro disponível para investimento, relativamente pequeno. Na esfera monopolista e oligopolista da economia as taxas de lucro são desiguais, predominantemente altas e o montante de lucro disponível para investimento, prodigiosamente grande".*¹²

¹¹SWEEZY (1976) pag. 177

¹²BARAN (1977) pag. 147

De facto, Marx ao formular a teoria da taxa média de lucro, supôs como hipótese a concorrência. Esta última entendida como a busca permanente de lucros extraordinários que levasse o capital a transferir-se frequentemente de um ramo a outro.

Numa economia baseada apenas no pequeno capital existem barreiras fortes a estas transferências. Barreiras de diferentes tipos, tais como:

Barreira de caracter tecnológico. Ou seja, a utilização de equipamento, matérias-primas e força de trabalho fortemente especializados, constitui um forte impedimento a que o pequeno e médio capital abandone um ramo de produção para se estabelecer num outro.

Barreira de mercado: as grandes empresas monopolizadas e "oligopolizadas" de que fala Baran, têm frequentemente o controle do mercado não permitindo, ou pelo menos dificultando, a entrada de novos capitais nos ramos por eles ocupados, bem como mostra este autor com forte fundamentação de dados.

A questão da taxa de lucro pode ser vista de outra forma, ou seja, a tradicional concorrência entre os capitais dá-se num outro nível.

Com a presença do capital financeiro a concorrência sai da esfera restrita dos ramos de produção e apresenta-se revestida de novas formas. Uma delas é o jogo dos capitais financeiros para o estabelecimento de uma taxa de lucro, obedecendo à seguinte lógica:

Cada capital individual procurará sua remuneração com base numa margem. Esta margem será estabelecida de modo a proporcionar ao conjunto do capital associado em grupos financeiros uma taxa de lucro social.

A base desta lógica encontra-se na grande mobilidade do capital financeiro que permite uma relativa facilidade na sua emigração de uns ramos para outros.

Baran e Sweezy, no entanto, negam a existência da taxa geral de lucro no capitalismo monopolista pois, segundo julgam, a economia nesta fase de desenvolvimento encontra-se dividida em dois sectores independentes: o primeiro, o sector formado por monopólios ou oligopólios onde as taxas de lucro seriam altas e desiguais, um montante de lucros prodigiosamente grande e uma tendência à redução do volume de investimentos; o segundo, o sector competitivo, onde as taxas de lucro seriam baixas e o montante de lucros pequeno.

Neste termos, os autores dizem haver uma tendência para o sector competitivo tornar-se monopolista ou oligopolista, concluindo que:

"Assim, em qualquer situação dada, o volume de investimento tende a ser inferior ao volume de excedente económico que seria gerado em condições de pleno emprego. Verifica-se, por conseguinte, uma tendência à estagnação, ao subemprego e à superprodução".¹³

Desta situação, onde o produto social é estacionário e o volume de desemprego é crescente, concluem que a cada substituição dos equipamentos e consequente aumento de produtividade, a situação agrava-se, dado que o excedente económico é cada vez maior e cada vez mais absorvido pelas actividades improdutivas.

A nível teórico propõem a substituição da lei da queda tendencial da taxa de lucro pela lei do excedente crescente com a seguinte justificação:

"Substituindo a lei do lucro decrescente pela do excedente crescente, não estamos, portanto, negando ou modificando um teorema tradicional da Economia Política"

e formulam a nova lei:

"Se igualarmos provisoriamente os lucros globais com o excedente económico da sociedade, poderemos formular, como uma lei do capitalismo monopolista, o facto de o excedente tende a elevar-se tanto absoluta como relativamente à media que o sistema se desenvolve".

¹³BARAN (1977) pag. 147

E concluem que:

*"O que é mais essencial na modificação estrutural sofrida pelo capitalismo, de sua forma competitiva para a monopolista, encontra sua expressão teórica nessa substituição".*¹⁴

Enquanto para Marx, de uma forma geral:

*"A tendência gradual, para cair, da taxa geral de lucro é apenas expressão, peculiar do modo de produção capitalista, do processo da produtividade social do trabalho"*¹⁵

para Sweezy e Baran, na fase monopolista o capitalismo é estagnário.

A questão é polêmica. Já o era no passado. Veja-se um comentário do próprio Marx:

*"Dada a grande importância que essa lei tem para a produção capitalista, pode-se dizer que constitui o mistério em cuja solução se absorve a economia política desde Adam Smith, e que as diferentes escolas, depois dele divergem na tentativa de resolvê-lo".*¹⁶

¹⁴BARAN (1977), pag. 79

¹⁵MARX, L3 pag. 244 e MARX (1976) L3, pag. 211

¹⁶IBD., pag. 244 e pag. 211

4.4 A variação do lucro como consequência da desproporção entre produção e consumo

Se há teóricos, como alguns já referidos, que negam a lei da queda tendencial, há os que acreditam na sua acção e até chegam a lhe atribuir a capacidade de destruição do próprio modo de produção capitalista, É o caso, por exemplo de Grossmann.

Como principal crítica deste autor encontra-se Natalie Moszkowska.

Para ela é um grave erro atribuir a factores que considera meramente técnicos uma capacidade que só pode ser encontrada em factores sociais. No entanto, vai mais longe na sua crítica quando, como Robinson só admitiria a tendência à diminuição da taxa de lucro se e somente se, com o aumento da composição orgânica do capital não aumentasse também a produtividade do trabalho.

Nas suas palavras:

"La tasa de crecimiento de la productividad del trabajo comparada com la tasa de crecimiento de la masa de medios de producción por trabajador siempre es mas alta en las innovaciones técnicas realizadas en el capitalismo".¹⁷

Quer isto dizer que crescendo a relação Produção/hora/trabalhador, cresce a relação Meios de produção/trabalhador. Este crescimento seria no entanto desigual e no caso da inovação técnica, a primeira relação cresceria mais do que a segunda.

Não fica, entretanto, esclarecida a questão de se este crescimento se dá em termos físicos, de valor ou em ambos os termos. Há algumas das suas conclusões que aqui interessa sublinhar. São elas:

¹⁷MOSZKOWSKA (1978) pag. 53

"La explotación de la fuerza de trabajo ajeno es una cuasi función del progreso técnico"

... "Las nuevas máquinas deben garantizar una tasa de crecimiento cada vez más alta de la productividad del trabajo para que puedan introducirse".

*... "Al avanzar el capitalismo la tasa de ganancia debe aumentar ya que depende de factores técnicos".*¹⁸

A esta formulação mais geral ela acrescenta outras, conjunturais, tais como:

*"A tasa de ganancia aumenta en la prosperidad y cae exclusivamente en la crisis, en la depresión".*¹⁹

No caso da prosperidade o aumento é devido às inovações e ao progresso técnico, enquanto que no caso das crises ela justifica assim:

*"La caída de la tasa de ganancia, en este caso, no se debe a la mayor composición orgánica del capital sino a un estancamiento de las salidas, a consecuencia de la desproporción entre producción y consumo".*²⁰

Como Robinson, ela analisa a questão na esfera da circulação, embora reconheça potencialmente a tendência à redução dos lucros na esfera de produção. Assim ela afirma:

*"La creciente composición orgánica del capital reduce por una parte las ganancias potenciales, pero por otra, aumenta su posibilidad de realización".*²¹

¹⁸MOSKOWSKA (1978) pag. 54

¹⁹IBD. pag. 54

²⁰IBD., pag.54-55

²¹IBD., pag. 56-57

Ou seja: o crescimento da composição orgânica reduziria a parcela da mais-valia relativamente ao total do capital na esfera da produção, mas em compensação, na esfera da circulação, ao serem ampliadas as compras das mercadorias destinadas ao capital constante, dar-se-ia a maior realização da mais-valia gerada no sector de produção de meios de produção.

Mas por outro lado, embora o aumento da produtividade potencie uma maior exploração de mais-valia, ao reduzir ou depreciar o valor da força de trabalho restringiria o mercado de bens de consumo.

Várias imprecisões são encontradas na exploração de Moszkowska como por exemplo a ausência de distinção entre o capital fixo e circulante, o que acarreta uma impossibilidade de esclarecer que com o aumento da produtividade aumenta o volume da produção, acarretando quase sempre alterações no valor das matérias-primas.

Esta imprecisão também traz dificuldades ao esclarecimento de uma outra questão: as alterações de valor das mercadorias produzidas.

Ou seja, se a produtividade está ligada ao trabalho concreto, específico e por conseguinte, ao valor de uso da mercadoria. Desta forma, quanto maior a produtividade do trabalho maior será a quantidade de mercadorias produzidas por unidade de tempo. Só indirectamente a produtividade altera o valor do produto. Sem a clara distinção entre as parcelas que compõem o capital constante, ou seja, parcela do capital fixo e parcela de capital circulante, pode-se facilmente resvalar para a análise física da mercadoria quando, neste caso, o que interessa é a análise em termos de valor.

4.5 Variação do lucro como consequência do nível de repartição

Alguns autores discutem o problema da queda tendencial dando ênfase ao aspecto da repartição e minimizando ou mesmo ignorando completamente o aspecto da composição orgânica, considerada por Marx o principal impulsionador da tendência para a queda da taxa de lucro.

Lipietz, por exemplo, diz que a permissa do crescimento da composição orgânica de capital é indemonstrável e assim sendo, também é indemonstrável a queda da taxa de lucro como consequência daquele crescimento. O facto de não ser possível demonstrar estatisticamente, não significa que a tendência não exista. Lipietz põe em causa a verificação empírica mas admite a existência da tendência:

"La tendance n'exprime alors plus rien d'autre que l'essence de la chose, développée dans son existence temporelle".²²

Transpondo o tratamento do problema para o espaço da repartição, apresenta-o da seguinte forma:

Continuando a ter r como taxa de lucro,

$$r = \frac{m}{c + v} = \frac{m/(v + m)}{c/(v + m) + v/(v + m)} = \frac{\mathcal{E}}{K + 1 + \mathcal{E}}$$

²²LI PIETZ (1981), pag. 3

onde

$$m/(v + m) = \mathcal{E}$$

e

$$\frac{c}{v + m} = K$$

Desta forma, vê-se claramente que.

$$0 \leq r \leq 1$$

Se o tempo de trabalho suplementar = 0 (ou seja, $\mathcal{C} = 0$) então,
 $r = 0$

Se o tempo necessário = 0, (ou seja, $\mathcal{E} = 1$), então

$$r = \frac{1}{K}$$

As conclusões matemáticas, porém, não traduzem, neste caso, a realidade, visto que se se admite o tempo suplementar igual a zero, não haveria apropriação da mais-valia e estar-se-ia diante do caso de ausência de reprodução alargada, condição de existência do modo de produção capitalista.

Se se admite a hipótese do tempo necessário igual a zero não existiria o trabalho assalariado, o que mais uma vez conduziria à exclusão do modo de produção do qual se está a tratar. Podemos concluir que m , em nenhuma circunstância pode assumir o valor zero ou o valor 1.

4.6 Outras formulações para a rendibilidade do capital

Roemer ²³ afirma que a análise de Marx da taxa de lucro é microeconómica. Nesta óptica, ele admite a queda da taxa de lucro em consequência de aumento salarial.

Em termos microeconómicos, como Lipietz, põe a questão em termos de repartição e em termos macro só admite a queda daquela taxa de forma pontual, como nas situações que se seguem.

Primeira situação: o aumento dos gastos do estado conduz ao aumento dos impostos e neste caso a taxa de lucro do capital cairia;

Segunda situação: uma maior capacidade de negociação dos países subdesenvolvidos face aos desenvolvidos poderia ter como consequência uma deterioração dos termos de troca para os segundos, o que também acarretaria uma queda na taxa de lucro.

Fine e Harris ²⁴, por sua vez, defende que nada permite afirmar a existência de uma queda na taxa de lucro, inerente ao processo de acumulação.

Analisando o problema, como os autores citados anteriormente, na esfera da repartição, consideram irrelevante a questão da composição orgânica de capital e mesmo admitindo que subida de salário acarrete queda da taxa de lucro, sendo o primeiro uma variável exógena à acumulação, continua em aberto o problema da formulação de uma teoria da acumulação baseada em sua própria força interna.

Nakatani ²⁵ referindo-se à taxa geral de lucro, considera que a lei se mantém válida para o caso do salário crescente mas, mesmo assim, admite que quando são adoptadas técnicas excepcionalmente produtivas a taxa de lucro pode mesmo subir.

Gillman ²⁶ analisa a queda da taxa no quadro monopolista em níveis

²³ROEMER (1977)

²⁴FINE e HARRIS (1976)

²⁵NAKATANI (1980)

²⁶GILLMAN (1980)

diferentes: um nível geral e outro particular, o do capitalismo real do século XX.

No nível geral ele diz que no quadro monopolista, dois fenómenos se verificam:

1. Os monopólios industriais de uma nação adquirem uma parte sempre crescente do lucro total desta nação;
2. Os monopólios dominantes das nações capitalistas adquirem uma parte sempre crescente do lucro total de todas as nações capitalistas.

Esta apropriação por parte dos grandes monopólios leva à extinção gradual da indústria concorrencial, e é possível graças ao facto dos preços serem determinados pelas piores condições e não pelas médias como era no capitalismo concorrencial.

Desta forma, ela apresenta a tese de que no período do capitalismo monopolista, a baixa da taxa de lucro torna-se, principalmente, o problema da realização da mais-valia. Assim, produziu-se uma alteração no funcionamento da economia capitalista.

Face a esta alteração, Gillman conclui:

1. É necessário modificar a hipótese de que o progresso tecnológico leva ao crescimento da composição orgânica;
2. A hipótese de uma taxa de mais-valia constante parece ser confirmada quer teórica quer historicamente.

Neste quadro, ele chama a atenção para o conflito entre o consumo e a acumulação, impossível de ser resolvido fora do quadro da planificação socialista. O resultado é:

1. Crises periódicas involuntárias;
2. Baixa, a longo prazo, involuntária, periódica e correspondente, da taxa de lucro;
3. Tendência involuntária a uma constância de partes relativas.

É , pois, como consequência deste conflito que aparece a baixa da taxa de lucro.

4.7 Hipóteses teóricas de variação na taxa de lucro na esfera da produção e na da circulação

Considere-se as seguintes hipóteses:

1. Inexistência de monopólio e capital financeiro;
2. Um quadro de concorrência;
3. Ausência da capacidade ociosa do capital produtivo;
4. Ausência de inflação;
5. Ausência de crédito;
6. Valor constante da força de trabalho.
7. Ausência de capital fixo

Inicialmente tem-se o capital sob a forma produtiva, ou seja, meios de produção e força de trabalho, reunidos em processo de trabalho.

O ciclo do capital produtivo ...*P*... apresenta a seguinte configuração:

$$\begin{array}{c}
 \dots P_1 \dots M'_1 - D'_1 - \begin{array}{c} MP \\ / \\ M_1 \dots P_2 \dots (I) \\ \backslash \\ FT \end{array}
 \end{array}$$

Supondo-se a reprodução simples,

$$\dots P_2 \dots = \dots P_1 \dots$$

isto implica que, se nada se alterou, do ponto de vista das proporções e das quantidades das diferentes partes do capital investido, uma alteração na taxa de lucro só poderá resultar das condições de realização do produto, produzido por $\dots P_2 \dots$.

Pressupondo agora, a concorrência entre os capitais, cada capitalista individualmente, com o objectivo de aumentar o seu lucro vai procurar duas coisas: o aumento da oferta e a redução dos custos.

No caso do aumento da oferta sem a redução do custo unitário, significa que a produtividade permanecerá e o aumento da produção far-se-á com o aumento proporcional das partes circulante e variável do capital e o ciclo do capital produtivo teria uma configuração distinta da do ciclo anterior e apresentar-se-á assim:

$$\dots P_2 \dots M_2' - (D' + d_2) - \overset{MP_2}{\underbrace{M_2 \dots P_3 \dots}}_{FT_2} \quad (II)$$

Como não houve aumento de produtividade.

$$\frac{MP}{FT_2} = \frac{MP}{FT_1}$$

Mas

$$\dots P_3 \dots > \dots P_2 \dots$$

Chamando de μ a mais-valia produzida, e ainda não realizada tem-se:

$$\frac{\mu_2}{M_2} = \frac{\mu_1}{M_1}$$

e

$$\mu_2 > \mu_1$$

Se o conjunto dos capitalistas aumentarem a produção haverá uma expansão da oferta global de mercadorias que se poderá reflectir na baixa dos preços. Não tendo havido alteração na produtividade do trabalho, os custos unitários não sofreram também qualquer alteração. Desta forma, a queda dos preços acarretará uma queda nos lucros.

Neste caso, a baixa da taxa de lucro fica-se a dever à falta de realização do valor na sua totalidade.

Se se observar através do ciclo do capital mercadoria,

$$M'_1 - D'_1 - \begin{array}{c} MP \\ / \\ M_2 - \dots P_2 \dots M'_2 \\ \backslash \\ FT \end{array}$$

No caso de reprodução alargada,

$$M'_2 > M'_1$$

Se as condições de realização de M'_2 forem iguais as de M'_1 então a taxa de lucro permanecerá a mesma.

É somente através do ciclo do capital dinheiro que se pode observar o nível de realização do produto.

O ciclo é,

$$D_1 - \begin{array}{c} MP \\ / \\ M_1 - \dots P_1 \dots M'_1 - D'_1 - \begin{array}{c} MP \\ / \\ M_2 - \dots P_2 \dots M'_2 - D'_2 \\ \backslash \\ FT \end{array} \end{array}$$

Para que não se verifique alteração na taxa de lucro

$$\frac{D'_2 - D'_1}{D'_1}$$

terá que ser igual a

$$\frac{D'_1 - D_1}{D_1}$$

Nada obriga a que seja assim.

Em síntese, se a produção aumenta sem redução no custo unitário das mercadorias, o valor da produção aumenta, a massa de mais-valia produzida também aumenta e, somente em função de realização poder-se-á obter taxas de lucro iguais ou diferentes.

Se, no entanto, o aumento da produção decorrer do aumento da produtividade tem-se uma situação diferente.

Partindo do ciclo do capital produtivo (I), suponha-se que a produtividade triplicou.

No ciclo (III)

$$\dots P_2 \dots M'_2 - D'_2 - \begin{array}{c} MP \\ / \\ M_2 \dots P_3 \\ \backslash \\ FT_1 \end{array}$$

tem-se, em termos globais,

$$\dots P_3 \dots = 3(\dots P_2 \dots)$$

e comparando (I) e (II) verifica-se que:

1. O valor final do capital produtivo nos dois ciclos é diferente em consequência da maior quantidade de matérias-primas utilizadas no ciclo (III);
2. Os totais de mais-valia produzidos nos dois ciclos são iguais;
3. A relação MP/FT nos dois ciclos são diferentes, sendo no (III) maior que no (I).

Tratando-se de produtividade, se ela se verifica apenas para alguns capitais, aqueles que forem mais produtivos vão se apropriar no mercado de parcela de mais-valia produzida por outros. Mesmo sem ter havido alterações na massa da mais-valia ela pode ser distribuída de forma diferente, acarretando para os capitais menos produtivos uma queda na taxa de lucro individual ou, mesmo, a sua eliminação.

No primeiro caso a tendência da queda de taxa de lucro manifesta a nível do capital individual, no segundo, manifesta-se a nível global visto que uma parcela do capital fixo, embora posto de parte, não lhe sendo reconhecido o valor, ele continua imobilizado.

Admitir níveis de produtividade diversos significa que o custo de produção por unidade produzida é diferente para os capitais individuais, o que se manifesta no facto do custo social médio de cada produto ser superior ou inferior ao custo individual.

Sendo assim, a taxa média de lucro de um período dado pode representar para um capital individual, uma subida, uma descida, ou uma permanência da taxa de lucro do período anterior.

Se se admitir, por exemplo, que toda a produção social seja realizada, os capitais que por terem maior produtividade obtiveram lucros extraordinários, vão ser estimulados a aumentar mais ainda a sua produção o que levará a que nos períodos mais próximos a oferta no mercado se apresente superior à procura. Os preços, por sua vez serão pressionados para baixo. A partir de um certo nível de redução dos preços, parte de mais-valia gerada em ...*P*... e contida em *M'*, pode não se realizar.

Neste caso, mesmo admitindo-se que de um ciclo produtivo para outro haja uma alteração positiva da quantidade de mais-valia produzida, verifica-se uma diminuição na relação entre mais-valia realizada e capital social global.

Ou seja forma-se uma taxa de lucro efectiva inferior à potencial:

$$\frac{D' - D}{D} < \frac{\mu}{M'}$$

Com *M'* representando a forma-mercadoria da totalidade do capital avançado (*D*)

Dentro dos pressupostos enumerados inicialmente, o movimento de cada capital individual será:

Em fase de expansão da economia.

A busca de melhores condições de concorrência leva à alteração positiva de produtividade. A relação *MP/FT* tende a crescer, diminuindo a parcela μ relativamente ao conjunto do capital.

Enquanto a economia permanecer em expansão, há procura efectiva

para as mercadorias, os preços são altos, realiza-se todo o valor que é produzido.

Nos diferentes mercados reflectem-se os movimentos individuais de expansão. Cresce a procura de meios de trabalho, o que resulta num aumento da produção de máquinas, equipamentos, ferramentas, etc.

Cresce a procura de matérias-primas, o que leva a um aumento dos custos individuais dos capitais produtivos, quer seja pela maior quantidade absorvida de matérias-primas, quer pelo financiamento da investigação técnico-científica no sentido de economizar a utilização destas últimas, ou substituí-la por outras, etc.

Estes movimentos fazem com que o aumento da produtividade não seja simultâneo para todos os capitais individuais.

As novas descobertas técnico-científicas, por exemplo, exigem um valor crescente de investimentos que normalmente só se tornam rentáveis a prazos longos.

Enquanto a economia continuar a sua expansão a totalidade da mais-valia gerada será realizada ao mesmo tempo que os capitais mais produtivos se apropriem de parcelas de mais-valias geradas por outros, menos produtivos, no geral, as diferenças de nível na apropriação individual do valor social esbatem-se e a totalidade da mais-valia transforma-se em lucro.

Admitindo-se agora a fase de recessão, tem-se o seguinte quadro:

Os estoques sob a forma de M' crescem e, como inicialmente se admitiu a inexistência de crédito, dá-se uma escassez de capital sob a forma de dinheiro. Se, $M' - D'$ não se realiza na totalidade, uma parte da mais-valia gerada pode não vir a transformar-se em capital.

Neste caso, o capital produtivo sofrerá uma desactivação e o próximo ciclo produtivo não apresentará crescimento tão grande como na expansão.

Esta redução pode mesmo gerar uma certa capacidade ociosa no capital.

Se no caso de expansão, a redução relativa de mais-valia era em parte ou totalidade compensada pelo aumento absoluto da sua massa e pelas condições óptimas de realização, no caso da recessão, a tendência a diminuição relativa da mais-valia na esfera da produção acentua-se, com o surgimento da capacidade ociosa dos meios de trabalho instalados e com o afastamento da produção de parcela dos trabalhadores.

Esta tendência vai-se agravar na esfera da circulação onde os produtos terão menos procura e menores preços em decorrência do estreitamento do mercado.

Neste caso, a relação $\frac{\mu}{M'}$ será menor e

$$\frac{D'' - D'}{D'} < \frac{D' - D}{D}$$

As conclusões que se podem tirar são:

À medida que cada capital individual aumenta a sua produção, com variação positiva da produtividade, a relação entre a mais-valia produzida e o capital tende a diminuir.

Como todos os capitais tendem a fazer a mesma coisa, a nível social tende-se para o desenvolvimento das forças produtivas, a qual, em seu conjunto, altera qualitativamente a expressão MP/FT, enquanto composição técnica e, enquanto valor, vão aparecer certas variações.

No espaço de tempo no qual ocorre a realização do capital fixo, ou seja, nos sucessivos ciclos do capital circulante, a tendência para alteração em termos de valor MP/FT é positiva, sempre que houver aumento de produção.

A todo o início do ciclo do capital produtivo esta tendência acenar-se.

A maior ou menor taxa de lucro dependerá em última instância da maior ou menor quantidade de mais-valia produzida e das condições de realização da produção.

4.8 Algumas conclusões sobre aspectos teóricos da rendibilidade do capital

Ao formular a lei da queda tendencial da taxa de lucro em função do decréscimo relativo do capital variável face ao constante, Marx utilizou a hipótese simplificadora da invariabilidade da taxa de exploração.

Ele escreveu:

"Esse aumento progressivo do capital constante em relação ao variável deve necessariamente ter por consequência a queda gradual na taxa geral de lucro, desde que não varie a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital".²⁷

Daí, deve-se deduzir que à medida que se processa a acumulação cresce mais rapidamente o investimento em capital constante do que em variável.

Quanto à taxa de exploração, a formulação é de uma hipótese e não uma fatalidade.

Se se observar a relação genérica que exprime a taxa de lucro em função da capital global investido e do lucro, não se pode ver o movimento dos distintos elementos do capital. Por esta razão é necessário considerar-se um certo grau de abstracção presente na formulação de Marx, da qual ele previne o leitor, como na passagem:

"O lucro de que ora falamos é apenas outro nome para a própria mais-valia, considerada em relação a todo o capital e não em relação ao capital variável donde deriva".²⁸

²⁷MARX, L3, pag. 242 e MARX (1976), L3, pag, 210

²⁸IBD. pag. 244-245 e pag. 211

A fórmula de que se parte é:

$$r = \frac{m}{c + v}$$

ou, dividindo-se todos os elementos presentes pelo v

$$r = \frac{m'}{n + 1}$$

Em termos de valor, todos os elementos que compõem o capital estão nesta fórmula representados.

O desenvolvimento do capital, como já se viu anteriormente, leva ao crescimento da composição técnica do capital, daí uma tendência para o crescimento da composição orgânica, o que implica uma queda relativa da produção de mais-valia face ao capital global.

Para Marx,

*"A queda da taxa de lucro expressa portanto a proporção decrescente da própria mais-valia com o capital global adiantado, e por isso não depende da distribuição qualquer que seja ela, da mais-valia entre diversas categorias".*²⁹

A tendência para a queda da taxa de lucro só é admissível se ao acréscimo da capital não corresponder um acréscimo proporcionalmente igual ou maior da mais-valia.

Os capitalistas, intuitiva ou conscientemente, tudo fazem para que isto não se verifique na prática. Ou seja, procuram baratear os elementos que entram na produção como capital constante, aumentar a taxa de exploração, encontrar mercados externos para realizar o seu produto em melhores condições, etc.

Estes e outros mecanismos que Marx chamou de contrários à lei, funcionam como contratendências à queda da taxa de lucro e fazem com que a taxa de lucro permaneça, ou mesmo cresça, excepto nos momentos de crise.

Em síntese, deve-se compreender a lei da queda tendencial da taxa de lucro como uma das tendências que sofre a taxa de lucro, para baixo, em virtude do crescimento da composição orgânica, simultaneamente com os

²⁹MARX, L3, pag. 245 e Marx (1976) L3, pag. 211

outros mecanismos, contratendências, que pressionam a taxa no sentido contrário, para cima.

De um modo geral, as contratendências são o conjunto de mecanismos económicos que contribuem para a redução dos custos de produção e/ou o aumento do valor passível de se transformar em lucro.

Antes, porém, de abordar o papel da exploração colonial na acumulação capitalista, é importante termos presente algumas questões relacionadas com o comportamento da taxa de lucro, no quadro do capitalismo contemporâneo.

4.9 Sobre o comportamento da taxa de lucro no capitalismo contemporâneo

Uma construção teórica é constituída a partir da realidade na sua forma abstracta e representativa.

Sem ser uma descrição do concreto, o modelo entretanto, deve permitir a apreensão das linhas gerais e ao mesmo tempo mais características e essenciais deste mesmo concreto.

Para que um modelo seja efectivamente explicativo, as variáveis que o compõem, além de serem extraídas do original, devem-no ser essenciais . De outra maneira, mostrar-se-á instrumento inadequado à explicação essencial do concreto.

Ao utilizar a expressão modelo teórico está-se ciente da existência de vários modelos alternativos à explicação da repartição do excedente económico nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Sem perder de vista as diferentes abordagens que fazem aos fenómenos económicos, tratar-se-á aqui de, a partir de teoria da formação de uma taxa de lucro médio tal como Marx a concebeu, de incluir as variáveis monopólio e capital financeiro e verificar do que daí resulta em termos do modelo teórico.

Para este efeitos, considera-se a existência do monopólio industrial , a presença do capital financeiro e desta forma modifica-se o quadro, nas esferas da produção e da circulação, considerados aqui como dois espaços interdependentes onde o lucro é gerado a apropriado.

É comum, na literatura económica, considerar-se a existência de estádios distintos no modo de produção capitalista. Os estádios, quase unanimemente considerados são: "*capitalismo de livre concorrência*" e "*capitalismo monopolista*".

Com terminologia semelhante, as análises são muitas vezes rigorosamente divergentes. Por exemplo, no caso da categoria "monopólio", veja-se como a tratam os néo-clássicos.

Para os néo-clássicos mais tradicionais esta questão é vista em termos de mercado e estes últimos são, pelo menos, de quatro tipos: "de concorrência perfeita", "de concorrência imperfeita"; "de monopólio" e "de oligopólio" (puro ou diferenciado).

Desta óptica, usualmente, a explicação do "monopólio" ou da "concorrência" está restrita à questão do preço do produto. Não se faz qualquer tipo de ligação entre concentração e centralização da produção, por um lado e, mercado, por outro.

Desta forma, monopólio nesta teoria não significa a essência do capitalismo numa etapa histórica determinada do seu desenvolvimento, mas algo a-histórico, presente em qualquer momento, desde que o mercado propicie a formação de preços livres de concorrência.

Nesta sequência lógica, os preços de monopólio são fixados acima dos custos marginais em decorrência da curva da procura dos produtos monopolistas ter elasticidade infinita.

O monopólio é, desta forma, perfeitamente despido do seu conteúdo histórico e apreendido com o sentido de exclusividade na venda de dado produto.

Numa retrospectiva da utilização deste termo monopólio como exclusividade, constata-se que ele surgiu muito antes da existência do monopólio capitalista.

Cournot, em trabalho publicado em 1838 foi praticamente iniciador desta teoria quando explicou o lucro pela maximização do preço para o caso de um ou dois vendedores dominarem o mercado de certo produto.

Nesta explicação encontrava-se o "germe" das teorias do "Monopólio" e do "Oligopólio",³⁰

Em Adam Smith também se encontram elementos de análise muito semelhantes à do autor referido, sobretudo na ideia de que se o número de empresários é ou torna-se reduzido, o preço pode ser facilmente acordado por eles.³¹

³⁰BLANG (1968) pag. 318

³¹Esta idéia também está presente em STUART MILL

Em nossos dias encontram-se muitas explicações de fenómenos actuais baseados neste mesmo pressuposto: ausência de concorrência desde que exista monopólio.

Por exemplo: alguns autores explicam a inflação como consequência da fixação de altos preços pelo monopólio para manter o nível dos lucros. ³²

Mas, este conceito "monopólio" tal como nos referimos até agora torna-se inadequado à análise da realidade já que só é aplicável à situações particulares: e é assim que a ideia de "oligopólio", do qual o mais simples seria "duopólio", é necessariamente introduzida na teoria.

A categoria "oligopólio" amplia, sem dúvida, a capacidade teórica de análise mas ainda tem um alcance limitado e não permite por a nú a essência deste fenómeno. A sua capacidade é meramente descritiva e limitada a dois tipos de situações. Ou seja:

1. Uma situação de "oligopólio diferenciado" ou "oligopólio imperfeito" - quando existe um grande número de empresas com produtos diferenciados;
2. Uma situação de "oligopólio concentrado" - quando existem sectores industriais diferenciados e com elevado grau de concentração.

Autores como Galbraith, por exemplo, afirmam que *"o oligopólio é a maneira mais apropriada para analisar o mercados industriais dos Estados Unidos"*.³³

Outros, entretanto, associam o termo monopólio a um estágio histórico de evolução do modo de produção capitalista, como se verá no ponto que se segue.

³²BERNASSY (1976), DOWD (1976), SHERMAN (1976)

³³GALBRAITH (1948) I, pag. 107

4.9.1 Novos traços do MPC e os possíveis efeitos sobre a variação da taxa de lucro

O modo de produção capitalista, sendo historicamente determinado, evolui no tempo ganhando novos traços sem perder, no entanto, características essenciais tais como a propriedade privada capitalista dos meios de produção, o trabalho assalariado e a apropriação do excedente pelos capitalistas sob a forma de lucro.

Sem alterar a essência do sistema, surgem novas formas que decorrem do desenvolvimento dos investimentos privados directos mundialização das relações económicas; de formação dos monopólios, como é o caso da sociedade por acções onde a propriedade social substitui a individual, conservando o carácter privado, como se referirá mais adiante.

Este e outros traços novos, se não representarem uma alteração radical na forma de propriedade não serão suficientes para caracterizar um novo modo de produção mas provocam grandes transformações no funcionamento do modo de produção capitalista.

É neste quadro que se reconhece nos limites do modo de produção capitalista, um estágio concorrencial e um monopolista.

E é neste contexto que o estágio monopolista é identificado como aquele onde o capital bancário e industrial aparecem unidos e altamente concentrados.

Hilferding, um dos autores que dedicou grande atenção a esta fusão a que chamou de capital financeiro, escreveu:

*"tanto o capital bancário quanto o capital industrial se interessam pela liquidação da livre concorrência."*³⁴

Esta afirmação parece ser correcta se se trata de expressar o interesse objectivo do capital, o que de forma alguma pode significar que ele se materialize de forma absoluta e sem obstáculos.

³⁴HILFERDING (1982) pag. 110

Lenine escreveu:

"O enorme incremento da indústria e o progresso notavelmente rápido da concentração da produção em empresas cada vez maiores constitui uma das particularidades mais características do capitalismo". ³⁵

1. *"Cartéis, Sindicatos Patronais e Trusts; a concentração da produção alcançou um grau tal que deu origem a essas associações monopolistas de capitalistas;*
2. *situação monopolistas de grandes bancos; de três a cinco bancos gigantescos manejam a totalidade da vida económica dos Estados Unidos, da França e da Alemanha;*
3. *conquista das fontes de matérias-primas pelos trusts e pela oligarquia financeira (o capital financeiro é o capital industrial monopolista fundido com o capital bancário); 40 iniciou-se a partilha económica do mundo entre os cartéis internacionais que dominam o mercado mundial e o repartem "(amigavelmente)", enquanto a guerra não o reparte de novo".*

36

Em nossos dias, sem ter perdido os traços característicos anteriores, a economia monopolista transformou-se, surgiram as grandes empresas multinacionais, as grandes empresas estatais, deu-se a fusão de parte do capital comercial com o industrial e bancário, surgiu política económica. Política Económica aqui considerada como gestão global da economia pelo estado (no sentido que lhe dá Brunhoff).³⁷

³⁵LENINE (1977) pag. 586

³⁶IBD. pag. 265

³⁷BRUNHOFF (1980)

Neste novo quadro surgem teorias do capitalismo contemporâneo, das quais, se destacam as mais importantes:

Para Sweezy e Magdoff ³⁸ é a concorrência entre capitais que gera a concentração e a centralização que, por sua vez, levam à substituição da livre concorrência pelo capitalismo monopolista. Nos Estados Unidos as consequências são as seguintes: desvalorização do dólar, estagnação econômica, crise e inflação. Como contratendência à estagnação o estado actua com uma política de armamento e guerra e de financiamento às grandes empresas, onde os mecanismos de empréstimo acentua o processo inflacionário.

Estes autores, de certa forma, dão continuidade às teses de Baran, para quem a economia americana era constituída de dois sectores, sendo o mais importante o sector dos monopólios e oligopólios, este último com taxas de lucro desiguais e relativamente elevadas se comparadas com as do sector competitivo.

Este quadro configuraria o da redução do investimento visto que os sectores menos lucrativos não teriam estímulo para investir e os mais lucrativos teriam barreiras à sua expansão.

O mesmo fenómeno da estagnação é explicado de uma outra forma por Boccara:

*"Assim, em qualquer situação dada, o volume de investimento tende a ser inferior ao volume do excedente económico que seria gerado em condições de pleno emprego. Verifica-se por conseguinte, uma tendência à estagnação, ao subemprego, e a subprodução".*³⁹

³⁸MAGDOFF e SWEEZY (1978)

³⁹BARAN (1977), pag. 147

Nesta lógica, a um produto social estacionário corresponderia sempre um volume crescente de desemprego. Esta situação seria agravada a cada substituição dos equipamentos usados na indústria, por outros mais eficientes. Ou seja, o aumento da produtividade levaria ao aumento do desemprego agravado este último pelo facto de o aumento populacional fazer crescer a força de trabalho disponível.

Baran, para além de simples análise, apresenta as saídas possíveis, segundo o seu ponto de vista: uma, endógena à economia, seria os investimentos das indústrias competitivas em vias de oligopolização; outra, exógena, que ele chama de "impulsos externos", seria proporcionada por investimentos estatais. sendo esta segunda saída, um agravante para o processo inflacionário, tal como escrevem Sweezy e Magdoff.

Aqui se coloca o problema do CME, muito discutido e criticado.

Boccarda, referindo-se ao capitalismo dos tempos actuais escreveu:

"Esta fase é particularmente caracterizada pelas novas ligações que se estabelecem entre o estado e os monopólios".⁴⁰

Ele designou esta fase como a do Capitalismo Monopolista de Estado.

4.9.2 A taxa geral de lucro em presença do monopólio

Em qualquer dos estádios do modo de produção capitalista, a concorrência estará presente como decorrência da propriedade privada dos meios de produção. A acumulação é fruto da concorrência e a concorrência é resultado da acumulação, como se exemplificará mais adiante.

Nesta óptica, entende-se por concorrência a forma como se manifesta a competição entre os capitais visando a acumulação. Ela existe não apenas

⁴⁰BOCCA RA (1972), pag. 15-16

na esfera do mercado, através da guerra dos preços, mas também na esfera da produção.

Na esfera da produção a concorrência pode levar ao desenvolvimento tecnológico mas, ao contrário, também pode ser um entrave a este desenvolvimento.

O que é certo é que, em ambos os casos, a concorrência gerará o monopólio, seja pela concentração da produção e do capital, seja pela centralização, ou, simultaneamente, por um e outro meio. O monopólio, por sua vez, ao contrário do que muitos julgam, não elimina a concorrência e ao contrário, aprofunda-a.

Aarovitch descrevendo a concorrência no capitalismo actual escreveu:

"A firma gigante de multi-produtos, diversificando a produção, constitui o símbolo de tal fenómeno".⁴¹

Monopólio e concorrência, embora negando-se um ao outro não se excluem numa economia capitalista, segundo uma certa lógica. Ou seja:

Uma indústria ao descobrir uma inovação tecnológica, regista a patente e utiliza-a sozinha durante o período de tempo em que a inovação lhe permita a apropriação de super-lucros. Como a economia está em movimento, outras indústrias também inovarão e tudo acontece em clima de concorrência.

As empresas, entretanto, não sendo homogéneas vão se distanciando, as mais fortes tornando-se mais poderosas. Entendendo-se por mais fortes aquelas empresas que pela sua dimensão têm maior capacidade de adaptação às novas exigências do mercado no que respeita a diferenciação de produtos, utilização de inovações, financiamento de investigação científica etc.

⁴¹AAROVITCH (1979), pag. 110

É principalmente o capital financeiro quem viabiliza novas formas de concorrência, adequadas às novas condições de exigência do capital.

Ainda citando Aarovitch:

*"No contexto marxista, centralização e concentração do capital têm por base o crescente carácter social da produção e o resultado do conflito entre capitais. Não pode por isto mesmo, ser considerado como algum tipo de colapso anormal do mecanismo de mercado".*⁴²

Neste ponto, duas formulações teóricas serão postas em evidência. São elas: a formação da taxa média de lucro e a queda tendencial desta taxa, pela via da concorrência.

Boccara considera que no estágio monopolista do capitalismo não se produz a perequação da taxa de lucro. Escreve este autor:

*"A dispersão e o alargamento das taxas de lucros locais (unidades, empresas, etc.), deixam de ser na generalidade e na totalidade redutíveis à formação de uma taxa de lucro médio como o era através das crises cíclicas: deste ponto de vista, a crise torna-se permanente".*⁴³

Este autor admite que, embora sem se formar uma taxa de lucro médio para o conjunto dos capitais existem "zonas de concorrência agudas entre firmas monopolistas".⁴⁴

⁴²AARO VITCH (1979), pag. 112

⁴³BOCCARA (1977), pag. 27

⁴⁴IBD. pag. 33

Outros autores caracterizam as diferentes fases do modo de produção pelo tipo de regulação dominante.

Definem a regulação da seguinte forma:

"Par régulation, on entend le processus dynamique d'adaptation de la production et de la demande sociale, conjoction d'ajustements économiques associés à une configuration donnée des rapports sociaux formes institutionnelles et structures".⁴⁵

Destacam-se, segundo esta lógica, uma regulação concorrencial com a formação de uma taxa média de lucro e outra, monopolista com preços administrados.

Admitem os autores que esta lógica é pouco visível apesar da grande monopolização da economia verificada a partir da primeira guerra mundial.

Afirmam que entre as duas guerras mundiais ainda vigorou uma regulação concorrencial embora tenham naquele período, surgido germes de uma nova regulação, monopolista.

Dois obstáculos que se depararam então a este novo tipo de regulação são apontados por estes autores: o primeiro, constituído pelas formas institucionais ainda insuficientemente monopolistas; o segundo, pela existência de diversos mercados monopolistas parciais, não conjugados.

Afirmando que em alguns sectores já começavam a ser impostos preços administrativos, explicam o que entendem serem estes últimos, da seguinte forma:

"Une organisation comptable poussée et l'usage du calcul économique conduisent à former les prix de vente para application d'une taux de marge à l'ensemble des coûts de production ce taux de marge est lui même calculé afin d'obtenir, au moins ex-ante, um certain taux de rentabilité sur l'ensemble des investissements réalisées".⁴⁶

⁴⁵BENASSY (1977), pag. 33

⁴⁶IBD. pag. 426

Desta maneira, processa-se uma tendência para a substituição da taxa de lucro médio como elemento regulador da economia, por uma margem média, num contexto em que cada vez mais os preços são menos influenciados pela oferta e procura.

Esta visão é radicalmente diferente da de Baran e Sweezy no trecho que ora se transcreve:

"Preço de monopólio é o preço determinado apenas pela ânsia dos compradores em comprar e pela solvência independente do preço determinado pelo custo geral de produção e pelo valor do produto".⁴⁷

Dois pontos parecem claros nas análises em termos de regulação:

1. o mercado continua a exercer um papel relevante na determinação do preço de mercado já que, é a realização do produto a primeira condição para a apropriação do lucro;
2. o custo de produção constitui a base do preço de produção.

O ponto mais controverso é a determinação da taxa de lucro.

As indicações na generalidade dos autores vão em três direcções.

Ou seja:

Uma: o lucro é distribuído segundo uma taxa média de lucro; outra: o lucro é distribuído de duas maneiras, sendo no sector monopolista, segundo decisão do monopólio e no não monopolista segundo taxa média; e uma terceira; o lucro é distribuído segundo uma margem administrada, que dê rendibilidade ao capital financeiro.

É precisamente a existência deste último em grandes proporções que dificulta a compreensão do fenómeno da distribuição dos lucros. Isto porque ele, enquanto propriedade, é homogéneo e, enquanto função ou forma, tem carácter heterogéneo.

⁴⁷BARAN e SWEEZY (1976), pag. 83

Esta sua heterogeneidade manifesta-se da seguinte forma:

O capital produtivo sendo formado pelo conjunto material da produção tem a especificidade de gerar valor. O capital dinheiro, por sua vez, é um valor que tem a capacidade de, através das trocas, assumir diferentes formas concretas.

É de todo rejeitada a ideia, muito difundida no quadro da teoria económica, de que capital gera valor. O capital só se acumula como decorrência de transformação de uma porção sua em capital produtivo, que por sua vez inclui a força de trabalho, único elemento pertencente ao capital que cria valor.

A supremacia do primeiro sobre o segundo foi característica de uma fase do modo de produção capitalista. Entretanto, o capital sob forma dinheiro cresceu de importância de tal maneira que acabou por se fundir com o capital industrial e, como escreveu Delilez:

"Le capital financier se définit comme le système d'interrelation et d'interdependance entre ceux deux catégories: Il tend à coordonner et à intégrer les deux mouvements. Mais ce qui lui confère ses caractéristiques propres c'est que c'est en son sein que se manifestent les désajustements et les divergences entre ces deux catégories".⁴⁸

Estes desajustamentos vão reflectir-se no próprio movimento da concorrência. Concorrência que não se enfraquece com os movimentos de centralização e concentração do capital. Como Marx escreveu:

"A concorrência e o crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização, desenvolvem-se na proporção em que se amplia a produção capitalista e a acumulação".⁴⁹

⁴⁸DELILEZ (1970), pag. 808

⁴⁹MARX (?) L1, pag. 728 e MARX (1976), L1, pag. 447

A concorrência encarada não apenas como o visível movimento dos preços, que levaria a uma visão redutora e induziria em erro de pensar que a existência do monopólio eliminaria aquela primeira.

Na realidade, mesmo admitindo-se uma economia de monopólio tem-se que reconhecer que é imprescindível os investimento para a defesa do monopólio e contra a invasão de outros capitais. Neste caso está-se diante de uma nova forma de concorrência tipicamente monopolista, além de subsistirem outras formas, comuns a qualquer economia capitalista.

A conclusão induzida pela lógica da teoria do valor é de que no capitalismo contemporâneo a formação da taxa de lucro médio não é determinada sectorialmente como no exemplo de Marx mas sim determinada entre os diferentes capitais financeiros através da concorrência que se estabelece entre eles na busca da aplicações mais rentáveis.

Isto não significa que não existam taxas individuais de lucro diferenciadas, pois a taxa média de lucro define apenas uma tendência para a taxa geral.

Quanto à evolução da taxa de lucro na fase monopolista do capitalismo, no entender de Sweezy e Baran, por via de um custo desdencente, não se apresenta um quadro onde a lei da queda tendencial da taxa de lucro se manifeste. Para eles, portanto, torna-se necessário abandonar este instrumento de análise, substituindo-o por outro. Segundo escreveram:

"Substituindo a lei do lucro decrescente pela do excedente, não estamos, portanto, negando ou modificando um teorema tradicional da economia política".⁵⁰

De facto, porém, a lei do excedente crescente não substitui a lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Para estes autores, as transformações objectivas da economia na fase monopolista, onde coexistem dois tipos de empresas (um, das empresas gigantes, outro, das pequenas e médias), revolucionam o próprio movimento lógico do modo de produção que passa a ser regido pela lei do excedente crescente.

Considerando o quadro histórico, onde a exploração colonial coexistiu com diferentes fases evolutivas do modo de produção capitalista e foi, por conseguinte, levada a efeito: por diferentes formas de capital;

⁵⁰BARAN (1978), pag. 79

Considerando o quadro teórico, que tem como referência a taxa de lucro do capital;

Tentar-se-à em seguida verificar até que ponto a exploração colonial portuguesa em Angola foi uma situação geradora de contratendências à queda da taxa de lucro.

Conteúdo

5	O colonialismo como um meio de acumulação: o caso de Angola	166
5.1	Alguns traços gerais de diferentes formas de subordinação do Trabalho ao Capital	172
5.2	Considerações sobre a passagem histórica da escravidão à forma assalariada de exploração em Angola	182
5.2.1	Trabalho forçado e lucro	183
5.2.2	A exploração familiar como meio de reduzir custos na produção colonial	186
5.2.3	Matérias-primas coloniais: tipos, destino formas de exploração e lucros	188
5.3	Os lucros comerciais da exploração colonial de matérias-primas	208
5.4	Os privilégios do monopólio colonial	214
5.5	Importância económica das importações portuguesas com origem em Angola	222
5.5.1	O papel do algodão colonial para a indústria textil portuguesa	236
5.5.2	Colonialismo português: colaboração entre o poder público e o capital	251
5.5.3	O Colonialismo como contratendência à descida da taxa de lucro metropolitano: uma tentativa de quantificação	257

5 O colonialismo como um meio de acumulação: o caso de Angola

Historicamente a articulação entre a metrópole e as sociedades colonizadas assumiu diferentes formas. No caso de Angola, a dominação económica repousou quase sempre na esfera da comercialização; seja de escravos, produtos metropolitanos destinados ao consumo em África, ou produtos angolanos.

Cada uma daquelas formas era, por sua vez, envolvida por um conjunto de relações de produção que, inicialmente estabelecidas entre as classes dominantes na metrópole e as sociedades colonizadas, mais tarde alargaram-se, estabelecendo-se entre as primeiras e classes sociais que se foram formando dentro do que já se podia chamar sociedade angolana.

O exacto momento da passagem destas sociedades dispersas a uma economia integrada é difícil de precisar. Também difícil é precisar através dos dados disponíveis, a evolução da estrutura produtiva e a divisão de classes ou grupos sociais em Angola. Os dados sobre a colónia estão dispersos, muitas vezes incompletos e pouco precisos. Nota-se isto mesmo nos elementos mais simples como o recenseamento geral da população ou os valores gerais de produção.

Por exemplo:

Segundo o censo de 1940, a população activa de Angola dita "civilizada" estava distribuída pelos três grandes sectores da produção nas seguintes proporções: Sector primário 13 % , sector secundário 19 % sector terciário 68 %.

Levando-se em conta que somente uma parte da população nativa estava incluída na categoria estatística "população civilizada", pode-se constatar que esta distribuição populacional pelos sectores mostra de forma parcial a realidade. É provável, que o sector primário sendo aquele que largamente utiliza mão-de-obra africana, apareça muito subestimado nestes cálculos. Isto torna-se tanto mais evidente quando se compara a população urbana e

rural neste mesmo ano e constata-se a disparidade entre população existente e população ocupada. Ou seja, evidencia-se o seguinte:

A população recenseada nas zonas não urbanas, onde vulgarmente estão localizadas as actividades ligadas ao sector primário, correspondeu neste ano a 94,6 % da população total, quase sete vezes e meia a população ocupada naquele sector.

Já o censo de 1950 não classifica a população segundo o critério da ocupação, enquanto o de 1960 fornece através destas estatísticas um quadro muito diferenciado do fornecido pelo de 1940.

Segundo o censo de 60 é a seguinte a distribuição da população pelos sectores produtivos:

Ao sector primário correspondeu 71 %, ao secundário 7 % e ao terciário 22 %.

A população urbana e a rural eram então, respectivamente, 11 % e 89 % da total, neste caso, não apresentando disparidade com a distribuição ocupacional.

Uma aproximação da realidade económica angolana para este conjunto de anos pela via da distribuição populacional segundo sector de ocupação enferma pelas insuficiências apresentadas nos censos de 40 e 50 e ainda pela ausência do de 70, feito mas nunca publicado.

Uma outra via de aproximação daquela realidade foi a das quantidades e valores produzidos. Neste caso, também, as estatísticas revelaram grande insuficiência. Seja nos relatórios do Banco de Angola, seja nas estatísticas do Instituto Nacional de Estatísticas, não se encontra para os anos em estudo, o valor global da produção nem os elementos necessários para o calcular. Faltam, sobretudo, os elementos informativos sobre substancial parcela da produção agrícola.

Procurou-se uma outra via de aproximação: os dados da Balança Comercial. Num trabalho publicado em Luanda em 1972, pelo então secretário provincial do planeamento e finanças de Angola,¹ encontram-se alguns subsídios para o conhecimento do quadro de actividades económicas da colónia através das situações sucessivas das Balanças Comercial e de Pagamento em diferentes períodos de tempo.

O autor destaca três períodos na evolução das duas balanças:

¹OLIVEIRA (1972)

O primeiro período, que se encerra em 1836, tem como característica principal a exportação de escravos e a importação de mercadorias.

O segundo período, subdividido em três fases, vai de 1840 a 1931 e é caracterizado: na primeira fase (1840 - 1892), pela exportação de outros produtos além de escravos; na segunda (1892 - 1902), pelo saldo positivo da Balança Comercial; e na terceira (1902 - 1931), pela liberalização da exportação, pela deficiência na produção dos produtos exportáveis, e pela balança deficitária.

O terceiro período, tem como principal característica, o equilíbrio com balança excedentária, excepto nos anos que vão de 1957 a 1963.

Seguindo a lógica do autor, pode-se considerar que o 3º período se encerra com as transformações trazidas pelo início da guerra colonial; pode-se ainda considerar a existência de um outro período (4º), que iria do final da guerra até à independência.

A Balança Comercial, sendo um inventário das trocas da economia com o exterior, pode fornecer elementos importantes para a identificação das formas concretas de articulação deste mesma economia com as outras.

Desta forma, em cada um destes períodos, procurou-se indentificar uma forma específica e dominante desta articulação, no caso de Angola e Portugal, tendo-se chegado ao seguinte quadro:

No primeiro período, a forma de articulação principal é a da mercadoria-escravo. Subjacente a esta forma estavam as várias sociedades dispersas, onde a força de trabalho potencial era constituída por nativos, organizados em tribos e praticando economia de subsistência. Nesta época, mesmo quando o trabalho era executado por estas populações sem objectivos de consumo imediato, por exemplo, na lavoura dos sobas, o resultado destes trabalhos era apropriado e consumido pelos mesmos sobas, seus hóspedes e visitantes, sendo pois considerado como uma economia de subsistência sem fins de acumulação.

A terra, possivelmente até ao final deste período, era de uso comum pois o regime tribal não conhecia a propriedade privada da terra. No segundo período coexistem duas formas de articulação, a de mercadoria-escravo e a de simples mercadorias.

Talvez se possam identificar, subjacente a este tipo de comércio alguns traços e unificação das sociedades dispersas numa economia mais ou menos integrada visto que dois bancos têm funcionamento regular em Angola

(Banco Ultramarino e Banco de Angola) ² existe uma pauta de importações e cria-se o Angolar, moeda angolana com valor igual ao escudo. ³

A unificação das economias não se deu, no entanto pela via tipicamente capitalista, embora integrando Angola no mercado mundial conservou os traços de formas primitivas de relações sociais e desenvolveu formas esclavagistas, conservando muito atrasadas as forças produtivas.

Escreveu Oliveira:

"A partir da primeira Grande Guerra acentua-se o fluxo de capitais metropolitanos e estrangeiros permitindo a continuação do equilíbrio". ⁴

O capital está, pois, presente em Angola. Quanto à forma de exploração que ele alí desenvolve, escreveu um outro autor:

... "a economia angolana dos anos 20 deste século" é descrita "como uma economia de exploração de tipo semi-esclavagista, virada essencialmente para a exploração de matérias-primas e alimentada pelo trabalhador escravizado ou servil". ⁵

Nesta descrição estão manifestos: o objectivo da produção, matérias-primas; a propriedade de pelo menos parte dos meios de produção, o capital estrangeiro e metropolitano; as relações de produção, semi-esclavagista.

No terceiro período a mercadoria continua como a forma principal de articulação mas aparece uma outra, a remessa de lucros de Angola para o exterior.

A partir de 1963 a economia acentua a unificação e aprofunda os traços tipicamente capitalistas, como será apresentado noutra parte.

Tomando como ponto de partida para o estudo das exportações angolanas o período em que as relações de produção desenvolvidas na colónia tinham traços mais claramente capitalistas, pode-se observar que entre os anos 50 e 70, a evolução das exportações é positiva. As alterações que neste período se observam são as seguintes:

²O Banco de Angola foi criado pelo Decreto-Lei nº 12131 de 1926

³O Angolar foi criado pelo Decreto-Lei nº 12124 de 1926

⁴OLIVEIRA (1972) pag. 227

⁵GUIMARÃES (1981) pag. 113

Em 1951 os seis primeiros produtos exportados foram pela ordem de grandeza de valor, Café (1.422.981 contos correspondendo a 48 % do valor das exportações); Sisal (328.799 contos, 11 %); Diamantes (237.520 contos, 8 %); Milho (224.316 contos, 8 %); Óleo da Palma (97.019 contos, 3 %); Farinha de Peixe (92.930 contos, 3 %).

Estes seis produtos juntos perfaziam 81 % do valor das exportações.

Em 1960, o valor das exportações apresenta-se ligeiramente superior. Passa de 2.985.254 contos (em 1951), para 3.471.578 contos (em 1960) e, entre os seis principais produtos vão aparecer os minérios de ferro (5º lugar), e Algodão em Rama (6º lugar) ambos com percentagens superiores aos produtos que substituem na classificação. Entre os anos 60 e 70 a principal alteração qualitativa na exportação global angolana é a presença do Petróleo. Este produto apresentará uma evolução rápida e positiva, ocupando em 69 e 70 o 4º lugar em valor entre os demais produtos exportados. Até 1960 os principais produtos exportados tinham origem na agricultura e indústria extractiva sendo que deste último sector vinha aproximadamente 19 % do valor exportado. Em 1970 esta percentagem alterou-se para 44 %. Os principais produtos vindos da indústria extractiva eram, em 60, Diamantes, Minérios de Ferro e Cobre; em 70, os dois primeiros mais o Petróleo.

O Petróleo, que ocupou o 2º lugar em 1971 e 1972 e, finalmente, o primeiro em 1973, quando sozinho foi responsável por 31 % do valor global das exportações. ⁶

De finais dos anos 50 ao início dos 60 a economia angolana passou por transformações manifestando-se algo de novo nas relações entre a metrópole e a colónia.

Para Sousa Ferreira:

"Até à década de 60 do nosso século, as relações económicas entre Portugal e as colónias baseavam-se no clássico pacto colonial: as colónias numa base preferencial, forneciam produtos agrícolas e matérias-primas a Portugal a preços abaixo dos do mercado mundial, servindo simultaneamente de mercado aos produtos portugueses manufacturados de baixa qualidade, não

⁶Dados de Relatório do Banco de Angola de 1950 a 1973

competitivos nos países estrangeiros". ⁷

Este autor chama a atenção para o facto de até mais ou menos 1960, como consequência da política nacionalista do "Estado Novo", Portugal viver num grande isolamento face ao estrangeiro, o que, por sua vez, obrigava as colónias a uma situação de fortíssima dependência económica face a metrópole.

Desta forma, supõe-se que nos anos que vão da formação do "Estado Novo" até o início da guerra colonial a maior parte dos investimentos privados em Angola fossem de capitais portugueses, com excepção dos ramos mineiros com forte participação de capitais estrangeiros.

Nesta última situação encontrava-se a exploração de Diamantes onde a principal, e durante muito tempo única, empresa era a Diamang de capitais ingleses e belgas, pertencentes à Union Minière Company ⁸. Encontrava-se a exploração de Minério de Ferro, explorado pelas Companhia Mineira do Lobito e Sociedade Mineira do Lobito, ambas controladas por Friedrich Krupp e financiadas pelo Deutsche Union Bank ⁹. Encontrava-se ainda a prospecção e exploração do Petróleo, inicialmente feitas pela Companhia de Petróleos de Angola e pela Companhie Financière Belge de Pétrole com capitais anglo-belgas numa sociedade anónima - CARBONANG - depois transformada em PURFINA - Companhia dos Combustíveis do Lobito, filial da PETROFINA belga. Nesta última, além da participação do Banco Burnay e do Banco Espírito Santo era accionista o Deutsch Bank ¹⁰ e a Guf Oil Company de capitais americanos. ¹¹

A participação portuguesa nestes ramos de actividade era inferior à estrangeira e, como no caso desta, fazia-se através do capital financeiro.

Por exemplo, também no ramo do Petróleo estava a ANGOR, propriedade de SACOR e com acções pertencentes ao Banco Borges e Irmãos e, no do Cobre, estava a CONFABRIL - Empresa de Cobre de Angola, pertencente ao Grupo CUF.

⁷ FERREIRA (1975), pag. 7-8

⁸ Dados de talhados sobre esta empresa estão num outro ponto deste trabalho

⁹ FERREIRA (1975)

¹⁰ IBD

¹¹ CASTRO (1978)

5.1 Alguns traços gerais de diferentes formas de subordinação do Trabalho ao Capital

Somente nos finais dos anos 50 tornam-se claras em Angola as relações de produção de tipo capitalista. Estas relações surgem como resultado da evolução interna da própria colónia sob a influência das necessidades do capital metropolitano.

Um passo importante na consolidação de novas relações na colónia foi a sua passagem, em 1951, ao estatuto de Província. Mas é somente a partir de 1960 que aquele tipo de relação de produção se torna completamente irreversível.

Se antes, o lucro dos capitais ali investidos era obtido pela comercialização de produtos produzidos de acordo com relações não capitalistas, pela via da transformação do excedente em lucro, a partir de então, pelo menos uma parte da produção já se encontrava sob o domínio real do capital.

A penetração do capital na esfera produtiva juntamente com as revoltas armadas na colónia, forçaram o Estado Português a uma situação de opção: ou reconhecer a independência aquela colónia ou alterar a sua política colonial.

Sobre esta situação escreveu Sousa Ferreira:

"As relações económicas com as colónias, na sua forma antiga, tornaram-se um obstáculo ao seu desenvolvimento e exigiam a revisão não só da política económica portuguesa, como também da política colonial. A nova posição do capitalismo português e, correlativamente, a criação de uma base de cooperação com o capitalismo internacional permitiram à burguesia portuguesa dirigir a economia das colónias de acordo com as novas necessidades da economia portuguesa, além disso, possibilitaram a Portugal sobreviver por vários anos ao impacto das lutas de

libertação".¹²

Ou seja, optou o governo português pela segunda hipótese e, as consequências a nível da economia angolana foram as seguintes:

Aboliu-se o trabalho forçado; foi abandonada a política proteccionista do capital português face ao internacional, tendo Portugal procurado mesmo atrair o capital estrangeiro para, simultaneamente sustentar a guerra repressiva colonial e desenvolver as condições para o melhor florescimento do capitalismo em Portugal e no ultramar.

O próprio Salazar afirmaria então:

"Nós damos ao capital que investe no país garantias, vantagens e privilégios que só raras vezes o capital nacional usufruiu".

13

Neste contexto, a burguesia portuguesa tratou de aliar-se ao capital estrangeiro e partilhar com ele os benefícios da exploração colonial.

Estas transformações decorreram, em boa medida da necessidade de acumulação do capital financeiro. Comprovam esta ideia o crescimento extraordinário do número de bancos a actuar em Angola. Foi precisamente a partir dos anos 60 que surgiram nesta colónia sucursais do Banco Comercial e Industrial, do Banco Totta e Açores (em Angola Totta Standard), do Banco Pinto e Sotto Mayor.

Mas, mesmo tendo adquirido traços novos, a economia daquela colónia continua voltada para a exportação, apresentando uma grande especialização da produção, como o prova o facto de entre 35 produtos exportados naquela altura, os três primeiros, ordenados pela grandeza do valor - Diamante, Café e Sisal - representarem 61,5% do valor das exportações.

As principais empresas portuguesas que actuavam em Angola eram a Sociedade Agrícola de Cassequel, que produzia açúcar e era controlada pelo capital financeiro através do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, a Companhia de Açúcar de Angola, do mesmo ramo e sob controle dos mesmos bancos. (estas duas empresas juntas eram responsáveis por 90 % da produção de açúcar angolano), a Companhia Angolana de Agricultura CADA, que produzia Café foi propriedade de um grupo belga que em 1944

¹² FERREIRA (1975), pag. 11

¹³ IBD. pag. 13

a vendeu ao governo português que, por sua vez, cinco anos mais tarde, a vendeu ao Banco Espírito santo e Comercial de Lisboa. a Companhia da Cabinda que controlava actividades ligadas à produção de Café, Cacau e Madeira, a COTONANG Companhia Geral de Algodão de Angola, que era uma ramificação da COTONGO, do Congo Belga, com ligações ao banco Burnay e acções também pertencentes ao BNU.¹⁴

Estavam ainda a SIGA - que produzia fibra dura para sacaria e pertencia ao Grupo CUF; a Companhia de Cimento de Angola, do Grupo Champalimaud; a MABOR - fábrica de Pneus, filial de uma empresa em Lisboa, do Grupo Banco Borges e Irmãos e, a Companhia de Celulose do Ultramar Português que produzia pasta de papel e pertencia ao BNU.¹⁵

Nos anos seguintes a entrada do capital financeiro é, quase sempre acompanhada pela entrada do capital estrangeiro.

Um conjunto de medidas legislativas da época, das quais se transcrevem algumas, a seguir mostra bem esta situação.

No Decreto-Lei nº 7 de 1970, autoriza-se a Empresa de Cobre de Angola, a constituir com a Societé Anonyme du Chrome uma sociedade que se denominará Sociedade de Investigações Mineiras, Lda (SIMEIRA) e que de dedicará à pesquisa de jazidas mineiras. Esta Empresa pertencia ao Grupo CUF.¹⁶

No Decreto-Lei nº 122/70 e no 183/79 aparecem alterações ao regime de condicionalismo no espaço português e a revisão do regime de importações e exportações da capitais tornando este regime mais liberal face ao capital estrangeiro.¹⁷

Também alguns decretos do Ministério do Ultramar comprovam a abertura legal face ao capital estrangeiro. Por exemplo, o Decreto-Lei nº 571/73 autoriza o Instituto do Café de Angola a participar em sociedades nacional ou estrangeira aue tenham como objectivo intervir no mercado mundial de de Café ¹⁸

¹⁴CASTRO (1978)

¹⁵MARTIM (1975)

¹⁶Boletim oficial (1970), nº 20

¹⁷IBD.

¹⁸Boletim oficial (1973) nº 262 e o Decreto-Lei nº 568/73, autoriza a celebração de um contrato entre a Junta de Energia Nuclear e a Companhia Mineira do Lobito com a General Mining and Finance Corporation, Lda para a constituição de uma sociedade anónima.

Sabe-se que já então, a Companhia Mineira do Lobito era uma empresa controlada pelo Grupo Krupp, alemão, como já foi referido anteriormente.

Muitas empresas com participação accionária de capitais estrangeiros e portugueses estão presentes em Angola. Eis algumas delas:

Resiquímica de Angola, com 40 % do capital pertencente à Hoechst Portuguesa que depende 100 % da Hoechst A.G. da RFA;

Robbialac Angola, 100 % da Robbialac Portuguesa que é da Hoechst A.G. e Revertex Holding, também alemãs;

Sinalco, empresa de bebidas financiada por capitais alemães; Sociedade Luso-Alemã de Sisal;

Uma Fazenda de Café de propriedade de F.W. von Rochow (que na colheita de 1971/72 produziu 900 toneladas de café e teve um lucro de 5,5 milhões de marcos. SONEFE - Electricidade de KWanza, capitais balgas associados ao Banco Burnay.¹⁹

Evidencia também a maior abertura de Angola face ao estrangeiro, além da presença daqueles capitais, a evolução positiva dos valores importados entre 1951 e 1973 por Angola ao estrangeiro, contrariamente à evolução dos valores importados à própria metrópole, em termos relativos, como se mostra no quadro a seguir:

QUADRO DAS IMPORTAÇÕES (em 1.000 escudos)

Anos	Da Metrópole		De outras Províncias		Do Estrangeiro	
	Total	%	Total	%	Total	%
1951	1.085.168	50	18.295	1	1.068.334	49
1960	1.714.679	47	90.139	2	1.856.635	51
1973	3.498.798	26	362.702	3	9.407.373	71

Fonte:Relatórios do Banco de Angola

¹⁹FERREIRA (1975)

O quadro mostra que, em termos relativos, o crescimento das importações ao estrangeiro entre 50 e 60 não foi muito grande mas entre 60 e 73 foi bastante acentuado.

O quadro das exportações para estes mesmos anos foi o seguinte:

QUADRO DAS EXPORTAÇÕES (em 1.000 escudos)

Anos	Para Metrópole		Para outras Províncias		Para Estrangeiro	
	Total	%	Total	%	Total	%
1951	560.161	18	112.129	3	2.501.137	79
1960	861.717	24	152.092	4	2.514.987	71
1973	4.859.180	25	398.607	2	13.654.259	71

O crescimento das exportações para o estrangeiro, tomando por base o ano de 1951, foi de aproximadamente 0,5 % para 1960 e de 446 % para 1973.

Embora tenha crescido em termos absolutos os valores exportados de Angola para o estrangeiro nestes anos, em termos relativos o mesmo não aconteceu. De 1960 em diante, os valores da exportação para a metrópole são artificialmente onerados como consequência da política e da legislação que obrigava a que a totalidade dos diamantes fossem exportados para Portugal, o que se mostrará em outro ponto.

O crescimento das relações comerciais com o estrangeiro é um dado importante a ter em conta para a avaliação da maior ou menor dependência da colónia face à metrópole e ao capital estrangeiro.

A evolução observada através dos dados do comércio externo coincide com a observada nas actividades económicas da colónia, ou seja, a transformação do monopólio português sobre as principais actividades comerciais da colónia em comércio livre e concorrêncial.

Hierarquizadas em termos de valor, as importações de Angola tinham em 1951 os seguintes países de origem: Portugal, Estados Unidos, Inglaterra

e República Federal Alemã, cujas percentagens de participação no total dos quatro países eram:

- Portugal (1.085.168 mil escudos) 60 %
- EUA (335.034 mil escudos) 19 %
- Inglaterra (270.052 mil escudos) 15 %
- RFA (105.723 mil escudos) 6 % ²⁰

Nesta altura, o conjunto dos bens comprados a Portugal eram: cimento, óleos e combustíveis (excluindo gasolina e petróleo), ferro em bruto, produtos químicos, tintas, tecidos, cervejas, vinhos, aguardentes, sardinha, azeite, bacalhau, doces, frutas, leite, manteiga, queijo, máquinas e aparelhos industriais, instrumentos, ferramentas, calçado, fios eléctricos, fósforos, medicamentos etc. O conjunto dos bens importados do estrangeiro eram: óleos combustíveis, lubrificantes, produtos químicos, tecidos, sacarias, leite, máquinas e aparelhos agrícolas, automóveis de carga e de passageiros, ferro, tambores de ferro, medicamentos, tintas, etc. No caso particular da Inglaterra incluíam-se vinho e aguardente.

De uma maneira geral, os produtos vindos de Portugal não tinham concorrentes estrangeiros, com excepção feita a estes dois últimos mencionados.

Quanto aos produtos angolanos, também hierarquizados segundos os os valores, em 1951 tinham os seguintes países compradores:

- Portugal 18 %
- Holanda 15 %
- França 15 %
- Inglaterra 15 %
- EUA 10 % ²¹

²⁰Calculados a partir do Relatório do Banco de Angola (1952)

²¹Calculados com base no Relatório do Banco de Angola (1952)

(valores aproximados relativos ao global das exportações angolanas)

Em 1960, altera-se um pouco esta ordenação e os principais mercados para os produtos da colónia passam a ser:

- Portugal 24 %
- EUA 19 %
- Inglaterra 15 %
- Holanda 10 %
- Alemanha 10 %²²

(Neste ano a totalidade dos diamantes foram comprados pela Inglaterra)

Quanto ao tipo de produtos comprados por Angola neste ano, praticamente não houve alterações relativamente a 50. Surpreendentemente, no entanto, aparecem nas compras da colónia à Inglaterra três produtos que na generalidade são exportados por Portugal. Foram eles: vinho, tecidos e bacalhau.

Em 1973 observou-se uma profunda modificação no quadro das transações coloniais com aquela colónia.

Neste ano, o principal comprador dos produtos angolanos foram os Estados Unidos da América, deslocando Portugal desta posição pela primeira vez.

Então, o produto com maior participação no valor das exportações da colónia em referência foi o petróleo que, sozinho, representava em valor, 30 % das vendas de Angola ao exterior.

O total do valor das exportações naquele ano fora de 5.755.588 mil escudos dos quais 2.260.693 mil escudos se destinavam aos Estados Unidos. Aproximadamente 40 % do valor das vendas daquele produto pela colónia.

Neste caso particular do petróleo, Portugal é o quarto comprador à Angola, comprando aproximadamente 8 % do valor das vendas de Angola. O segundo comprador foi o Canadá, que comprou aproximadamente 33 % e o terceiro foi o Japão comprando aproximadamente 14 %.

Nas compras de café também os Estados Unidos aparece como principal comprador, 59 %.

²²IBD

Nas compras de minério de ferro os países classificaram-se naquele ano, da seguinte maneira:

- Japão 44 %
- RFA 26 %
- Inglaterra 17 %
- França 5 %
- Portugal 3 %

Os produtos dos quais Portugal foi principal comprador, em 73, foram:

- Peixe fresco 59 %
- Sisal 27 %
- Bananas 98 %
- Madeira 59 %
- Milho 45 %
- Algodão 100 %

Deste conjunto, as únicas matérias-primas são o sisal e o algodão.

No quadro das vendas para Angola a participação dos países foi a seguinte:

- Portugal 26 %
- RFA 13 %
- EUA 10 %
- Inglaterra 8 %
- França 7 %

Quanto aos tipos de produtos, no essencial não se verificou alteração. Destaque-se que, neste ano, o maior fornecedor de produtos alimentares a Angola foi a França, que forneceu aproximadamente 26 % do valor deste tipo de importação da colónia. O segundo fornecedor foi a África do Sul, 24 % e somente em terceiro lugar apareceu Portugal com o fornecimento de aproximadamente 20 % do valor daqueles produtos. Durante estes anos em análise, as relações de produção que se desenvolveram no interior da colónia foram no sentido da substituição do domínio formal do capital pelo seu domínio real. A base desta transformação encontra-se na transformação do trabalhador angolano em trabalhador assalariado, facto que se processa lentamente e do qual se apresenta o testemunho de uma autoridade colonial:

"Em 1960 uniformizáramos, para todo o território nacional os critérios de fixação de salários mínimos e estabelecemos a regra de liberdade contratual para se definirem salários acima dos mínimos". ²³

Esta medida, sendo para todo o território nacional, incluía naturalmente as colónias, embora os trabalhadores africanos, fossem aqui regidos por um estatuto diferente dos portugueses.

Somente um ano mais tarde era revogado aquele estatuto ²⁴, passando os naturais das colónias à categoria de simples trabalhadores. Um ano depois, em 1962, surge do Decreto-Lei nº 44.309. o Código do Trabalhador Rural nas Províncias do Ultramar ²⁵, onde se traduz a passagem legal para o trabalhador nativo da colónia da condição de escravo ou quase escravo à condição de assalariado.

Algumas conclusões parciais podem ser tiradas sobre as relações de produção em Angola no período em realce.

²³MARQUES (1962), pag. 61

²⁴Estatuto dos Indígenas Portugueses, Decreto-Lei nº 36660

²⁵Decreto-Lei de 27/04/62, em cujo preâmbulo está: "É no profundo amor que o indígena nutre pela família que deve procurar-se a consolidação de sua atitude psicológica favorável em face ao mercado de trabalho. Se esse mercado de trabalho se traduzir em benefício reconhecido de seu agregado, a adaptação será mais fácil e socialmente salutar. O contrário se dá sempre que no seu espírito se liga a própria inclusão no ciclo de economia de mercado com a infidelidade da mulher, o desmoronamento da família, o desapontamento das lavras, a ruína de tudo quanto secularmente definiu o conceito de uma vida tranquila e realizada.

O facto do trabalho livre não ter tido grande expressão até mais ou menos os fins da década de 50 do nosso século, não se pode confundir com a ausência da capitais em Angola.

Este mesmo facto revela-nos, associado às demais observações de carácter social e económico, que o nível de atraso em que se encontravam as forças produtivas naquela colónia e o desconhecimento e ausência da prática do trabalho por conta de outrem, não permitiram uma exploração real por parte do capital europeu durante muito tempo.

Apesar de não se ter manifestado até à época assinalada o domínio real do capital, foi o domínio formal que unificou a economia angolana desempenhando simultaneamente o papel de inovador e de travão do desenvolvimento daquela economia.

Coube ao capital comercial, inicialmente, aquele papel. Mais tarde, com a entrada dos bancos em Angola, aquele capital era acompanhado ou, às vezes, substituído naquelas tarefas pelo capital financeiro.²⁶

A evolução da economia colonial em Angola tem elementos que permitem estabelecer paralelos entre o que lá se passou e uma velha frase de Marx:

"De início, o capital submete o trabalho ao seu domínio nas condições técnicas em que o encontra historicamente. Não modifica imediatamente o modo de produção".²⁷

²⁶Por capital financeiro compreende-se o capital que é ponto de fusão do capital industrial e bancário. Este capital por sua forma tem as características que lhe permite obter os privilégios de uma outra das formas que lhe deram origem. Na forma monetária goza do privilégio da mobilidade que o permite deslocar-se entre os ramos de produção e/ou emigrar para espaços geográficos diferentes, dentro ou fora do país de origem. Quando aplicado goza do privilégio de se poder materializar em capital produtivo, produtos de valor e de mais-valia.

²⁷MARX (?) L1, pag. 354 e MARX (1976), pag. 228

5.2 Considerações sobre a passagem histórica da escravidão à forma assalariada de exploração em Angola

A integração das várias sociedades que resultou na economia angolana, desenvolveu-se de acordo com relações surgidas naquele espaço territorial, fortemente condicionada pelo intercâmbio com a economia capitalista mundial.

Esta sociedade, qualitativamente nova, apareceu e transformou o trabalho escravo em trabalho assalariado, lenta e gradualmente.

Um marco importante nesta evolução foi a abolição da escravidão, em 1858, que estabelecia por decreto um prazo de 20 anos para a consolidação de uma nova posição social para o trabalhador africano: a condição de trabalhador livre.

Sendo uma condição necessária ela não foi suficiente para a transformação a que se propunha de imediato. Isto porque, na realidade, a nova situação, trabalhador livre, era do ponto de vista das relações imediatas entre proprietários dos meios de produção e trabalhador, muitas vezes bem mais penosa para o africano, uma vez que continuava sujeito ao trabalho forçado e já não tinha no senhor o responsável pela sua subsistência. Este trabalho livre na prática, tinha características diferentes do encontrado sob o capitalismo.

Desta forma esta nova situação jurídica do trabalhador africano não significou de imediato o aparecimento do mercado de trabalho e o alargamento do mercado de bens de consumo. O facto do território não estar totalmente ocupado possibilitava aos naturais de lá, a apropriação de bens num sistema de economia de auto consumo. Visto de outra maneira, a não se paração completa do angolano dos meios de produção, fez com que a economia tribal e não capitalista sobrevivesse largamente.

Este facto condicionava a criação regular de relações salariais tornando a força de trabalho mercadoria potencial mas não efectiva. Isto explica em parte a recorrência ao trabalho forçado e, por outro lado permite que

salários baixíssimos, como será mostrado noutra ponto sejam praticados naquela colónia.

5.2.1 Trabalho forçado e lucro

O trabalho forçado, nesta óptica, foi uma necessidade histórica do colonialismo e esteve presente em Angola até, pelo menos, a segunda guerra mundial. Esta prática que não significa ausência de salários, torna estes últimos insignificantes sob o ponto de vista da ampliação de mercado.

Como o trabalhador escravo não tem responsabilidades fiscais, uma lei promulgada em 1906, estabelecendo, pela primeira vez, imposto obrigatório para os africanos, indica-nos que no começo do século já existia trabalho assalariado nas colónias.

Trinta anos depois, o censo geral da população de Angola dá-nos o seguinte quadro

POPULAÇÃO DE ANGOLA - 1940

	Branços	Mestiços	Negros	Total
População civilizada	44.083	23.244	24.221	91.548
População não civilizada	-	4.791	3.641.608	3.646.339
Total	44.083	28.035	3.665.829	3.737.947

Fonte: Censo Geral de Angola

O mercado regular na colónia era então formado pelo conjunto dos que constituíam a "população civilizada", na qual aproximadamente 50 % negros e mestiços.

Segundo a mesma fonte, os que exerciam uma profissão eram, no total 31.914, dos quais, 18.941 brancos, 5,354 mestiços, 7.619 negros. Dos que exerciam profissões, 21.478 eram assalariados. Os demais, trabalhavam por conta própria e, destes, 6.348 eram brancos, 1.661 mestiços e 2.373 eram negros.

Analisando-se a população que efectivamente exercia uma profissão, verifica-se que os assalariados eram em número de 12.593 brancos, 3.639 mestiços e 5.246 negros.

Como o total da população, "civilizada" mais "não civilizada" era 3.737.947 pessoas e destas, apenas 21.478 eram assalariadas, conclui-se que o mercado de trabalho correspondia ali, nesta época, a 0,57 % da população o que representa por si, um estreito mercado potencial de bens de consumo.

Neste quadro, o lucro do capital comercial, através das vendas à população só poderia ser elevado em função de altas taxas de lucro e não pela quantidade vendida.

Dados de alguns anos posteriores ao censo de 40 confirmam esta afirmação.

O que se segue é um trecho de importante relatório do Inspector do Comércio Interno de Angola, de 15 de Abril de 1948:

"Na minha visita de inspecção ao distrito de Luanda e, deste, aos vários postos da circunscrição administrativa do Chitato onde toda a acção comercial é exercida pela Companhia de Diamantes de Angola, verifiquei o seguinte:

A venda aos indígenas de mercadorias com pertencentagens superiores às que estabelece a Portaria nº 5.744, de 11 de Dezembro de 1946.

No posto de compra aos indígenas, que a Damang possui em Sabino, Posto Administrativo de Canzar, os preços de venda dos cobertores de 0,850 grs. - era de Angolares 60.00: dos panos de riscado (Mijocass) era de Ang. 60.00 e do zuarte (Mufica) era de Ang. 100.00.

Conferidos estes preços no posto especial de Despacho do

Dundo, constatei que as percentagens de lucro atribuídas pela Diamang para estes artigos andam, respectivamente, por cerca de 20 %, 73,9 % e 100 % quando não deveriam exceder 15 % e digo 15 %, portanto, exercendo a Diamang o comércio com objectivo de não auferir lucros, não deveria sobrecarregar a mercadoria senão com os dois quintos atribuídos por lei ao armazenistas (Portaria nº 5.721, de 23 de Novembro de 1946), isto se quizesse colocar-se em situação moral a impor-se, pois, por outro lado, os seus preços de compra de géneros não são proporcionais ao preço de venda das mercadorias, se estabelecermos confronto com Saurino, que é a povoação comercial mais próxima (300 quilómetros), onde os géneros de produção indígena se cotam a preços superiores e de harmonia com os preços de venda de mercadorias para uso dos indígenas.

No que diz respeito aos preços das mercadorias importadas e destinadas à venda aos indígenas da região onde a Diamang exerce a sua acção tal facto contraria os objectivos sociais a atingir pelos princípios que levaram à elaboração da Portaria Ministerial nº 39/1945 e, sobretudo, aos de dar condições de vida e de fixação a indígenas e europeus nas regiões fronteiriças.

Assim, enquanto os preços de compra aos indígenas, fora da zona de Protecção, andam por cerca de : Crueira, um angolar; Arroz em casca, de um angolar e trinta centavos a um angolar e cinquenta centavos; Amendoim, dois angolares - a Diamang paga os seguintes preços: Crueira, cinquenta centavos; Arroz em casca, um angolar". ²⁸

²⁸LEAL (1959), pag. 39-41

5.2.2 A exploração familiar como meio de reduzir custos na produção colonial

Do ponto de vista da produção capitalista é necessária a separação dos produtores dos meios de produção para que se desenvolva a forma salário, do pagamento da força de trabalho. No entanto, a produção em Angola não se destinava aos angolanos mas sim ao mercado capitalista mundial. Sendo assim, a reprodução da força de trabalho exige a ligação, em parte pelo menos, do produtor aos meios de produção de bens de consumo. Já que é neste contexto que se produz a subsistência do trabalhador.

Detecta-se aqui uma contradição específica do sistema colonial, isto é: a não separação da força de trabalho dos meios de produção dificulta a obtenção da própria força de trabalho, mas, por outro lado, a não separação produtores/força de trabalho é necessária à reprodução desta última.

Esta contradição do sistema colonial, em Angola, traduziu-se num fraco mercado de trabalho, cujo traço particular era a existência de salários muitíssimo baixos, devido: em primeiro lugar ao facto da reprodução da força de trabalho ficar praticamente fora da esfera capitalista, e, em segundo, ao facto de não haver negociações entre os capitalistas e trabalhadores e, portanto, nenhuma capacidade de reivindicação por parte dos trabalhadores. Em grande parte, a subsistência do trabalhador é assegurada fora do mercado capitalista, pela produção tribal ou familiar, ou ainda, pela produção do próprio trabalhador num tempo que excede o da sua jornada de trabalho.

Não se verifica, assim, uma característica do modo de produção capitalista, no quadro do qual, a força de trabalho é uma mercadoria com características específicas mas que, como todas as demais mercadorias tem um valor de uso e um valor. Este valor é dado, no MPC, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção dos bens que garantem a subsistência e reprodução do trabalhador. Reprodução que, por sua vez, implica a satisfação de necessidades, que, nos limites daquele modo de produção são satisfeitas por mercadorias. Isto significando que, teoricamente, todo o

côsumo do trabalhador e de sua família são consumos de mercadorias, ou seja, de bens adquiridos mediante compra em dinheiro. Na economia em estudo o que se verifica é que parte substancial destas necessidades são supridas, como se afirmou anteriormente, fora do âmbito da circulação capitalista. Um exemplo muito ilustrativo é-nos dado no pequeno techo de um relatório da Diamang que a seguir se transcreve:

"As mulheres dos angariados ²⁹ no exterior, mediante remuneração, cultivam a terra e cuidam das lavras que lhe são distribuídas para seu único proveito, pequenas parcelas de terra (3.000m² e 3.500 m² em que trabalham das 7 às 10 horas da manhã)". ³⁰

O salário dos trabalhadores constitui a parte do capital variável do conjunto do Capital, sendo esta parte a única que tem a capacidade de crescer.

Se os capitalistas tivessem a consciência desta verdade, possivelmente esforçar-se-iam para dispenderem o maior volume possível deste tipo de capital. No entanto, as leis que regem a concorrência obrigam-nos a lutar pela redução dos custos, através do aumento da produtividade que lhes pode permitir obter a mais-valia-extra. A redução dos custos passa pela redução também do capital variável.

A lógica tem os seguintes fundamentos:

O capital variável pode apresentar-se de diferentes formas: na forma dinheiro, na forma da força de trabalho e na forma produtiva. É na forma produtiva que ele é capaz de gerar valor, ou seja, é como força de trabalho engajada no processo produtivo que o capital variável cresce, para mais tarde, quando da venda das mercadorias produzidas apresentar-se sob a forma de dinheiro acrescido.

Neste sentido, a lógica do capital sendo a lógica do lucro, vai fazer com que a produção se mova em busca da maior diferença possível entre o capital avançado e a receita final.

Do ponto de vista da compressão dos custos de produção, dos quais faz parte o capital variável, quanto menos for gasto em salários melhor.

Este gasto, no entanto, por menor que seja, nunca deverá chegar a zero, visto que há sempre um determinado número de bens, que têm de ser

²⁹Trabalhador recrutado fora da região onde trabalha

³⁰DIAMANG (1973), pag. 32

comprados. Ele poderá ser tanto menor quanto menor for o número destes bens.

No exemplo referido, grande parte destes bens sendo apropriada sem a mediação do dinheiro, permite que uma parcela da força de trabalho não represente um valor para os custos da empresa capitalista e, ao contrário, permita a apropriação de excedente produzido pelas mulheres dos trabalhadores pela via do consumo directo destes últimos. No quadro que se descreveu, apesar das altas taxas, não era o lucro realizado no mercado interno angolano o principal estímulo à exploração colonial.

5.2.3 Matérias-primas coloniais: tipos, destino formas de exploração e lucros

Quando se examinou a exportação angolana, viu-se que ela esteve concentrada, sobretudo, basicamente, em matérias-primas.

De acordo com relatórios do Banco de Angola, os principais produtos exportados, classificados segundo o valor, foram os seguintes:

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS - 1960
(em 1.000 escudos)

Café em grão	1.263.964
Diamantes	496.168
Sisal e seus desperdícios	376.268
Milho	164.945
Minério de ferro	151.553
Algodão em rama	146.376
Açúcar	122.737
Farinha de peixe	108.341
Madeira em bruto e serrada	96.749
Crueira	77.637
Peixe seco	73.251
Óleo de palma	71.328
Feijão	33.683
Fuel oil	26.550
Manganês	22.863
Óleo de peixe	22.527
Coconote	22.024
Cera em bruto ou preparada	22.006
Cobre em bruto	21.400
Amendoim	19.336
Conservas de peixe	18.778
Tabaco em bruto e manipulado	16.195
Couros em bruto ou preparados	15.136
Bagaços	12.219
Óleo de amendoim	10.998
Arroz	9.436
Sal	9.349
Óleo de coconote	8.516
Óleo de rícino	7.757
Carnes frescas e toucinho	5.113
Sementes de algodão	5.492
Cacau	3.989
Óleo de algodão	3.352
Travessas para caminho de ferro	893

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS - 1973
(em 1.000 escudos)

Petróleo em bruto	5.755.588
Café	5.090.130
Diamantes	1.999.551
Minério de ferro	1.210.823
Farinha de peixe	740.120
Algodão em ramo	619.602
Sisal	467.928
Peixe fresco, refrigerado ou congelado	348.972
Banana fresca	313.132
Madeira em bruto ou serrada	269.690
Milho	249.969
Tabaco em bruto ou manipulado	246.080
Sondas	235.550
Fuel oil	129.279
Pasta de papel	123.787
Feijão	118.896
Cimento	101.083
Óleos de gorduras de peixe	84.565
Peixe seco	73.794
Resíduos de café para fins industriais	71.901
Gazolina	70.776
Gazóleo	51.970
Carnes e miudezas comestíveis frescas	40.788
Açúcar	39.566
Pneumáticos	38.790
Sementes de girassol	36.415
Couros e peles	34.949
Cera em bruto ou preparada	33.052
Conserva de peixe	31.955
Madeira em obra	31.381
Granito, porfiro e basalto	29.818
Coconote	26.835
Bagaço de oleoginosas	24.938
Sal e cloreto de sódio puro	23.191

Quanto ao valor global das exportações, entre 1950 e 1973, teve uma evolução positiva, correspondendo em 1951 a 2.985.254 mil escudos ³¹, em 1960 a 3.471.578 mil escudos ³² em 1973 a 18.851.279 mil escudos. ³³

Ainda de acordo com os relatórios já referidos, classificam-se os seis principais produtos exportados por Angola e, as respectivas percentagens face ao valor global das exportações. O quadro dos resultados é o seguinte:

³¹Relatório do Banco de Angola (1960)

³²IBD.

³³IBD. (1973)

ANOS	CLASSIFICAÇÃO	PRODUTO	VALOR	%
1951	1 _o	Café	1.422.981	48
	2 _o	Sisal	328.799	11
	3 _o	Diamantes	237.520	8
	4 _o	Milho	224.316	8
	5 _o	Óleo de peixe	97.091	3
	6 _o	Farinha de peixe	92.930	3
		Total		2.403.637
1960		3 prim.	1.989.300	67
	1 _o	Café	1.263.964	36
	2 _o	Diamantes	496.168	14
	3 _o	Sisal	376.286	11
	4 _o	Milho	164.945	5
	5 _o	Minério de ferro	151.553	4
	6 _o	Algodão	146.376	4
	Total		2.599.292	74
1973		3 prim.	2.136.418	61
	1 _o	Petróleo	5.755.588	31
	2 _o	Café	5.090.130	27
	3 _o	Diamantes	1.999.551	11
	4 _o	Minér. de ferro	1.210.823	6
	5 _o	Farinha de peixe	740.120	4
	6 _o	Algodão	619.602	3
	Total		15.415.814	82
		3 prim.	12.845.269	69

Este quadro permite verificar a importância das matérias-primas na economia angolana e a elevada concentração de valor em alguns produtos.

Vê-se que, café, sisal, diamantes e, a partir de 73, petróleo, são os produtos com percentagens mais elevadas no valor da exportação. Em 51, os três primeiros juntos, representavam 67 % do valor global das exportações daquele ano; em 60, 61 % e em 1973, café, diamantes e petróleo, juntos, representavam 69 % do valor global exportado naquele ano.

O novo produto, petróleo, traz consigo o desenvolvimento das relações de produção capitalista. A sua exploração exige: força de trabalho assalariada; força de trabalho qualificada; a entrada de capital estrangeiro, que seja capaz de garantir tecnologia; equipamentos e mercados adequados a este tipo de produção.

A exploração deste produto favoreceu o desenvolvimento das relações capitalistas internamente o que levou à ampliação do mercado interno, criando novos hábitos de consumo e favorecendo o desenvolvimento por arrastamento de algumas indústrias.

Dada a relevância destes produtos, apresentam-se com mais detalhes o seu processo de produção e circulação, procurando identificar as fontes de produção e realização dos lucros dos capitais neles envolvidos.

5.2.3.1 Café

O café, nos anos em estudo, foi primeiro e segundo, conforme os anos, em valor na escala das exportações angolanas.

O primeiro registo de exportação deste produto data de 1893, ano em que se exportam 8 mil toneladas do produto no valor de 2.700 contos.

Os quadros, que se seguem apresentam a evolução das exportações do café de 1926 a 1942 e de 1946 a 1960.

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

ANOS	GRÃO ESCOLHIDO (toneladas)	SÉM ESCOLHA (toneladas)
1926	9.343	-
1927	10.014	-
1928	9.826	-
1929	8.816	-
1930	11.839	-
1931	1.381	-
1932	9.477	-
1933	11.998	28
1934	11.721	313
1935	10.277	1.392
1936	19.553	2.360
1937	16.423	2.341
1938	16.687	2.309
1939	17.605	3.126
1940	11.066	4.707
1941	14.176	8
1942	18.956	554

34

³⁴Consideram-se apenas os valores do café em grão, e não do café sem escolha. A partir de 1957 não há exportação deste último tipo

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

ANOS	TONELADAS	CONTOS
1946	-	184.031
1947	-	260.856
1948	-	456.777
1949	-	551.499
1950	-	346.552
1951 (1)	38.860	1.422.981
1952 (1)	40.999	1.028.068
1953 (1)	59.746	1.635.959
1954 (1)	31.846	1.009.352
1955 (1)	36.948	855.476
1956 (1)	66.543	1.242.701
1957 (1)	72.225	1.420.480
1958	77.318	1.505.615
1959	88.999	1.387.486
1960	87.217	1.263.964

35

³⁵MARQUES (1962), pag. 174-175

Na produção de café destacavam-se dois subsectores. Um, o das grandes empresas de propriedade dos europeus e, outro, o das pequenas lavouras de europeus ou, eventualmente, de africanos.

Destes dois subsectores, o primeiro subdividia-se em grande capital e capital médio europeu.

Nas grandes fazendas dos europeus tinha origem $3/4$ a $4/5$ da produção. Um ano depois do último da série apresentada, 74.08 % da produção cafeeira era propriedade de europeus e apenas 25.9 % pertencia a africanos.

Quanto aos compradores daquele produto, o quadro que se apresenta a seguir mostra os principais, nos anos de 1972 e de 1973, em termos de toneladas valor, comprados.

CAFÉ - PRINCIPAIS COMPRADORES

PAÍSES	1972		1973	
	(toneladas)	1.000 esc.	(toneladas)	1.000 esc.
Total da Expo	177.443	3.847.305	213.305	5.090.130
E.U.A.	73.208	1.745.657	120.296	3.009.960
Espanha	13.376	346.041	15.973	423.056
Metrópole	18.943	267.525	20.511	333.903
Holanda	17.496	419.429	11.954	295.512
França	12.987	297.967	6.610	158.872
Reino Unido	5.316	121.806	6.509	151.955
Alemanha Ocid	3.108	75.669	5.463	141.046
Itália	405	8.669	4.111	96.663
Japão	3.531	34.210	4.080	77.551
Austrália	220	4.802	2.832	65.578
África do Sul	10.331	107.957	3.593	58.082
Belg. - Lux.	1.618	38.511	2.375	58.069
Canadá	11.055	260.914	2.274	56.712
Suíça	2.546	61.355	2.198	55.234
Noruega	150	3.747	836	21.438

Fonte: Relatório do Banco de Angola - 1973

Em 72 o maior cliente deste produto foi os EUA e, em 1973 esta posição foi mantida, quando este país, sozinho, comprou 56.4 % do total das toneladas vendidas por Angola.

Como já se referiu, dadas as condições especiais de produção (terras concedidas, baixos salários), a evolução deste produto foi sempre positiva - seja em toneladas, seja em valor. Ainda de acordo com a mesma fonte dos dados anteriores, também no que respeita ao preço médio do quilo do café, a evolução foi positiva, passando de 17.69⁽¹⁾ (escudos/quilo), a 23.85 em 1973.

Para que se tenha uma ideia da importância do café angolano no mercado mundial deste produto, observe-se que durante os anos em estudo, Angola foi o terceiro produtor mundial, sendo precedido do Brasil, o primeiro

e, a Colômbia, o segundo.

Embora, no decorrer destes anos se tenham alterado os valores absolutos as quantidades do café transacionado, em termos relativos, Angola mantém a sua posição.

Nos últimos anos deste período, 1972/73, o primeiro produtor mundial produziu 14.500 milhares de sacos de 60 quilos de café, dos quais exportou apenas 5.500. O segundo produziu 9.500 milhares de sacos e exportou 8.060. Angola produziu 3.500 milhares de sacos tendo exportado 3.400.

A altíssima percentagem do produto exportado, 97 % aproximadamente, da produção, é muito significativo para a avaliação do grau de dependência daquele produto face ao mercado externo.

5.2.3.2 Petróleo

O petróleo surgiu na pauta de exportação de Angola nos anos 60 e mostrou uma evolução rápida e positiva.

Em 1973, este produto ocupa o primeiro lugar entre os produtos exportados, com uma participação de 30 % no global das vendas daquela colónia ao exterior.

Quanto ao destino daquela exportação, veja-se no quadro seguinte:

PETROLEO DE ANGOLA - PRINCIPAIS COMPRADORES

PAÍSES	1972		1973	
	ton.	1.000 esc.	ton.	1.000 esc.
Total	6.829.308	3.535.396	7.323.304	5.755.588
E.U.A.	762.990	404.272	2.826.333	2.260.693
Canadá	2.503.046	1.289.323	2.422.610	1.931.428
Japão	1.589.301	811.954	1.015.378	823.524
Metrópole	492.717	245.761	646.545	492.342
Tindade e Tobago	1.148.036	607.567	198.991	123.402
Alemanha Oc.	-	-	92.991	58.249
Espanha	262.864	136.884	99.663	54.356

Fonte:Relatório do Banco de Angola - 1973

Note-se que quase metade do petróleo em bruto exportado em 1973 por Angola, destinou-se aos Estados Unidos e que este país juntamente com o Canadá absorveu 72.8 % de toda a exportação deste produto.

Na exploração de petróleo estavam em Angola as seguintes companhias: Petrangol, Angol, Total, Texaco e Cabinda Gulf, todas com elevada participação de capitais estrangeiros, o que permitia a canalização para o exterior de parcelas substanciais do lucro daquele sector.

5.2.3.3 Diamantes

A extracção de diamantes em Angola era, até 1971 uma actividade da Diamang - Companhia de Diamantes de Angola.

Esta exclusividade foi por vezes compartilhada com outras empresas mas a Diamang nunca deixou de ser a maior e a mais poderosa empresa, de quantas operavam no interior daquela colónia.

Dados de 1973 revelam que, nesta época, existiam outras empresas de exploração daquele mineral, como, por exemplo, a Oestdiam - Companhia de Diamantes do Oeste Angolano; a Diversa - Companhia Nacional de Diamantes; a Diamul - Companhia Ultramarina de Diamantes. A importância relativa destas empresas no sector, é, no entanto, muito pequena.

A nível da participação accionária da província nestas empresas, o quadro é o seguinte:

Na Oestdiam 1.500.000 esc.

Diversa 1.000.000 esc.

Diamang 100.000.000 esc.³⁶

Dar-se-á um destaque especial à Diamang por várias razões, entre as quais: ser a empresa mais importante de exploração de Diamantes; ser a maior do sector extractivo em geral; ter elevada participação de capitais de diferentes origens; ser exemplar na sua forma colonial de actuação. A Diamang foi constituída em 16 de Outubro de 1917 e recebeu como área de concessão a região de Lunda. Parte desta região situa-se no concelho de Chitito, com uma extensão de 45.483 Km² e uma população (dados de 63), de 100.000 habitantes³⁷.

Em 1920, em Bruxelas, foi assinado um acordo entre o alto comissário da então província de Angola e a Diamang, através da qual esta última passou a dispor legalmente, pelo prazo de 30 anos, da exclusividade da pesquisa em toda a área referida.

Quanto à propriedade, uma avultada fracção do seu capital pertence a grupos económicos internacionais como os De Beers; o Grupo Societé Général Belgique e de Forminière; o grupo americano de Allan A. Ryan,

³⁶LEAL (1959)

³⁷DIAMANG (1963)

Clendeim A, Ryan, Albert E. Thiele and the Murray and Leinie Guggenheim Foundation Owners.

De Beers, dos mais importantes accionistas, tem por trás de si a Anglo - American Corporation of South Africa, de quem é filial. ³⁸ Em 1969 eram também accionistas desta empresa um conjunto de bancos. Banco Fonseca e Burnay, membro do Conselho de Administração com 65.625 acções que correspondiam a 3.8 % das acções da empresa; o Banco Português do Atlântico, com 5.675 acções; o Banco Nacional Ultramarino, com 3.800 acções e o Banco Totta e Açores com 665 acções.³⁹ Em 1917, o maior accionista da Diamang era a Província de Angola, com 200.000 do total de 1.730.000 acções da Companhia.

De acordo com um documento da Diamang, 70 % do capital está em mãos de grandes accionistas e distribui-se assim:

- com mais de 100.000 acções2 accionistas (estrangeiros)
- com 50.000 a 100.000 acções.....3 accionistas (2 nacionais)
- com 10.000 a 50.000 acções.....2 accionistas (1 nacional)
- com 5.000 a 10.000 acções.....1 accionista (nacional)
- com 2.000 a 5.000 acções.....20 accionistas (nacionais)
- com 1.000 a 2.000 acções.....1.483 accionistas (alguns estrangeiros)

Quanto ao destino da produção de diamantes este era na totalidade a exportação. O quadro que se segue mostra a evolução das exportações de diamantes nos últimos cinco anos do período colonial.

³⁸OLIVEIRA (1972) e DIAMANG (1963)

³⁹MARTINS (1970)

	1969	1970	1971	1972	1973
Em 1.000 escudos	1.843.173	2.340.087	1.523.239	1.583.050	1.999.551
Em quilates	1.980.394	2.502.688	2.342.524	2.199.860	2.111.172
Preço por QL	930.71	935.03	650.26	719.62	947.13
(%) Per valor da export.	19.6	19.2	12.5	11.4	10.4

Fonte: Relatório do Banco de Angola

Nestes anos, a Metrópole foi o comprador exclusivo dos diamantes de Angola.

Em 1973, do total das exportações de Angola, Portugal comprou apenas 1.227.467, o que correspondia a, aproximadamente 7.9 % do total. Neste mesmo ano, 72.9 % do total das toneladas exportadas por aquela colónia foi para o estrangeiro, sendo o restante destinado às outras colónias.

Em valor, as exportações angolanas para Portugal naquele ano foram 4.859.180 mil escudos o que equivalia aproximadamente a 25.4 % do total da receita das exportações de Angola.

Alguns elementos de síntese

No que diz respeito aos três principais produtos de exportação desta colónia a situação era a seguinte:

Petróleo: o valor global da exportação no ano de 1973 era de 5.755.588 mil escudos, dos quais, 492.342 foram pagos pela metrópole, 8 % do total. O maior comprador foram os Estados Unidos, pagando um total de 2.260.693 mil escudos, que equivalia, então, a 39 % do total da receita da exportação do petróleo daquela colónia.

Café: o total do valor exportado deste produto em 73, foi 5.090.130 mil escudos, dos quais a metrópole adquiriu 333.903, ou seja, 6 % do total. Mais uma vez o maior importador são os Estados Unidos com a compra de 3.009.960, ou seja, 59.4 % do total do valor do produto exportado.

Diamantes: neste mesmo ano. o total do valor esportado por Angola em diamantes foi, como já se referiu 1.999.551 mil escudos, todo adquirido

por Portugal ⁴⁰

Considerando a posição de Portugal no comércio exportador de Angola, o diamante é um caso particular e singular. Isto porque:

Até 1950 vigorou um contrato entre a Diamang e a Diamang Corporation, com sede em Londres, através do qual, esta última empresa teria a exclusividade na compra dos diamantes de Angola. Ainda em 50, através do Decreto nº 37.549 ficou estabelecido pelo governo português que a lapidação de pedras preciosas ficava submetida ao regime de condicionamento ao mesmo tempo que estava em vias de se concretizar ao Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes que teria, naturalmente, a exclusividade no exercício desta indústria.

Antecipando-se à nova situação, dado que a lei não tinha carácter retroactivo, e segundo a opinião de um autor que se transcreve:

"As duas empresas, em vez de aguardarem o contrato por elas firmado para vigorar entre 1946 e 1950, inclusive, esgotasse o seu prazo de vigência, modificaram-lhe ligeiramente as cláusulas e assinaram novo contrato por cinco anos". ⁴¹

O facto é que até finais de 1964, ainda o total das exportações de diamantes era destinado à Inglaterra. ⁴² Considerando-se esta significativa amostra de produtos exportados por Angola, vê-se que:

1. Os três produtos destacados (café, petróleo e diamantes), sozinhos, representavam em 1973, 69 % do valor das exportações;
2. Antes da exploração do petróleo os dois outros produtos (café e diamantes), já ocupavam lugar de destaque nas exportações, tanto em relação à quantidade exportada quanto ao valor que representavam;
3. Parte significativa das exportações não se destinava a Portugal, com excepção feita pelo diamante a partir da segunda metade dos anos 60.

Estas constatações evidenciam uma outra que é sua resultante:

⁴⁰Dados do Relatório do Banco de Angola

⁴¹LEAL (1959), pag. 65

⁴²MARTINS (1960)

Do conjunto dos capitais metropolitanos, os que mais se beneficiaram com a exploração colonial foram os comerciais e financeiros. Os primeiros, através da comercialização dos produtos e os segundos, pela via do financiamento e/ou da participação directa nas empresas dos ramos exportadores.

5.3 Os lucros comerciais da exploração colonial de matérias-primas

Muitos factores influenciavam os lucros do comércio externo angolano , que era muito rentável.

De entre os factores mais relevantes destacam-se:

1. Elevado grau de exploração da força de trabalho;
2. Monopólio da comercialização;
3. Protecção do estado aos capitais.

O que permita constatar o grau de exploração da força de trabalho, no caso é, por um lado o facto já anteriormente referido, do trabalhador tratar ele próprio ou a sua família de parcela substancial da sua subsistência. Por outro lado, as descrições feitas dos processos produtivos e da produtividade do trabalho, pelas próprias instituições patronais, das quais se citam algumas.

Sobre o processo produtivo, descreve um documento da Diamang:

"Da erosão das rochas e da disposição dos seus detritos por diferentes acções de transporte, predominantemente a das águas correntes, "circuladas" ao longo dos tempos geológicos, resulta a incorporação dos diamantes nos cascalhos situados a vários

níveis e sobre os quais incidem as operações de pesquisas e reconhecimento das missões do serviço de prospecção da companhia.

Actualmente, dezanove missões de prospecção procedem a pesquisa e desenvolvimento de depósitos, nas bacias dos rios Chicape, Luachimo, Sombo, Chiumbe, Luana, Luembe e Cuanzo.

A prospecção faz-se por meio da abertura de poços, emprego de sondas e recolha consequente de amostras.

Encontram-se em exploração 43 minas, repartidas por cinco grupos: Camissombo, Cassanguidi, Luzilo, Andrada e Maludi.

Perto de 2.000 vagonetas puxadas por cabo transitam diariamente por 120 Km de via, transportando 1.000.000 m³ de cascalho por ano.

Despejadas as vagonetas nas tremolinas de alimentação as correias transportadas encaminham o cascalho para os crivos rotativos de lavagem e classificação volumétrica, de onde o material aproveitado passa a duas "pans" em série mas quais se dá uma primeira classificação densimétrica. Daqui, o material é concentrado pelos meios adequados, e o produto obtido é vazado em bilhas metálicas, que, depois de seladas, são transportadas em camiões-cofres para a estação central de escolha, onde se procederá às concentrações finais para a recolha dos diamantes".⁴³

Até aqui, a descrição refere-se ao sistema tradicional, onde a produtividade alcançada é inferior a outros sistemas que já estão implantados em explorações semelhantes, inclusivé, um deles, pela própria Diamang, como será descrito a seguir.

"Outro sistema está em uso: o grão obtido em uma primeira lavagem junto ao local do desmonte é, seguidamente, transportado para uma instalação designada por "Separação Gravítica em Meio Denso", onde, de Anovo, se procede ao seu tratamento e classificação. Esta unidade dispõe de uma estação de recolha privativa. O primeiro processo, que pode chamar-se clássico, absorveu em 1962, o tratamento de cerca de 55 % do volume global

⁴³DIAMANG (1963), pag. 18

do cascalho desmontado; os restantes 45 % foram tratados pelo segundo sistema.

Os métodos empregados na remoção de estéril têm sido muito aperfeiçoados. Actualmente, dá-se largo emprego às escavadoras mecânicas e outros engenhos, bem como a processos hidráulicos, com ou sem utilização de monitores, o que fez elevar o rendimento médio geral da mão-de-obra empregada na execução desta operação para 19,82 m² por homen-dia em 1962, que se compara com 10,76 m² em 1952. Também, graças aos progressos realizados no relativo à mecanização em geral dos operações mineiras, o volume médio de cascalho tratado por mês e por trabalhador subiu, em 1962, a 23,10 m² nível nunca atingido até então".⁴⁴

Este aumento na produtividade não se revelou, no entanto, numa redução do custo unitário do quilate produzido.

Uma citação de um autor, também um accionista da Diamang, diz o seguinte:

"Chamo outrossim à atenção para o facto de aquela verba de Esc. 213.00, representativa do custo de produção do quilate em 1958 (período posterior à implantação do sistema "não clássico" na exploração dos diaãmntes), ser superior ao dobro da que em seu ofício de 15 de Janeiro de 1951, dirigido ao Ministro das colónias. o então governador da Província de Angola, Silva Carvalho, mencionava como verificando-se em 1949. É inegável que - repito - se vem demonstrando muito mais estéril e tratando muito mais cascalho nas minas para se obter o mesmo peso de diamantes, mas, se, em contrapartida, atendemos aos progressos, tão dispendiosos como gigantescos, na mecanização das explorações, com a sua correlativa poupança de mão-de-obra, temos que confessar que é impossível impedir a proliferação no nosso espírito das mais plausíveis desconfianças e preocupações no que se refere ao grau de racionalização dos serviços da Diamang". ⁴⁵

⁴⁴DIAMANG (1963), pag. 18-19

⁴⁵LEAL (1959), pag. 103

Neste caso concreto, o aumento da produtividade não se manifestou na redução de custos o que evidencia ser a mão-de-obra dispensada pelo novo sistema, já que pelos dados apresentados a produtividade dos novos equipamentos praticamente duplicou a produção por homem-dia tão barata, que não compensou o custo do novo investimento. Este custo, não foi totalmente suportado pela Diamang, já que no referido período, se observou um crescimento no preço de venda do produto de aproximadamente 58 % conforme mostram os dados que se seguem.

DIAMANTES EXPORTADOS POR ANGOLA

Anos	1951	1958
Quilates	718.312	962.336
Valor(em mil esc.)	237.520	548.759
Preço Quilate	330.66	570.23

Fonte:Relatório do Banco de Angola

O elevado grau de exploração a que esteve submetida a força de trabalho daquela empresa, transparece na leitura de um relatório da Diamang:

"Melhorar as condições de vida os nativos, zelar pelo seu bem estar, elevando-os na escala dos valores sociais e económicos, são objectivos que devem estar na base de toda a organização que lide com o capital-homem.

Para isso houve que considerar os servidores africanos classificados segundo os conceitos de :

- 1. Grau de evolução social;*
- 2. Grau de evolução profissional;*
- 3. Modalidade contratual.*

A primeira, a única que merece especial comentário, resulta dos diferentes estádios de evolução que o trabalhador apresenta. Corresponde a uma escala que vai desde o mínimo de evolução (mas em que já é possível a prestação de serviço útil e dirigido), até à situação de cidadania que o indígena adquiriu e em que o seu regime é idêntico ao do trabalhador europeu".⁴⁶

Nota-se que, à partida, o homem africano é avaliado como "capital - homem", mas, inferior ao europeu, sendo a sua "igualização ao trabalhador europeu", o máximo que aquela força de trabalho poderia atingir na hierarquia social se e apenas se evoluísse "até à situação de cidadania".

Esta concepção é confirmada na prática como atesta o mesmo relatório em várias passagens. Por exemplo, na que se refere a habitação do trabalhador, lê-se:

"Mas os trabalhadores ainda podem subir mais na escala habitacional, vivendo em casas do nível europeu e com mais comodidades".⁴⁷

Isto significa em que as condições habitacionais dos trabalhadores africanos eram, na generalidade, inferiores as dos trabalhadores europeus.

Outro documento da Diamang, referindo-se à remuneração dos trabalhadores daquelas empresas, diz o seguinte:

"Pagamos à mão-de-obra indígena 43.700 contos e à mão-de-obra branca 43.200".⁴⁸

Os dados sobre o número de trabalhadores neste ano também é apresentado no mesmo relatório e são os seguintes:

"O número médio de indígenas em serviço na Lunda andou a volta de 20.205, além de 105 assimilados e especializados. A despesa unitária mensal deste pessoal deve regular por Esc. 400.00, sendo metade para ordenado e metade para alimentação".⁴⁹

⁴⁶DIAMANG (1963) pag. 24

⁴⁷IBD. pag. 35

⁴⁸IBD. (1956), pag. 10

⁴⁹LEAL (1959), pag. 41

O salário em dinheiro era, pois, de 200 escudos mensais por trabalhador africano. Da outra parcela, gasta em alimentação, parte significativa era destinada à compra de gêneros produzidos pelas mulheres dos assimilados, a preços reduzidos, como foi referido noutra ponto. Não bastasse esta dupla feição do pagamento, nada típica do modo de produção capitalista, para evidenciar o carácter de exploração da força de trabalho angolana, outra disparidade transparece entre esta última e a força de trabalho europeia. É a disparidade entre os salários médios dos trabalhadores do primeiro e do segundo daquela empresa.

Lê-se ainda no mesmo relatório de 1956 há pouco citado:

*"O número de empregados brancos contratados era de 402.
Computando em 55 contos a despesa média com este pessoal".*

⁵⁰

Os dados falam por si e evidenciam que os custos de produção para o capital, investido em Angola, era reduzido em decorrência, sobretudo, dos baixos custos de salários, o que permitia por si só, uma grande lucratividade para estes capitais.

A forma como estes lucros eram repartidos entre os capitais internacionais será objecto do ponto a seguir.

⁵⁰LEAL (1957), pag. 41

5.4 Os privilégios do monopólio colonial

A Diamang um exemplo dos mais acabado de monopólio colonial, por esta razão escolhido para o exemplo.

Data de 1913 o início da prospecção de diamantes na Lunda pela Companhia de Pesquisas Minerais de Angola, tarefa que cinco anos mais tarde é confiada à Diamang, ainda dois anos antes da assinatura do acordo ⁵¹, anteriormente referido. O acordo, que dava a exclusividade da pesquisa de diamantes aquela companhia pelo prazo de 30 anos, obrigava-a aos seguintes compromissos:

- Intensificação da pesquisa;
- Dar à província 5 % do capital;
- Entregar à província, anualmente, 40 % dos lucros líquidos da companhia;
- Empréstimo à província 400.000 contos em duas prestações iguais.

Neste ano, através do decreto nº 9/20, o governo português vedava a pesquisa de diamantes em toda a área que hoje constitui o território de Angola a qualquer outra companhia e, no ano seguinte, no decreto nº 11/21, dá a exclusividade da exploração de diamantes à Diamang.

O monopólio da Diamang é fortemente protegido por fartíssima legislação e o princípio desta proteção está muito bem sintetizada na citação que se segue:

"Norton de Matos fez clara e corajosamente inserir na lei: o Governo de Angola apoiará, moral e materialmente a Companhia de Diamantes de Angola e tomará as providências necessárias para, no interior da colónia e no da companhia, ser assegurado

⁵¹Embora a empresa tenha sido criada em 1918, o acordo com o governo português somente foi assinado em 04/12/1920, em Bruxelas.



a esta o livre e eficaz exercício da sua indústria, tendo principalmente em vista:

- 1. Impedir o roubo e a receptação de diamantes a pesquisa e a extracção deles por terceiros;*
- 2. Impedir que terceiros dificultem o completo e perfeito aproveitamento, por parte da companhia, das concessões que lhe são feitas nos termos deste decreto".* ⁵²

Ainda de acordo com o mesmo documento, o contrato de exclusividade da pesquisa terminaria a 14 de Maio de 1971, no entanto, no que se refere à extracção ficou estabelecido que, numa área que correspondia a 49.989,7 Km², conforme o documento:

"Manteremos por tempo ilimitado o direito de extracção de diamantes no que a intensiva prospecção efectuada nos últimos anos nos levou a pensar constituírem as áreas mais promissoras". ⁵³

Para uma avaliação inequívoca do quadro onde actuava aquele monopólio e a protecção que o estado lhe garantiu durante largos anos, apresentam-se algumas informações. Ou seja: Até 14 de Maio de 1971, meio milhão de quilómetros quadrados eram concessão, em regime de exclusividade, da referida empresa, para a pesquisa do mineral.

Até aquela data foram marcadas 27 "clims" para extracção, o que correspondia, em área, a 49.989,7 Km² onde foi assegurado à empresa o monopólio da exploração,. Na área restante, o documento que foi por duas vezes citado, diz:

"Nos termos do Decreto no 198/71, de 12 anterior, vão ser concedidos a un consórcio formado pela Diamang e pela De Beers Consolidated Mines, mediante contrato, este, sim, de condições totalmente diversas do que rege a concessão da Diamang, a qual subsiste, como disse, por tempo ilimitado". ⁵⁴

⁵²DIAMANG (1971), pag. 11

⁵³DIAMANG (1971), pag. 14

⁵⁴IBD. pag. 15

A protecção que deu o Estado a esta empresa permitiu a este monopólio um enorme domínio na esfera da produção e da circulação dos diamantes, facto que coloca os capitais allí investidos, numa situação de privilégio face aos demais.

Leve-se em conta que a protecção do Estado estendia-se para além dos limites da pesquisa e exploração em determinada área, ao proibir, por lei, qualquer actividade ligada aos diamantes de empresas, entidades ou pessoas isoladas.

Um exemplo desta legislação:

"Artigo 11º - É proibido em Angola o comércio de Diamantes não lapidados ou não talhados, e de diamantes talhados ou lapidados só poderá exercer-se nas joalharias ou estabelecimentos que para tal tenham licenças industriais necessárias.

Paragrafo único. O contraventor do estipulado neste artigo será condenado na pena de prisão até dois anos e na multa de 1.000 a 10.000 escudos, sendo-lhe apreendido os diamantes". ⁵⁵

Feito este enquadramento, parece claro o processo ou método, utilizado pela Diamang na produção e apropriação dos lucros deste sector mineral tão vital para a economia angolana, durante aproximadamente meio século.

Era orientação assente e prática constante daquela empresa, a comercialização centralizada. Ou seja, a empresa defendia o "through one channel" e efectivava esta norma através dos acordos celebrados com o chamado "sindicato de Londres", desde 1923, quando assinou o primeiro contrato de venda.

Este princípio e esta prática eram assim, defendidos pela direcção da companhia:

"Chamem-lhe monopólio, exclusivo, ou o que quiserem de equivalente: a verdade, provada por dezenas de anos de prática é que é este o único processo de valorazar e de colocar uma mercadoria sem valor intrínseco, e que só tem valor artificial que se lhe dá do facto de ser um objecto de alto luxo, de ser caro e de ser raro, e que deixaria de ser preferido a outras pedras,

⁵⁵COSTA (1973)

verdadeiras ou artificiais, de brilho, aparência geral e aplicação semelhantes, se deixasse de ser raro e ser caro". ⁵⁶

Este raciocínio escamoteia a realidade económica. A de que a maior parte dos capitais aplicados na Diamang eram de grandes grupos internacionais e que a venda dos diamantes por um mesmo canal dava garantias de preços de monopólio, altamente vantajosos para estes grupos que também se encontravam na comercialização das pedras.

Citando um autor, ele próprio um dos accionistas secundários da Diamang:

"Segundo nos diz A. Moyar no seu opúsculo "L'Industrie du Diamant em 1955", desde a sua fundação, a De Beers manteve, como seu fim fundamental, a política preconizada pro Cecil Rhodes, isto é, em primeiro lugar, obter o controle, quer por fusão quer por compra, de todos os produtores importantes de diamantes da África do Sul, em seguida, proceder de tal modo que a produção mundial, tanto quanto possível, seja colocada nos mercados através dum único canal. Esta última função incumbe superiormente à Diamond Corporation, Lda, tendo Londres como placa giratória deste comércio especial". ⁵⁷

A De Beers tinha co-participação em várias outras empresas que comercializavam diamantes como era o caso da Diamond Trading Co, Lda, Industrial Distributors, Lda, e Diamond Purchasing and Trading Co, Lda. A primeira, especializada em venda de diamantes de joalheria e, a segunda, em venda de diamantes industriais. Desta forma, os lucros do negócio dos diamantes angolanos eram repartidos entre os seus accionistas e grandes grupos internacionais do ramo, como era o caso da De Beers que ganhava como accionista directa da Diamang e da Diamond.

Citando Cunha Leal:

"Já atrás constatei que quer no Relatório do exercício de 1956 quer na exposição complementar do Sr. Administrador delegado nos não permitem calcular com suficiente aproximação

⁵⁶DIAMANG (1956), pag. 7

⁵⁷LEAL (1957, pag. 38

a diferença entre o que seria o produto da venda dos nossos diamantes, quando feitas nos mercados mundiais às cotações correntes, e o preço porque no-lo pagaram os intermediários”.

E ainda:

”É natural que este sectores estrangeiros, dominantes da Diamang tratem de avolumar os lucros das sociedades revendedoras de diamantes à custa dos interesses desta empresa, para reduzirem assim a comparticipação do Província de Angola e prejudicarem concomitantemente, os accionistas portugueses, independentes”. ⁵⁸

Este escrito é de 1956. Quase dez anos mais tarde, preocupação semelhante foi levantada por um antigo colaborador da companhia, que escreveu o seguinte:

”Os diamantes da Libéria são inferiores aos de Angola e, no entanto, são transaccionados por quase dois terços mais. Mas é sempre útil recorrer às contas para mais rápida assimilação do que deixamos dito. Vejamos então:

Se se vendessem os diamantes angolanos, pelo preço dos da Libéria - 2.346.00 por quilate - o resultado obtido atingiria a quantia de 2.975.057.495.00 ... Segundo a estatística da concessionária da Lunda, extraíram em 1966, 1.268.140,45 quilates que ao preço de 872.00 deram como resultado 1.105.818.472.00”.

⁵⁹

Reduziu-se pois a receita potencial em 1.869.239.023.00 o que, segundo estes cálculos, significou a perda real de mais de metade da receita possível.

Não se pense, no entanto, que eram pequenos os lucros da Diamang. Cunha Leal comparou os lucros líquidos daquela empresa com os de 88 sociedades anónimas, metropolitanas e ultramarinas, em 1953, verificando o seguintes:

⁵⁸UBD. pags. 34-35 e 39

⁵⁹JUNIOR (sem data) pag. 15

1. O lucro médio destas 88 empresas foi de 10.550 contos enquanto que somente a participação dos corpos gerente da Diamang nos lucros desta empresa foi de 21.556 contos;
2. Que o Banco de Portugal teve neste período lucros líquidos iguais a 17.508 contos, portanto inferior aquela participação;
3. Que apenas doze sociedades daquelas 88 tiveram lucros superiores aquela participação, sendo elas:

DESIGNAÇÃO DAS SOCIEDADES	LUCROS LÍQUIDOS em 1953
SACOR	80.134
BANCO NACIONAL ULTRAMARIMO	44.671
BANCO DE ANGOLA	44.300
COMPANHIA ANGOLANA DE AGRICULTURA	41.491
COMP. REUNIDAS DE GÁS E ELECTRICIDADE	42.256
BANCO ESPIRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA	34.044
HIDROELECTRICA DO CAVADO	28.189
COMPANHIA DO AÇUCAR DE ANGOLA	27.071
HIDRO ELECTRICA DO ALTO ALENTEJO	25.771
COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO	23.582
THE ANGLO PORTUGUESE TELEPHONE Co, LD _a	23.483
COMPANHIA DE BOROR	23.081

Referindo-se ainda à comercialização dos diamantes, este mesmo autor escreveu:

*"A questão das condições de venda da produção da Diamang à Diamond Corporation Lda, por força dos quais se reduzem a menos de metade os possíveis resultados das explorações da primeira, ocasionando assim, para a Província de Angola, um prejuízo anual, que, na actualidade, é da ordem dos 100.000 contos, e, para os accionistas da Diamang, um prejuízo exactamente igual".*⁶⁰

Este exemplo mostra como os lucros eram, nas condições coloniais, repartidos entre diferentes capitais, com origem e nacionalidade diversa, lesando muitas vezes os próprios capitais nacionais portugueses.

⁶⁰LEAL (1957), pags. 85-86 e 94

5.5 Importância económica das importações portuguesas com origem em Angola

Como ponto de partida para o estudo das importações portuguesas com origem em Angola, tomou-se o ano de 1950.

Neste ano, as importações gerais portuguesas eram de 3.048.830 toneladas, com o valor de 7.878.500 mil escudos.

Destas, as oriundas do conjunto das colónias perfaziam 12,4 % do volume e 16,3 % do valor total, sendo que de Angola, sozinha, vinham 8,4 % do volume e 8,6 % do valor total importado naquele ano.

As importações com origem naquela colónia baseavam-se fortemente em produtos agrícolas, sendo que oito destes concentravam 85,55 % do valor global dali oriundo.

Estes dados encontram-se discriminados no Quadro 5.1.

Destes oito produtos, apenas três eram significativos para o sector industrial. Eram eles: cobre, sisal e algodão.

O algodão, pelo facto de ser uma matéria-prima totalmente comprada por Portugal, era das mais importantes com origem naquela colónia para a indústria metropolitana. Este produto, também do ponto de vista do conjunto da economia angolana era também muito importante ocupando em 1950 o terceiro lugar nas exportações da colónia, contribuindo com 12,68 % para o valor global destas últimas, naquele ano.

QUADRO 5.1
PRINCIPAIS IMPORTAÇÕES COM ORÍGEN EM ANGOLA - 1950

Pela grandeza de valor	Produtos	Quantidade (ton)	Valor(em 1.000 Esc)	% sobre o total do valor
	Total	257.835	683.280	100
1 ^o	Milho	123.661	200.746	29,37
2 ^o	Açucar	38.441	96.495	14,12
3 ^o	Algodão	6.676	86.699	12,68
4 ^o	Café	5.624	80.426	11,77
5 ^o	Forragens	42.195	65.278	9,55
6 ^o	Feijão	13.012	28.968	4,23
7 ^o	Cobre	1.590	13.943	2,04
8 ^o	Sisal	2.559	12.321	1,80

Fonte : INE - Estatística do Comércio Externo

Os produtos que constam do quadro I são aqueles que, nas importações portuguesas com origem em Angola, participam com mais de 1 % sobre o valor global daquele conjunto.

O quadro 5.2 apresenta a situação de 1960.

QUADRO 5.2
PRINCIPAIS IMPORTAÇÕES COM ORÍGEN EM ANGOLA - 1960

Pela grandeza de valores	Produtos	Quantidade (ton)	Valor (1.000 Esc)	% sobre o total do valor
	Total	196.723	850.604	100
1 ^o	Algodão	8.782	155.441	18,27
2 ^o	Café	10.811	142.347	16,73
3 ^o	Sisal	18.012	114.227	13,42
4 ^o	Açucar	37.694	113.329	13,32
5 ^o	Óleo de Palma	13.536	77.917	9,16
6 ^o	Madeira	50.337	66.910	7,86
7 ^o	Milho	18.743	27.093	3,18
8 ^o	Sementé de Algodão	6.249	23.460	2,75
9 ^o	Cobre	1.737	18.371	2,15
10 ^o	Óleo de Coconote	4.588	18.029	2,11
11 ^o	Raíz de mandioca	10.929	17.321	2,03
12 ^o	Óleo de amendoim	1.529	15.713	1,84

Fonte : INE - Estatística do Comércio Externo

Como mostra o quadro 5.2, em 1960, os produtos que participavam em mais de 1 % do valor das importações com origem em Angola passaram a ser em número de 12 e a ordem da classificação de 1950 foi alterada.

O algodão que ocupava o terceiro lugar com 12,68 % em 1960 aparece em primeiro, com 18,27 % do valor global; o café, passou de quarto com 11,76 % , para segundo, com 16,73 % .

Quanto à evolução negativa do açúcar, ela deveu-se essencialmente à queda na cotação deste produto no mercado mundial, coincidente com o aumento da oferta do mesmo, em consequência do aumento da produção cubana neste ano.

Alguns dos produtos que constavam do quadro em 1950, desaparecem em 60. Exemplo do milho e do feijão.

Os 12 produtos que o quadro II apresenta, junto representam 92,54 % do valor global importado de Angola por Portugal.

No ano de 1960, o valor global das importações portuguesas se comparado com o valor das mesmas em 1950, quase dobrou, passando de 7.878.850, em 1950 para 15.685.321 mil escudos.

A participação dos produtos vindos de Angola, em termos absolutos (passou de 683.380 para 850.604 mil escudos) cresceu mas em termos relativos decresceu, passando de 8,6 % em 50, para 5,4 % do valor global das importações deste ano em estudo.

Os quadros 5.3 e 5.4 que a seguir se apresentam, dão uma ideia muito aproximada da importância das compras de Portugal a Angola e, por esta via, da importância das importações com origem em Angola para Portugal, entre 1950 e 60.

QUADRO 5.3
DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE ANGOLA - 1950

Países	Toneladas	Contos (1)
Total Geral	519.639	2.169.018
Metrópole	256.787	671.996
Ultramar	28.936	67.895
Estrangeiros	230.945	1.419.289

Fonte : INE - Estatística do Comércio Externo

Do valor global das exportações angolanas, 31 % aproximadamente, era destinado a Portugal.

Comparando-se neste mesmo ano, este quadro III com o das importações portuguesas, segundo a origem ⁶¹, neste mesmo ano, verifica-se que o conjunto dos produtos que no primeiro corresponde a 31 % do valor, no segundo corresponde a 8,6 %.

QUADRO 5.4
DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE ANGOLA - 1960

Países	Contos
Total geral	3.490.721
Metrópole	861.717
Ultramar	148.839
Estrangeiros	2.480.160

Fonte: Banco de Angola - Relatório de 1960

⁶¹Estatística do Comércio Externo - INE (1950). Na fonte o valor aparece sob a designação de Angolar, moeda oficial de Angola naquele ano, com valor igual ao escudo

Do total geral das exportações de Angola de 1960, aproximadamente 25 % do valor das mesmas destina-se a Portugal.

Este mesmo conjunto de produtos, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística publicados nas Estatísticas do Comércio Externo deste mesmo ano, corresponde a 5,4 % do valor das importações portuguesas.

O algodão, nas importações portuguesas com origem angolana, ocupava em 1950 o terceiro lugar e representava aproximadamente 13 % do valor daquelas importações e 19 % do valor global do algodão importado por Portugal naquele ano.

Em 1960, alterou a sua posição relativa, passando a ocupar o primeiro lugar nas importações com aquela origem e correspondendo aproximadamente a 18 % e 7 % daqueles dois conjuntos respectivamente.⁶²

Em 1970, como mostra o quadro V, cinco dos doze produtos que apareciam como os que detinham as maiores parcelas de valor das importações originárias de Angola em 60, mantém-se com esta característica embora com alguma alteração na posição relativa de cada um.

Nenhum destes cinco ocupa o primeiro lugar, este último cabendo ao Diamante que, sozinho, representou neste ano aproximadamente 54 % do valor daquele conjunto.⁶³

O aparecimento dos diamantes nesta relação foi, como já se referiu anteriormente, devido a uma medida tomada pelo governo, obrigando a que os diamantes que anteriormente eram na sua maior parte exportados para a Inglaterra, passassem a ser vendidos a Portugal. Este facto deve ser levado em consideração quando se observar a evolução das exportações de Angola para a metrópole entre os anos 60 e 70, para que a posição relativa de Portugal como cliente não apareça como uma força do capital português face ao estrangeiro mas, como consequência de um artifício.

⁶²INE - Estatística do Comércio Externo

⁶³Dados do Banco de Angola apontam para 56% são feitos os cálculos, não coincidem a 100 % com os dados do INE.

QUADRO 5.5
PRINCIPAIS IMPORTAÇÕES COM ORÍGEM EM ANGOLA - 1970

Pela grandeza de valor	Produtos	Quantidade (ton)	valor (1.000 Esc)	% sobre o total do valor
	Total	689.576	4.418.969	100
1 ^o	Diamantes	509Kg	2.366.101	53,54
2 ^o	Algodão	23.050	427.587	9,67
3 ^o	Café	16.111	242.614	5,49
4 ^o	Milho	106.112	216.810	4,90
5 ^o	Madeira	94.873	197.523	4,46
6 ^o	Bananas	30.499	158.758	3,59
7 ^o	Sisal	26.792	116.431	2,63
8 ^o	Farinha de peixe	23.123	108.921	2,46
9 ^o	Minérios de ferro	158.173	76.537	1,73
10 ^o	Peixe	10.918	61.899	1,40
11 ^o	Petróleo	83.496	41.239	0,93

Fonte : INE - Estatística do Comércio Externo

O segundo produto importado de Angola neste ano, foi o algodão que, passou de aproximadamente de 18 % , em 1960, para 10 % em 70.

Esta queda no valor relativo não correspondendo a uma diminuição no absoluto uma vez que, de 60 para 70 a evolução observada, deste último, foi positiva, tendo quase triplicado.

Surgiram em 70 novos produtos com mais de 1 % na participação do valor do conjunto das importações em questão. Foram eles: bananas (4 %), farinha de peixe (2 %), minérios de ferro (2 %) e peixes (1 %). ⁶⁴

Neste ano, os onze produtos que tiveram participação igual ou superior a 1 % , juntos, materializaram aproximadamente 90 % do valor global das importações portuguesas com aquela origem.

⁶⁴Números arredondados da Estatística do INE.

Destaca-se a presença do petróleo, pela primeira vez participando deste subconjunto embora participando apenas com 0,93 % , dado que a posição relativa e absoluta deste produto na pauta de exportação se modificaria dentro de brevíssimo tempo.

As importações com origem em Angola representaram, este ano, 9,7 % do total das importações portuguesas (4,3 % a mais do que em 1960). Este montante relacionado com as exportações angolanas correspondia a 34,3 % do valor global daquelas exportações, verificando-se também que a metrópole foi, nesta ocasião, o segundo maior comprador dos produtos angolanos.⁶⁵

Entre 1970 e 1973, as alterações nas importações portuguesas com origem em Angola tiveram, essencialmente, um carácter quantitativo, exceptuando a posição relativa do petróleo que, passa de 11^o em 70, quando perfazia menos de 1 % do global daquelas importações com um valor de 41.239 mil escudos, para 3^o produto em 1973, com um valor igual a 437.204 mil escudos, correspondente a 9,18 % do valor global das importações do ano em análise.

⁶⁵Segundo Relatório do Banco de Angola - 1970

O quadro 5.6 dá a classificação dos produtos comprados a Angola em 1973.

QUADRO 5.6
PRINCIPAIS IMPORTAÇÕES COM ORÍGEN EM ANGOLA - 1973

Pela grandeza de valor	Produtos	Quantidade (ton)	Valor (1.000 Esc.)	% sobre o total do valor
TOTAL			4.319.674	90,69
1o	Diamantes	388Kg 2.500 quil	1.786.501	37,52
2o	Algodão	21.635	546.883	11,48
3o	Petróleo	560.021	437.204	9,18
4o	Bananas	55.725	361.170	7,58
5o	Café	19.575	326.761	6,86
6o	Peixes	27.675	238.627	5,01
7o	Madeira	84.616	182.337	3,83
8o	Milho	75.361	159.495	3,35
9o	Sisal	14.451	123.943	2,60
10o	Farinha de peixe	11.768	93.152	1,95
11o	Minério de ferro	172.175	63.601	1,33

Fonte : INE - Estatística do Comércio Externo

Destes onze produtos que, contêm 90,69 % do valor das importações portuguesas à Angola, apenas os diamantes e o algodão correspondem à totalidade da produção angolana para exportação. Os demais produtos são em parte comprados pela metrópole e, na maior parte das vezes, estas compras não atingiram 30 % das respectivas produções.

Os quadros 5.7 e 5.8 mostram o destino, em valores absolutos e relativos, das exportações angolanas dos seus principais produtos.

QUADRO 5.7
DESTINO DOS PRODUTOS EXPORTADOS POR ANGOLA CUJAS
VENDAS FORAM SUPERIORES A 300 MILHÕES DE ESCUDOS
1973

	Total das Exportações	EUA	Metrópole	Canadá	Japão	Alemanha	Outras Províncias
Petróleo	5.755.588	2.260.690	492.342	1.931.428	823.524	58.249	189.352
Café	5.090.130	3.009.960	333.903	56.712	77.551	141.046	1.470.958
Diamantes	1.999.551	-	1.999.551	-	-	-	-
Minério ferro	1.210.823	6.039	39.103	-	526.417	317.643	321.621
Farinha de peixe	740.120	-	124.249	-	175.448	331.628	108.705
Algodão	619.602	-	619.602	-	-	-	-
Sisal	467.928	2.387	127.483	-	2.967	26.226	308.865

Fonte : Banco de Angola - Relatório de 1973

QUADRO 5.8
DESTINO DOS PRODUTOS EXPORTADOS POR ANGOLA CUJAS
VENDAS FORAM SUPERIORES A 300 MILHÕES DE ESCUDOS
 (percentagens)

	Total das Exportações	EUA	Metrópole	Canadá	Japão	Alemanha	Outras Províncias
Petróleo	100	39	9	34	14	1	3
Café	100	59	7	1	2	3	29
Diamantes	100	-	100	-	-	-	-
Minérios de ferro	100	-	3	-	44	26	27
Farinha de peixe	100	-	17	-	24	45	15
Algodão	100	-	100	-	-	-	-
Sisal	100	1	27	-	1	6	66

Calculado a partir dos dados do Relatório do Banco de Angola - 1973

Em valor absoluto, exceptuando os diamantes, assunto já tratado nou tro ponto, o algodão representa a maior parcela do valor destinado à metrópole.

Em termos relativos, com excepção dos diamantes, o algodão é o único produto angolano que é exportado em 100 % para a metrópole, sendo seguido pelo sisal, em 27 % .

O algodão, segundo os dados do Banco de Angola, em 1973, preencheu 3,2 % do valor das exportações angolanas.

Considerando, nos anos estudados, que:

1. no conjunto das importações portuguesas com origem em Angola, o algodão mantém-se, entre os produtos, como o responsável por maior parcela de valor;
2. neste mesmo conjunto, exceptuando o caso particular dos diamantes, é o único produto que sendo na sua totalidade exportado por Angola, é todo comprado por Portugal;
3. o algodão é uma das matérias-primas mais importante para o sector textil português (como será mostrado noutra ponto);
4. Portugal não produz esta matéria-prima.
5. A importação do algodão angolano teve uma evolução positiva.

Far-se-á um estudo mais detalhado deste produto.

O quadro que a seguir se apresenta, mostrará a situação do algodão, em termos de valor, face ao total das importações portuguesas e a relação particular entre o algodão angolano, o total do algodão importado e o total das importações entre 1950 e 1973.

QUADRO IX
IMPORTAÇÕES PORTUGUESAS

	1950	1961	1979	1973
TOTAL 1.000 esc.	8.584.483	20.305.266	49.330.888	82.264.198
Algodão 1.000 esc.	456.738	1.252.936	1.674.621	3.460.079
% Algodão Total	5	7	3	4
Algodão de Angola 1.000 Esc.	88.699	87.524	427.587	546.883
% Algodão de Angola	19	7	26	16

Fonte : INE - Estatística do Comércio Externo
(percentagens calculadas)

Em termos absolutos o valor do algodão angolano teve uma tendência nítida de crescimento. Em termos relativos o mesmo não aconteceu.

As variações relativas poderão ter diferentes causas e serão analisadas mais adiante.

5.5.1 O papel do algodão colonial para a indústria textil portuguesa

As matérias-primas constituem importante parcela do custo de produção. Na indústria textil portuguesa as matérias-primas utilizadas são basicamente a lã, a seda, o algodão, o linho e o fios sintéticos.

A história dos textéis portugueses começa com a utilização do linho na produção textil das casas agrícolas, logo seguido do aparecimento da lanifícios. Referência aos tecidos de algodão foram encontradas pela primeira vez nos forais manufactureiros de 1166 a 1271 como se lê na seguinte passagem:

*"Os forais manufactureiros de 1166 a 1271 indicam quatro espécies de tecido: de lã, de linho, de cor e de fustão (estes últimos parecem ser de algodão)".*⁶⁶

Data, portanto, de alguns séculos a utilização do algodão como matéria-prima dos textéis.

Nesta mesma publicação, fala-se da existência de plantações de algodão no Algarve e no sul de Espanha no tempo dos árabes.⁶⁷

Sabe-se, entretanto, que de há muito não existe em Portugal plantações deste produto, o que não foi impedimento para que florescesse um forte subsector textil algodoeiro que se alimentou sempre com a importação do algodão em rama ou em fio. Este último em quantidades irrisórias.

O quadro que se segue, mostra a evolução das importações de algodão entre 1934 e 1973, comparadas aos valores global das importações portuguesas em cada ano respectivamente.

⁶⁶ AFONSO (1976), pag. 416

⁶⁷ IBD.

QUADRO X

	Valor global das importações	Valor do Algodão importado	% valor do algodão valor
ANOS	(1.000 Esc.)	(1.000 Esc.)	das importações
1934	2.398.001	144.502	6,0
1942	5.019.655	232.464	5,6
1945	5.416.557	264.350	4,9
1950	8.584.483	456.738	5,3
1955	12.596.172	876.909	7,0
1961	17.069.974	1.252.936	7,3
1965	28.327.305	1.687.578	6,0
1970	49.330.888	1.674.621	3,4
1973	82.264.198	3.460.079	4,2

Fonte : INE - Estatística do Comércio Externo

No que respeita a quantidades importadas em cada ano, o quadro que se segue apresenta os dados.

QUADRO XI
IMPORTAÇÕES DE ALGODÃO EVOLUÇÃO ENTRE 1934 E 1973
(em toneladas)

ANO	Quantidade	Diferença face ao ano anterior (1)	Diferença com base ano anterior (2)	percentual em 1934 (3)
1934	21.648			
1942	23.040	1.392	6,4	6,4
1945	23.548	508	2,2	2,3
1950	33.437	9.889	41,9	45,7
1955	48.616	15.179	45,4	70,1
1961	67.307	18.691	38,5	86,3
1965	89.449	22.142	32,9	102,3
1970	91.716	2.267	2,5	10,5
1973	145.996	54.280	59,9	250,7

Fonte : INE - Estatística do Comércio Externo

A evolução da importação do algodão era claramente positiva.

A partir dos dados apresentados nestes dois quadros X e XI, pode-se concluir que, em termos quantitativos e em termos de valor, a tendência verificada na importação do algodão foi de crescimento.

No que respeita a participação do valor do algodão no valor do conjunto das importações, não se verifica nenhuma tendência, tendo a sua variação oscilado entre, aproximadamente, 4,2, valor relativo mais baixo, e 7,5, o mais alto.

Algumas considerações à margem dos dados apresentados nos quadros em referência, podem fornecer informações que ajudem a compreender as tendências e variações verificadas na importação daquele produto.

Considera-se que o sector textil, como um todo, consome variados tipos

de fibras mas, o textil algodoeiro foi e é, ainda hoje, considerado em Portugal o subsector mais importante.

Produção textil - percentagens correspondentes ao tipo de materia-prima utilizada ⁶⁸

100	Portugal	C.E.E.	U.S.A.
	Lã 4,0	Fib.artificial 10,0	Lã 1,0
	Fib.artificial 9,0	Lã 17,0	Fib.artificial 7,0
	Fib. sintética 25,0	Fib. sintética 48,0	Fib. sintética
	Algodão 62,0	Algodão 25,0	58,0
0			Algodão 33,0

Esta importância verifica-se ao nível do emprego (em 1977 era responsável por 47 % do emprego industrial textil e vestuário) e ao nível da contribuição para o produto industrial textil (51 % do valor bruto da produção do sector). ⁶⁹

Dos anos em estudo, tomando-se por base 1934, o que apresentou o mais elevado percentual de crescimento foi o de 73 seguido de 1965.

De acordo com estudos elaborados no MIT a década de 60 representou um período de grande expansão da actividade textil em Portugal. Embora estes estudos não apresentem o textil algodoeiro de forma discriminada,

⁶⁸DUARTE 1981, pag. 19

⁶⁹MARTIM (1977), pag. 11

facto que não permite a comparação destes dados com os daqueles estudos, tudo leva a crer que o extraordinário crescimento da importação de algodão manifesto em 65, se deva aquela expansão, que tudo indica continuou pelos anos 70.

Dados de 1974 dão conta que 42 % do emprego no sector textil e de vestuário se localizavam no subsector algodoeiro.⁷⁰

Em Portugal, o subsector algodoeiro dos texteis, diferentemente do que é comum aos outros países da OCDE, não sofreu redução acentuada face aos outros subsectores.

Num relatório do MIT, lê-se o seguinte:

"De même, l'utilisation brut est en regression constante. Elle ne constitue plus guere, en 1975 que 69 % pour l'industrie cotonnière Espagnole, 57 % pour l'Allemande, 62 % pour la Grand Bretagne, 76 % pour la France et 71 % pour l'Italie".⁷¹

⁷⁰IBD. pag. 107

⁷¹HAOUR (1977), pag. 3

A partir dos dados deste relatório, calculou-se, para Portugal, a participação do algodão, em quantidade físicas, na produção do sector fição, nos anos de 1972 e 1973. Foi a seguinte:

- 1972
 - Algodão puro 82,5 %
 - Algodão puro mais mistura 88,4 %
- 1973
 - Algodão puro 80,6 %
 - Algodão puro mais mistura 86,9 %

Os dados evidenciam que, embora não sendo um produtor desta matéria-prima, Portugal continuou a desenvolver a fição do algodão mesmo quando a nível dos demais países produtores textéis europeus, se verificava como mostra o gráfico que a seguir transcrevemos, a substituição das fibras de algodão por fibras sintéticas a um ritmo muito superior.

O gráfico que apresentamos baseia-se na estrutura do consumo de fibras por Portugal, Países da CEE e Estados Unidos da América.

Esta substituição não se tornou imprescindível, enquanto Portugal teve nas colónias um forte abastecedor de matérias-primas naturais, nomeadamente algodão, e enquanto não se desenvolveram suficientemente as indústrias textéis de países produtores de algodão, como os referidos no texto que se segue:

"En ce qui concerne a Portugal, sa transformation em Pays importateur de coton brut fait qu'il perd rapidement de sa compétitivité dans les produits pur coton, vis-à-vis des pays producteurs de matières premières, surtout du fait que, dans ces pays, l'industrie locale bénéficie de prix de coton inférieurs a cours pratiqués sur les marchés mondiaux (cas du Pakistan, notamment) ne serait ce que par suite de l'élimination des coûts de transport (cas de la Grèce, de Turquie et de Yougoslavie)"⁷²

⁷²HAOUR (1976), pag, 5

O domínio colonial em África pode ser uma explicação do desenvolvimento do subsector textil, algodoeiro, apesar de Portugal não ser produtor de algodão.

Esta questão será desenvolvida no ponto seguinte.

Uma das grandes fontes abastecedoras da indústria textil algodoeira foi o império colonial em África, nomeadamente Moçambique e Angola.

Em Angola, a principal empresa que explorava o algodão era a Cotonang.

A cultura do algodão era praticada nas terras mais quentes e mais argilosas. Havia as zonas de cultivo obrigatório. As populações eram muitas vezes transferidas de zonas onde tinham melhores condições de vida para as zonas mais apropriadas a este tipo de cultura e, aí, submetidas a duras condições de existência.

Esta exploração tinha duas modalidades básicas: Uma era a do contratado. Nesta modalidade o trabalhador era afastado da família e era a mulher, em geral, que sustentava os filhos. O trabalhador, nesta modalidade, tinha direito a salário e assistência médica.

A outra modalidade, era aquela em que o trabalhador era um agricultor de algodão.

Neste segundo caso, o trabalhador era intinerante, não recebia salário nem tinha assistência médica, não dispunha da terra para o cultivo para a subsistência e, além disso, corria sozinho todo o risco do empreendimento.

Neste ramo de actividade, como em muitos outros, o preço do produto era fixado pelo governo, através de medidas que serão mostradas noutra ponto.

Alguns dados relativos ao cultivo de algodão em Angola dão uma ideia aproximada do significado económico relativo, destes dois tipos básicos de exploração algodoeira.

Em 1968, por exemplo, dos 46.384 hectares de terra cultivada com algodão, 25.193, ou seja, mais de 50 % eram em regime de agricultura tradicional, o que significava a não existência de salários.

Em 1972, a situação altera-se mas não significativamente. Ou seja, dos 54.202 hectares dedicados a esta cultura, ainda 15.991 são explorados em regime de agricultura tradicional, significando aproximadamente 30 % do total.⁷³

⁷³Dados dos Anuários Estatísticos de Angola, publicados pelo INE

Angola e Moçambique, juntas, forneceram as seguintes percentagens das importações portuguesas de algodão:

QUADRO XII
PARTICIPAÇÃO DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE NO VALOR DO
ALGODÃO
EM RAMA IMPORTADO POR PORTUGAL

Anos	Percentagem no valor do algodão importado	Percentagem na quantidade do algodão importado
1945	75,4	88,5
1950	88,5	95,6
1955	66,7	78,2
1961	67,3	69,9
1965	44,5	42,0
1970	38,7	73,8
1973	38,7	37,9

Calculado a partir dos dados da Estatística do Comércio Externo - INE

Como mostra o quadro, exceptuando os anos de 1965 e de 1973, as quantidades importadas de Angola e Moçambique foram sempre superiores a 65 % do total de algodão importado pela metrópole.

Quanto ao valor, além dos apresentados em termos percentuais, calculou-se para estes mesmos anos, o valor médio do algodão importado do estrangeiro e o valor médio do algodão importado de cada país fornecedor (Quadros anexos), comparando-se a seguir o valor médio do algodão estrangeiro com o valor médio destas duas colónias. Os resultados constam dos quadros que se seguem.

QUADRO XIII
IMPORTAÇÃO DE ALGODÃO DO ESTRANGEIRO

	Valor do algodão importado do estrangeiro	Quantidade de algodão importado do estrangeiro	Valor médio da tonelada importada do estrangeiro
Anos	(1.000 Esc.)	(ton)	(1.000 Esc.)
1945	65.089	3.923,4	16,58
1950	52.518	1.471,1	35,69
1955	291.618	10.605,8	27,49
1961	410.141	20.287,1	20,21
1965	936.423	51.836,5	18,05
1970	459.905	23.985,9	19,17
1973	2.119.225	90.651,4	23,37

Calculado a partir dos dados da Estatística do Comércio Externo - INE

O valor médio da tonelada importada correspondia ao custo da tonelada do algodão vindo do estrangeiro para a fição algodoeira.

O quadro XIV apresenta os valores médios por toneladas, nos mesmos anos do quadro anterior, com origem nas colónias (Angola e Moçambique).

QUADRO XIV
ALGODÃO IMPORTADO DAS COLÓNIAS

Anos	ANGOLA			MOÇAMBIQUE		
	Valor do algodão importado (1.000 esc)	Quantidade (ton)	Valor Médio	Valor do algodão importado (1.000 esc)	Quantidade (ton)	Valor Médio
1945	27.170	2.604,3	10,43	172.091	17.056,5	10,08
1950	86.699	6.676,1	12,98	317.521	25.290,0	12,55
1955	95.447	6.107,4	15,62	489.844	31.902,6	15,35
1961	87.524	4.918,4	17,79	755.271	42.101,5	19,93
1965	84.557	4.466,3	18,93	666.598	33.118,9	20,12
1970	427.587	23.049,8	18,55	787.129	44.680,3	17,61
1973	546.883	21.634,9	25,27	793.971	33.709,6	23,55

Calculado a partir dos dados da Estatística do Comércio Externo - INE

Os valores calculados permitiram fazer uma comparação entre o valor da tonelada de algodão importado das colónias e o valor da tonelada importado do estrangeiro em cada um dos anos observados.

Trata-se de valores médios que dão uma ideia muito aproximada das diferenças entre os custos de produção para o subsector textil algodoeiro nos casos de utilização de algodão vindo da colónia ou comprado ao estrangeiro.

Com base na comparação entre os dois quadros precedentes, apresenta-se o seguinte:

QUADRO XV
COMPARAÇÃO DO VALOR MÉDIO DAS TONELADAS DE
ALGODÃO DE
MOÇAMBIQUE E ANGOLA COM O VALOR MÉDIO DAS
TONELADAS
IMPORTADAS AO ESTRANGEIRO
(em 1.000 escudos)

Anos	V.médio Ton.	Algodão em rama		Algodão em rama		Algodão em rama	
		origens diversas		de Moçambique		de Angola	
		V.médio Ton.	Desv.	Desv. Perc. %	V.médio Ton.	Desv.	Desv. Perc. %
1945	16,58	10,08	-5,35	-32,3	10,43	-6,15	-37,1
1950	35,69	12,65	-23,04	-64,6	12,98	-22,71	-63,6
1955	27,49	15,35	-12,14	-44,1	15,62	-11,97	-43,2
1961	20,21	19,93	-0,28	-1,4	17,69	-2,52	-12,5
1965	18,05	20,12	2,07	11,5	18,93	0,88	4,9
1970	19,17	17,61	-1,56	-8,1	18,55	-0,62	-3,2
1973	23,37	23,55	0,18	0,8	25,27	1,90	8,1

Excepto nos anos de 1965 e de 1973, em que se verificaram valores médios superiores para as toneladas de algodão vindo de Angola ou Moçambique, em todos os outros os valores médios destas últimas foram inferiores à média internacional. As diferenças foram sempre significativas sendo, no caso de Angola, o ano de 1950 o que apresentou o maior desvio face ao valor médio do algodão estrangeiro, sendo 63,6 % mais barato.

Em 1955 a diferença diminuiu devido à subida do valor médio da tonelada do algodão angolano, facto que deixou a indústria textil algodoeira portuguesa numa situação um pouco menos privilegiada face aos seus concorrentes estrangeiros.

As medidas protectoras do governo não se fizeram esperar. Por exemplo, no preâmbulo do decreto-lei nº 42.375, de 9 de Julho de 1959, pode-se ler uma passagem esclarecedora para esta questão:

"Ao longo dos últimos anos a indústria metropolitana beneficiou - e nem sempre aproveitou devidamente - de um preço do algodão ultramarino sempre abaixo das cotações verificadas no mercado livre do algodão.

Inverteu-se agora a posição: as cotações nos mercados em que os nossos concorrentes se abastecem têm estado ao longo desta campanha sensivelmente abaixo dos preços a que a indústria metropolitana é obrigada a adquirir o algodão das províncias ultramarinas - esta a motivação conjuntural das medidas agora tomadas".⁷⁴

Na realidade, existe uma contradição de interesses, em torno do preço do algodão, entre os capitais investidos nas plantações de algodão das colónias e os investidos na indústria textil algodoeira, na metrópole. O referido decreto parece visar o minoramento do Fundo de Estabilização do Algodão, cujo objectivo explícito era assim formulado:

"O objectivo do Fundo de Estabilização do Algodão é, pois, o de procurar que se mantenha o volume normal de exportação, sem prejuízo dos preços actualmente pagos à produção ultramarina".⁷⁵

⁷⁴FONSECA (1964), pag. 177

⁷⁵IBD. pag. 178

O fundo foi inicialmente concebido para vigorar no prazo de um ano e meio, ou seja, até Dezembro de 1960, obedecendo a uma certa emergência, como se pode ler no preâmbulo do decreto que o criou:

"Seria no entanto, altamente prejudicial para o futuro da nossa economia algodoeira se aqueles que são por ela responsáveis tomassem como solução suficiente e definitiva o Fundo de Estabilização dos preços do algodão, cujo funcionamento não pode deixar de se ter por transitório e que valerá, sobretudo, na medida em que permita o começo de reorganização do sector algodoeiro em condições que não sejam as de perturbação inerente a um estado de acentuada depressão".⁷⁶

Este prazo foi, no entanto, várias vezes dilatado e o fundo foi permitindo que o preço do algodão em rama vindo das colónias se elevasse mas, não ao ponto de prejudicar a competitividade dos textéis algodoeiros produzidos na metrópole.

Para a interpretação da mudança na tendência, verificada a partir de 1965, nos desvios do valor médio das toneladas de algodão vindo das colónias face ao vindo do estrangeiro, é importante ter em conta, entre outros condicionalismos, a legislação específica do regime algodoeiro.

Até à saída do decreto-lei nº 40.405, de 24 de Novembro de 1955, existia um regime especial para a cultura algodoeira. Este regime, permitia que as condições de exploração do algodão contassem com a fixação dos nativos nas zonas algodoeiras já que por lei era

"proibido o recrutamento dos indígenas dentro da área das zonas de acção das fábricas de descaroçamento e prensagem do algodão para fora dela".⁷⁷

⁷⁶FONSECA (1964). pag.176

⁷⁷Estudos Ultramarinos (1961), pag. 90

Outro exemplo da lei de excepção que vigorava nas zonas do algodão é o que se lê num diploma legislativo, como o que se segue:

*"O Diploma Legislativo nº 638, de 24 de Setembro de 1927 que, nos concelhos de Icolo e Bengo, Luanda, Ambriz, Quissama, Porto Amboim e Novo Redondo, mandava observar a doutrina da portaria de 21 de Novembro de 1908 segundo a qual os habitantes do concelho de Icolo e Bengo eram obrigados a cultivar algodão na proporção de 2.500 pés de algodão por cubata".*⁷⁸

Muitos outros diplomas, portarias e decretos poderiam ser aqui apresentados, evidenciando um regime que proporcionasse preços baixos e uma grande quantidade de algodão para alimentar a indústria textil metropolitana.

O decreto 40.405 põe fim legal a estas excepções enquadrando a cultura algodoeira no âmbito da Lei Orgânica do Ultramar, o Estatuto dos Indígenas e o Código de Trabalhos dos Indígenas.

Desta forma, acaba-se a fixação forçada, legal, dos nativos na zona do algodão e permite-se aos "indígenas" o direito de escolher o trabalho. Além disso, as crianças até aos 14 anos e os idosos de mais de 60, estarão proibidos, dentro de certos limites de trabalhar neste tipo de cultura.

Dada a relevância do papel do estado nos negócios coloniais, introduzir-se-á, de seguida, um pequeno ponto sobre a intervenção estatal na esfera da comercialização do algodão.

⁷⁸Estudos Ultramarinos (1961), pag. 92

5.5.2 Colonialismo português: colaboração entre o poder público e o capital

O algodão das colónias foi uma matéria-prima fortemente condicionada pela política económica do estado português em todo o período observado.

Na década de 30 a cotação do algodão em rama colonial era dependente das cotações do algodão americano.

Nesta mesma década, com o intuito de disciplinar este subsector, algodoeiro, considerado de grande importância na economia portuguesa, foram criadas pelo governo a Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama ⁷⁹ e a Junta de Exportação de Algodão Colonial ⁸⁰ depois transformada em Institutos do Algodão de Angola e Moçambique.

Dentre as atribuições destes dois organismos estava a de sugerir o preço para o algodão colonial que viria a ser fixado pela Secretaria de Estado do Comércio.

Antes de 1961 ⁸¹ os meios mais importantes de intervenção no sector têxtil algodoeiro foram o Fundo de Reserva ⁸² e o Fundo de Abastecimento ⁸³, incluído no anterior, e o Fundo Especial ⁸⁴ todos administrados pela CRCAR.

Estes fundos, criados nas décadas de 30 e 40, tinham como finalidade o financiamento da compra do algodão para transformação imediata e para reservas.

Nos finais dos anos 50 criou-se também um fundo que se chamou de Fundo de Estabilização do Algodão, já anteriormente referido. ⁸⁵

⁷⁹Serviço dependente da Secretaria de Estado do Comércio cujo diploma orgânico data de 15/05/37, com sede em Lisboa e representações em Angola e Moçambique.

⁸⁰Criado pelo Decreto-Lei nº 28.697 de 25/05/1939

⁸¹Ano de unificação dos mercados metropolitano e ultramarino

⁸²Criado pelo Despacho Ministerial de 13/06/1942 para financiar a compra de 2.500 toneladas de algodão moçambicano que viria mais tarde se constituir numa reserva

⁸³Criado por Despacho do Subsecretário do Comércio e Indústria em 10/02/1947

⁸⁴Criado por Despacho Ministerial de 30/04/1943

⁸⁵Criado pelo Decreto-Lei nº 42.375 de 1959

A passagem que a seguir se transcreve sintetiza bem a política adoptada para o algodão:

"O funcionamento puro e simples das cotações internacionais não se coaduna com o sistema de produção algodoeira nas nossas províncias. É indispensável para a estabilidade dos preços que não só os produtos indígenas não desanimem pela queda das remunerações em certos anos - o seu desconhecimento do comércio internacional lhes torna incompreensíveis - como ainda todas as medidas de fomento a prazo largo possam ser executadas sem desconfiança e interrupção".⁸⁶

Este trecho é do preâmbulo de um decreto-lei que inclui os seguintes artigos:

Artigo 49: Até 31 de Maio de cada ano, os Ministros do Ultramar e da Economia, ouvidas a Junta de Exportação de Algodão - hoje Institutos do Algodão de Angola e Moçambique - e a Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama, fixarão em Portaria a quantidade de algodão ultramarino, da colheita desse ano, que os importadores nacionais se obrigam a adquirir, e bem assim, os respectivos preços.

Artigo 50: É proibida a exportação para o estrangeiro de algodão ultramarino, enquanto se não mostrem garantidas as quantidades fixadas nos termos do artigo anterior e as destinadas ao abastecimento das Províncias Ultramarinas.

Artigo 51: Os importadores nacionais têm direito de opção sobre qualquer algodão ultramarino a exportar para o estrangeiro.

Artigo 52: Os preços de venda do algodão incluído no contingente fixado nos termos do artigo 49 serão fixados atendendo à justa remuneração dos produtores e dos industriais, ao nível atingido no respectivo ano, pela reorganização da indústria nacional, e aos demais encargos até à sua colocação nos pontos de destino".⁸⁷

⁸⁶Decreto-Lei no 40.405 de 20/11/1955

⁸⁷IBD.

Este decreto é, aparentemente, um acordo de compromissos entre os interesses dos exportadores ultramarinos de algodão e os industriais textéis algodoeiros metropolitanos.

Como foi referido, até então, o preço do algodão internacional era de facto orientador dos preços de algodão das colónias, até certo ponto, fixados arbitrariamente e abaixo dos primeiros.

Os limites desta regulação arbitrária, parece, vão se estreitando à medida que se fortalecem interesses específicos de uma burguesia colonial, radicada nas colónias, e que, em certa medida, entram em contradição com os interesses da fracção da burguesia metropolitana ligada à indústria textil algodoeira.

Por esta mesma época começa um novo quadro para a indústria textil algodoeira portuguesa. Isto é, este subsector, continua segundo os estudos e relatórios já anteriormente referidos, a ter uma produtividade muito baixa sem, no entanto, ser beneficiado por outros factores com os quais contou no passado: preços relativamente inferiores aos internacionais do algodão vindo das colónias.

Nos finais dos anos 50 deu-se uma queda nos preços internacionais do algodão e por outro lado já não parecia possível a manipulação dos preços do algodão das colónias. Mais uma vez o estado interfere, da forma que a seguir se apresenta:

"Perante uma descida brusca dos preços do algodão no mercado internacional e até se saber em que medida, essa baixa tende a estabilizar-se ou, pelo contrário, é puramente ocasional, não pareceu justo nem conveniente pedir às províncias ultramarinas o sacrifício dos preços que actualmente recebem.

Mas, a manutenção destes preços, superiores às cotações internacionais, impediria a exportação metropolitana, de artigos de algodão para o estrangeiro: a indústria já em nítido desfavor pelas suas graves deficiências estruturais, não poderia manter a exportação se continuasse a ser forçada a adquirir matéria-prima ultramarina a preços mais elevados que aqueles que obtém e indústria estrangeira sua concorrente.

O objectivo do Fundo de Estabilização do Algodão é, pois, o de procurar que se mantenha o volume normal de exportação sem prejuízos dos preços actualmente pagos à produção ultramarina".⁸⁸

Por esta via tentou o estado eliminar uma contradição, objectiva, surgida da própria penetração do capitalismo nas colónias e contribuiu para o agravamento de um problema já existente e apontado pelas próprias autoridades: a baixa produtividade do subsector textil que procurou proteger.

Esta intervenção exigiu novas intervenções sendo o prazo de vigência daquele fundo que se pretendia transitório, prorrogado por sucessivas vezes, sem que se conseguisse nunca mais recriar uma situação tão vantajosa para aquele conjunto de indústrias texteis como a que existiu entre o pós guerra e meados dos anos 50.

Sem se dar conta que a própria existência do Fundo potenciava a baixa produtividade do subsector como um todo, num dos decretos de prorrogação do prazo de funcionamento do Fundo de Estabilização os promotores deste instrumento regulador escrevem:

"O que se passa é que, a par de unidades industriais progressivas, que vêm fazendo nos últimos anos um esforço considerável de equipamento e organização, continua a sentir-se o peso de numerosas fábricas, grandes e pequenas, que não têm aproveitado as épocas de desafogo para investirem no seu aperfeiçoamento os fundos que deveriam ter amealhado".⁸⁹

⁸⁸Decreto-Lei nº 42.375 de 09/07/1959

⁸⁹Decreto-Lei nº 43.857 de 12/08/1961

Em síntese, pode-se dividir o estudo do caso do algodão angolano como factor contrário à queda da taxa de lucro da indústria textil algodoeira portuguesas em dois pontos.

O primeiro, é o facto observado. Ou seja: entre 1945 e 1961 o valor médio da tonelada do algodão angolano foi inferior ao valor médio da tonelada do algodão importado do estrangeiro,

Entre 1950 e 1965 desenvolveu-se uma tendência de aproximação dos valores médios das toneladas referidas, sendo a tonelada angolana de valor inferior ao da tonelada estrangeira de algodão, excepto em 1965 quando o desvio se torna positivo, embora muito pequeno, como se pode ver pelos dados seguintes:

ANOS	1950	1955	1961	1965	⁹⁰
DESVIOS	-63,6 %	-43,2 %	-12,5 %	+4,9 %	

De 1965 em diante há oscilações destes valores, negativas ou positivas mas os valores são muito próximos. As diferenças percentuais são:

ANOS	1965	1970	1973	⁹¹
DESVIOS	4,9 %	-3,2 %	8,1 %	

O segundo, é a interpretação do facto. O conjunto de indústrias de indústrias texteis algodoeira em Portugal foi muito beneficiada pela produção colonial de algodão.

Até mais ou menos 1965, o valor do algodão vindo de Angola, por ser muito baixo traduzia-se em baixos custos com matérias-primas, assegurando competitividade mesmo às fábricas com baixa produtividade.

⁹⁰ Extraído do Quadro XV deste trabalho

⁹¹ IBD

Em consequência disto, neste subsector, a lei da queda tendencial da taxa de lucro não exerceu acção saneadora o que, na prática, significava a sobrevivência de fábricas arcaicas e a não modernização da maioria das unidades produtivas dos têxteis algodoeiros.

Esta ausência de modernização por sua vez, mais tarde, viria comprometer a competitividade daquele conjunto de indústrias, mesmo contando com toda a protecção do estado nos anos em que se verificava queda no preço internacional do algodão.

5.5.3 O Colonialismo como contratendência à descida da taxa de lucro metropolitano: uma tentativa de quantificação

Ao estudar o sistema colonial, como possível veículo de factores contrários à queda da taxa de lucro, no caso específico de Angola e Portugal, foram destacadas algumas vias particulares de actuação dos elementos contratendências. Destas, a via do comércio externo entre aquelas duas economias mostrou-se como a principal, nomeadamente no sentido do fornecimento à metrópole de matérias-primas produzidas na colónia.

No seguimento desta identificação surgiu o problema da quantificação dos possíveis efeitos a nível da taxa de lucro em Portugal.

Um conjunto de dificuldades, então, se apresentaram, das quais as principais serão objecto da exposição que se segue.

A primeira e, talvez a principal liga-se com a passagem do conceito teórico à aplicação concreta. Passagem difícil na medida em que os conceitos sendo extraídos das leis internas de economia, são abstractos e pertencem ao núcleo duro da teoria. A dificuldade encontra-se sobretudo na identificação e escolha das mediações entre teoria e a sua concretização.

Estas dificuldades têm sido evidenciadas em muitos trabalhos e são objecto de viva discussão e polémica.

São várias as tentativas conhecidas de quantificação da taxa de lucro em diferentes países sendo os seus resultados pouco satisfatórios. Por exemplo:

Em 1964, em ensaios sobre a economia política do capitalismo, Varga ⁹² concluiu que a taxa de lucro era impossível de ser calculada visto que não existiam dados sobre "montante de capital social bruto" e "a mais-valia apropriada, ou seja, o lucro".

⁹²VARGA (1976)

Em 1957, o americano Joseph Gillman ⁹³ utilizando a mesma metodologia de Varga faz um estudo do comportamento da taxa de lucro da indústria americana entre os anos de 1880 e 1952. Neste estudo, as taxas de lucro foram calculadas na base da relação entre mais-valia e stocks de capital constante (capital fixo total mais stocks de matérias-primas) . O capital variável ficou ausente visto que não seria possível concebê-lo como stock mas apenas como fluxo.

A mais-valia neste caso foi considerada como a diferença entre o preço de venda à porta da fábrica e o preço de custo dos produtos.

Na base deste cálculo, observou Gillman, entre 1880 e 1919 que a taxa de lucro nos Estados Unidos teve uma tendência a decrescer como resultado da subida da composição orgânica de capital. De 1919 a 1952, no entanto, a composição orgânica tendeu a permanecer constante a taxa de mais-valia tendeu a crescer, o que acarretou, para a taxa de lucro, uma tendência para o crescimento.

Os resultados assim obtidos não conduziram Gillman à negação da lei mas à modificação da metodologia dos cálculos, de forma a torná-la compatível com a nova situação do capitalismo. Gillman passa a calcular a mais-valia tendo em conta a "mais-valia líquida", isto é, a mais-valia anteriormente calculada menos gastos de publicidade, gastos comerciais, despesas administrativas gerais, salários dos funcionários, impostos, etc.

Assim, chamando a mais-valia de s e as despesas referidas de μ , a nova taxa de lucro seria

$$\frac{s - \mu}{C}$$

C calculado ainda em termos de stock.

⁹³GILLMAN (1980)

As novas taxas de lucro obtidas apresentam um declínio. A justificação para a descida, neste caso, não seria o crescimento da composição orgânica mas o facto de μ/v crescer mais do que s/v .

A metodologia seguida por Gillman serviu de base a trabalhos que procuraram prolongar a observação para os anos de 50 a 70. É assim que Bernard Loiseau, Marie Brigitte Winter e Jacques Mazier verificaram a descida da taxa de lucro neste período nas economias americana, inglesa e alemã, observando que neste mesmo período a tendência não se verificou para a França e para o Japão.

Um estudo mais detalhado é feito por Monique Fouet, sobre a economia americana. Ela constatou que entre 1948 e 1974 se verificou naquela economia uma descida da taxa de lucro.⁹⁴

Um outro estudo foi feito para a indústria italiana entre os anos de 1951-1971, por Angelo Riati.⁹⁵

Partindo da fórmula utilizada por Marx em "O Capital", onde a taxa de lucro é apresentada como a relação entre a mais-valia produzida e o capital investido este autor procurou observar uma taxa semelhante para a indústria italiana e a sua relação com a composição orgânica do capital.

A conclusão a que chegou foi:

1. A queda da taxa de lucro verifica-se em períodos longos, entretanto a composição orgânica, diferentemente do enunciado teórico de Marx, decresce ou mantém-se sendo a queda da taxa de lucro explicada pelo crescimento dos salários.

Do ponto de vista deste autor a queda tendencial da taxa de lucro não deve gozar do estatuto de lei, mas de um teorema através do qual se podem identificar as condições de alta ou de baixa da taxa de lucro, considerando que tendências e contratendências actuam umas sobre as outras permitindo diferentes resultados em cada momento.

⁹⁴FOUET (1975)

⁹⁵RIATI (1986)

De facto, na economia real as taxas de lucro individuais são a expressão do encontro entre a tendência para a subida da composição orgânica do capital e as contratendências derivadas do aumento da taxa de exploração e (ou) do barateamento de alguns componentes do capital constante. Estas taxas individuais flutuam em torno de uma média ideal e não concreta.

Para o caso particular que é o objecto do presente estudo procurou-se verificar através de séries temporais das taxas de lucro da indústria transformadora em geral e da indústria textil em particular, se havia alguma correspondência entre as variações dessas taxas e as variações dos valores do algodão importado de Angola nos mesmos anos.

Para estimar as taxas de lucro várias fontes foram consultadas, apresentando-se em cada uma delas um conjunto de inconvenientes que tornaram o trabalho moroso e difícil.

Sobre cada uma das fontes far-se-ão algumas considerações.

Inquéritos Industriais ⁹⁶.

Estatísticas das Actividades Industriais ⁹⁷ : por somente existirem a partir de 1972, cobrem apenas dois ou três anos do conjunto que era objecto do estudo.

Estatísticas Industriais ⁹⁸

Destas fontes as únicas que permitem o cálculo aproximado da taxa de lucro são as Estatísticas das Actividades Industriais, visto que contém informações sobre a formação do capital fixo dos sectores produtivos e respectivos valores acrescentados, outra fonte, é a Estatística das Sociedades. ⁹⁹

Com base nestas duas fontes elaboraram-se as séries que mais adiante serão apresentadas.

⁹⁶INE (vários anos): não existiam para o conjunto de anos que se estava a estudar

⁹⁷Ministério da Indústria

⁹⁸INE (vários anos) engloba a indústria textil com vestuário e calçado.

⁹⁹INE (vários anos)

Das tentativas desta natureza, feitas em Portugal, duas delas, em termos de objectivo, aproximam-se da presente tentativa. Elas encontram-se consubstanciadas no trabalho: O Capital Fixo na Indústria Transformadora Portuguesa - 1947 - 1974 ¹⁰⁰ e Lucratividade na Indústria Transformadora com base no "stock" de capital fixo ¹⁰¹.

Com base nos resultados destas duas investigações fizeram-se as estimativas das taxas de lucro que se apresentarão a seguir, precedidas de uma descrição do processo seguido para os cálculos.

A utilização da Estatística das Sociedades só pode ser feita a partir de 1963 visto que até esta data, elas não apresentavam o capital em termos de "stock" mas apenas em termos de fluxo.

Para o cálculo da taxa de lucro, procurou-se compatibilizar os dados estatísticos disponíveis com a formulação da taxa de lucro, tal como Marx a considerou, isto é, uma taxa expressa através da relação percentual entre a mais-valia (m) e o capital investido (c).

$$r = \frac{m}{c} \cdot 100\% .$$

O numerador desta fracção foi estimado de duas maneiras alternativas. A primeira, a que se chamou de (a), foi considerar m como o somatório e salários de direcção, contribuições e impostos, juros e rendas. A segunda que se chamou de (b), foi considerar m = lucro líquido.

Para o cálculo do lucro líquido procedeu-se da seguinte maneira: Retirou-se da conta Receitas o excedente bruto da produção, pela via da subtracção; isto é, receitas menos as contas com pessoal (salários, fundo de desemprego, etc.), menos as contas de auto investimentos e amortizações, bem como as compras de mercadorias para a venda, subtraídas as variações dos "stocks".

Uma vez obtido o excedente bruto de produção, subtraiu-se daí as contribuições e impostos, as rendas e os juros, estimando-se assim o lucro líquido. Quanto ao denominador da fracção este foi estimado de três maneiras alternativas já que não foi possível compatibilizar os dados estatísticos com a formulação teórica de Marx. Para este autor o Capital que aparece no denominador da taxa m, corresponde a todo o investimento inicial de capital, o que em termos estatísticos corresponderia ao valor global do capital fixo somando ao valor das matérias-primas consumidas durante o ano

¹⁰⁰ GEBEI (1977)

¹⁰¹ FREITAS (1983)

e ao montante de salários pagos, estes dois últimos divididos pelo número de rotações anuais. Não sendo possível obter o número de rotações ou o tempo de rotação médio do capital circulante consumido anualmente, optou-se por considerar o c como:

- A) Receitas anuais
- B) Capital Social + média de empréstimos obtidos durante o ano
- C) "Stock" de Capital Fixo

Com estes elementos constituíram-se as séries que correspondem aos quadros XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI.

QUADRO XVI
LUCRO LÍQUIDO(b)/RECEITAS(A)
preços correntes)

ANOS	INDÚSTRIA TRANSFORMADORA %	TEXTEIS %
1965	2,54	3,28
1966	- 1,45	- 55,08
1967	9,02	69,59
1968	7,95	6,25
1969	5,21	2,76
1970	3,90	6,91
1971	6,39	6,35
1972	8,10	3,98
1973	3,03	- 3,32
1974	- 5,06	0

QUADRO XVII
LUCRO LÍQUIDO (b)/ CAPITAL SOCIAL + MÉDIA DOS
EMPRÉSTIMOS ANUAIS(B)
 (Preços correntes)

ANOS	INDÚSTRIA TRANSFORMADORA %	TEXTEIS %
1965	6,90	10,40
1966	- 3,78	- 162,03
1967	21,98	189,97
1968	19,26	18,22
1969	12,59	6,94
1970	9,83	12,92
1971	15,82	15,86
1972	20,04	10,82
1973	7,81	25,74
1974	- 14,52	0,20

Como se pode ver nenhuma tendência se verifica na evolução destes rácios, que evoluem de um ano para o outro positiva ou negativamente, de forma irregular.

De destacar que na generalidade o rácio correspondente às indústrias transformadoras são superiores aos texteis, exceptuando aos anos de 1967 e 1973, na primeira série e nestes anos mais 1974 na segunda, onde o rácio para os texteis é nitidamente superior ao geral das transformadoras.

Outros resultados são apresentados a seguir e foram obtidos através da relação entre os lucros líquidos das séries anteriores e o capital bruto tal como foi estimado pelo GEBEI.¹⁰²

Para tornar os dados compatíveis optou-se por apresentar os referidos lucros a preços constantes de 1963.

¹⁰²GEBEI (1977)

QUADRO XVIII
LUCRO LÍQUIDO (b) / "stock" de CAPITAL BRUTO (C)
 (preços constantes de 1963)

ANOS	INDÚSTRIA TRANSFORMADORA %
1965	3,61
1966	- 1,94
1967	11,92
1968	10,85
1969	6,80
1970	5,09
1971	8,48
1972	11,55
1973	4,06
1974	6,23

Dado o facto de que na fonte referenciada o capital bruto do sector textil aparece agregado com o vestuário e calçado, o rácio b/C não pode ser feito para a indústria textil.

Da observação da série, verifica-se que as taxas de lucro do sector textil são grandemente diferenciadas das taxas da transformadora sendo observado em todos os anos da série que as primeiras são sensivelmente inferiores às últimas.

Quanto à evolução temporal das taxas, num caso e noutro não se observou nenhuma tendência. As variações das taxas são aparentemente anárquicas.

De uma maneira geral, ao relacionar as taxas médias das indústrias transformadoras em conjunto com as das indústrias texteis, em cada ano respectivamente, nas três variantes com as quais se trabalhou, nenhuma correlação pode ser estabelecida do ponto de vista estatístico. Isto permite várias interpretações.

QUADRO XIX
Mais-Valia (a) / Receitas (A)
(preços correntes)

ANOS	INDÚSTRIA TRANSFORMADORA %	INDÚSTRIA TEXTIL %
1965	4,49	3,74
1966	4,10	2,66
1967	5,22	4,68
1968	5,11	4,16
1969	7,06	4,62
1970	6,91	4,59
1971	6,93	4,85
1972	6,81	4,82
1973	6,33	4,27
1974	6,46	4,98

QUADRO XX
Mais-Valia (a) / Capital Social + Média dos Empréstimos (B)
(preços correntes)

ANOS	INDÚSTRIA TRANSFORMADORA %	INDÚSTRIA TEXTIL %
1965	12,99	12,51
1966	11,99	12,86
1967	12,89	12,43
1968	12,66	12,40
1969	17,54	11,70
1970	18,26	12,18
1971	17,62	12,51
1972	17,26	13,61
1973	17,23	14,67
1974	19,43	18,18

QUADRO XXI
 Mais-Valia (a) / "Stock" de Capital Bruto (c)
 (preços constantes de 1963)

ANOS	INDÚSTRIA TRANSFORMADORA %
1965	6,67
1966	6,15
1967	6,99
1968	7,13
1969	9,47
1970	8,05
1971	9,46
1972	9,01
1973	8,95
1974	8,34

(Para o sector textil, não se pode construir o rácio a/C Quadro XXI pelas mesmas razões apontadas para o facto relativo ao quadro XVIII.)

Ao nível da economia portuguesa pode-se considerar que existiram sérios entraves à afirmação de uma tendência espontânea para a uniformização da taxa de lucro, em virtude do processo de formação dos preços de produção encontrar fracamente desenvolvido, em Portugal como resultado e particularidades deste país, onde desde muito cedo:

- existiu um grau de concentração e de centralização de capitais elevadas, com grandes grupos monopolistas;
- existiu um proteccionismo que se constituía numa limitação a própria concorrência capitalista, como se procurou mostrar em diferentes pontos deste trabalho;
- existiu um grande número de pequenas empresas, familiares, etc, onde as relações capitalistas não estavam muito desenvolvidas.

Se se observar as três séries temporais da taxa de lucro do sector textil e os desvios dos valores do algodão angolano face à média internacional, nos respectivos anos,

DESVIOS DOS PREÇOS DO ALGODÃO ANGOLANO
FACE A INTERNACIONAL
MÉDIA E TAXAS DE LUCRO DO SECTOR TEXTIL

ANO	D.P. ¹⁰³	Taxa lucro sector textil português %		
		série a	série b	série c
1965	+4,9	8,7	18,9	2,0
1970	+3,2	16,4	42,1	3,1
1973	+8,1	22,6	70,7	5,3

nenhuma correlação estatística se pode estabelecer entre as variações das percentagens dos desvios dos valores do algodão angolano face ao valor médio internacional, por um lado, e as variações da taxa de lucro os texteis portugueses, por outro.

A interpretação particular, no âmbito deste trabalho, é extraída do conjunto da investigação, da qual o quadro mostra uma síntese de um ponto específico; - as relações coloniais com Angola. Como se procurou mostrar no conjunto do trabalho, estas relações, tiveram o seguinte efeito para o capitalismo português:

1. fez baixar o preço do capital constante circulante, pela via da super exploração dos trabalhadores daquela colónia o que permitiu que se vendesse à metrópole matérias-primas com preços inferiores aos preços internacionais;
2. fez baixar o valor da força de trabalho na metrópole, pela via fundamental da compra de produtos tropicais a preços inferiores (café, frutas, etc.), aos preços internacionais;
3. permitiu vultosos lucros a alguns capitais (caso dos capitais ligados à DIAMANG), que aí foram investidos através de uma exploração caracteristicamente monopolista.

No conjunto, a exploração colonial actuou como contratendência à descida da taxa de lucro para aqueles capitais que nelas estiveram empenhados, uma vez que não se dá a transferência dos lucros aí obtidos para o conjunto da economia, sobretudo pelo facto dele ser obtido e realizado em regime de monopólio.

Sendo assim, a via mais significativa através da qual a exploração colonial pode actuar como contratendência, parece ter sido a via dos preços das matérias-primas como se procurou mostrar com relação a Angola.

Conteúdo

6 Conclusões

6 Conclusões

No final desta investigação cremos poder tirar algumas conclusões acerca do papel do colonialismo na acumulação capitalista em Portugal. Porém antes das conclusões propriamente ditas convém expor uma síntese do conjunto de constatações que se foram fazendo ao longo do trabalho e que são as seguintes:

1. Desde o início, embora nascendo sob a forma comercial, com um poder que lhe advinha em grande parte da articulação com outros modos de produção, o capital esteve subjacente ao movimento expansionista que partiu de Portugal nos séculos XV e XVI, rumo ao sul, embora enquadrado nas condições históricas feudais e subordinado a interesses da aristocracia;
2. Não foi obra do acaso mas da necessidade histórica, que aquele movimento originasse o que veio a constituir, mais tarde, através da ocupação de territórios, o império colonial português: Este império foi o resultado do entrecruzamento das circunstâncias ligadas às modificações do sistema económico europeu com as condições relativas às estruturas sociais portuguesas internas, nomeadamente pelo facto dos aristocratas encontrarem aí fontes de rendimentos adicionais.
3. A articulação dos colonizadores com as economias subalternizadas teve, como base, diferentes formas, consoante atendessem às necessidades de acumulação dos diferentes tipos de capitais, presentes ou participantes, na exploração colonial e às exigências decorrentes das estruturas sociais internas;
4. As principais formas de articulação foram: a mercadoria-produto, a mercadoria-escravo e os investimentos directos de capitais.

Ao estudar-se de perto estas formas, verificou-se que, no caso de Angola, a troca simples de produtos foi usual e única forma, enquanto não se criaram condições materiais concretas para a aquisição, em África e venda, em terras distantes, dos escravos africanos. A partir da análise deste tipo de troca concluiu-se, que o excedente produzido sob modos de produção não capitalistas era, pela via do comércio, transformado em dinheiro e apropriado conjuntamente pelos detentores do capital comercial, pelos agrários, e pela coroa.

Esta forma genérica de troca, cede o lugar à outra forma de articulação: o escravo-mercadoria. A troca directa não desapareceu com o comércio de escravos embora este último se tornasse mais importante, passando a ocupar o lugar principal.

Neste comércio específico, o lucro do empreendimento é repartido de forma directa entre os detentores do capital comercial e a coroa e, de forma indirecta, também entre os compradores de escravos, usualmente donos de grandes plantações destinadas a produzir para o mercado capitalista mundial.

Quanto à terceira forma, investimentos directos em território angolano, constatou-se ser um privilégio, sobretudo do capital financeiro nacional ou estrangeiro que, sendo beneficiado, à partida, pelas suas características específicas, se deslocou para aquela então colónia e explorou o trabalho sob diferentes modalidades.

Concluiu-se que, no que diz respeito às duas primeiras formas de articulação aqui apresentadas, o domínio do capital sobre o trabalho foi, inicialmente e durante muitos séculos, apenas um domínio formal, já que não se encontrava ali a forma específica de exploração capitalista, ou seja: o trabalho assalariado.

Foi somente a partir do aparecimento da terceira forma, a dos investimentos directos de capital que, já na época contemporânea e como fruto da transformação lenta e gradual do trabalho escravo em trabalho assalariado, que se veio a consolidar o domínio real do capital levando à produção já não de um excedente qualquer, mas de mais-valia.

Constatou-se entretanto que, mesmo sob a forma de investimentos de capital, existiram explorações do trabalho escravo e de trabalho forçado, tendo o trabalho assalariado se tornado usual somente a partir de meados dos anos 50 do nosso século.

Constatou-se também que o desenvolvimento do capital na produção teve, em Angola, origem fundamentalmente no capital financeiro, com a particularidade, do facto já mencionado, de nem sempre a parte variável destes capitais se transformar em salários.

Concluiu-se que, pelo menos na época contemporânea, em todas as formas de articulação aqui referidas, a dominação colonial teve por objetivo principal, embora nem sempre explícito, a acumulação.

Quanto ao âmbito dos investimentos em Angola, constatou-se que eles foram feitos, fundamentalmente, na indústria extractiva, nos produtos agrícolas destinados à exportação e nas instituições de crédito. O tipo de produção sob o domínio directo do capital era basicamente de matérias-primas, a maior parte das quais se destinava ao estrangeiro.

Os grandes beneficiados com esta terceira forma de articulação foram os detentores dos capitais alí investidos, os que comercializavam e os que produziam a partir daquela matéria-prima com origem colonial.

Constatou-se que uma grande parte do capital investido em Angola era de origem estrangeira associado ao capital nacional e/ou ao capital estatal.

Quanto às matérias-primas, constatou-se ser o algodão a única que, sendo na totalidade exportada, era comprada integralmente pelo capital industrial português. Constatou-se, ainda que o sector textil algodoeiro português, através da compra desta matéria-prima à colónia a preços inferiores aos preços médios internacionais, beneficiou durante muitos anos de poder competitivo sem ter de recorrer a mudanças substanciais na sua composição orgânica de capital.

Este último facto, mesmo sem levar em consideração a taxa de exploração da indústria textil de algodão, contribuiu para que não se desse, por esta via, uma diminuição da rendibilidade dos capitais investidos neste sector.

Se se considerar que existiu uma taxa média de lucro para os capitais metropolitanos industriais admite-se que o preço do algodão da colónia tenha funcionado como uma contratendência importante à queda da taxa de lucro.

Outra conclusão a que se chegou foi a de que o colonialismo constituiu em todo o período estudado um terreno de grande colaboração entre o poder público e os empreendimentos privados.

Como conclusão final deixariamos a ideia de que se Portugal não beneficiou, em termos de desenvolvimento industrial, com a expansão colonial de Angola, tal terá ficado a dever-se:

1. Ao facto de os capitais aue mais acumularam com o colonialismo terem sido, sobretudo, os comerciais e financeiros;
2. À partilha da exploração colonial dos capitais metropolitanos com o capital estrangeiro, ao qual os primeiros se associaram a partir certa época;
3. À própria essência da exploração colonial que favorecia a competitividade dos sectores industriais a ela associados, sem a necessidade de procurar intensamente uma maior produtividade.

ANEXO I - Taxas de Lucro da Indústria Transformadora

ANOS	1965	1966	1967	1968	1969
Lucro Líquido (b)/ Receita (A)	2,54%	-1,45%	9,02%	7,95%	5,21% (1)
Lucro Líquido (b)/Capital Social+Saldo Médio dos Empréstimos (B)	6,90%	-3,78%	21,98%	19,26%	12,59% (2)
Mais-Valia (a) /Receita (A)	4,49%	4,10%	5,22%	5,11%	7,06% (3)
Mais-Valia (a) /Capital Social +Saldo Médio dos Empréstimos (B)	12,99%	11,99%	12,89%	12,60%	17,54% (4)
Mais-Valia (a) /Capital bruto (c)	6,67%	6,15%	6,99%	7,13%	9,47% (5)
Lucro Líquido (b)/Capital bruto (c)	3,61%	-1,94%	11,92%	10,85%	6,80% (6)

- A),B), a), b) - Cálculos a partir da Estatística das Sociedades - INE (vários anos)
- c) - Extraído do "Formação de Capital na Indústria Portuguesa - 1947-1974 GEBEI
- (1),(2),(3) e (4) - Cálculos a preços correntes
- (5) e (6) - Cálculos a preços constantes de 1963

ANEXO I - Taxas de Lucro da Indústria Transformadora

ANOS	1970	1971	1971	1973	1974
Lucro Líquido (b) / Receita (A)	3,90%	6,39%	8,10%	3,03%	-5,06% (1)
Lucro Líquido (b) / Capital Social + Saldo Médio dos Empréstimos (B)	9,83%	15,82%	20,04%	7,81%	-14,52% (2)
Mais-Valia (a) / Receita (A)	6,91%	6,93%	6,81%	6,33%	6,46% (3)
Mais-Valia (a) / Capital Social + Saldo Médio dos Empréstimos (B)	18,26%	17,62%	17,26%	17,23%	19,43% (4)
Mais-Valia (a) / Capital bruto (c)	8,05%	9,46%	9,01%	8,95%	3,45% (5)
Lucro Líquido (b) / Capital bruto (c)	5,09%	8,48%	11,55%	4,06%	6,23% (6)

- A),B),a),b) - Cálculo a partir da Estatística das Sociedades - INE (vários anos)
- c) - Extraído do "Formação de Capital na Indústria Portuguesa - 1947-1974 GEBEI
- (1),(2),(3) e (4) - Cálculos a preços correntes
- (5) e (6) - Cálculos a preços constantes de 1963

ANEXO II - Indústria Transformadora
(em milhares de contos)
a preços correntes

ANOS	1965	1966	1967	1968	1969
Receita	65 748.0	71 962.8	77 510.0	87 008.0	94 528.0
Amortizações	2 692.0	2 984.0	3 508.0	4 123.0	4 330.0
Remunerações	8 555.0	9 805.0	11 009.0	12 267.0	14 060.0
Outras	1 292.0	1 474.0	1 654.0	1 854.0	2 139.0
Matérias adquiridas destinadas à produção	36 593.0	37 960.0	39 665.0	47 528.0	59 368.0
Mercadorias destinadas à venda	8 027.0	8 553.0	9 422.0	7 733.0	
Descontos para o fundo de de semprego	88.0	98.0	109.0	125.0	139.0
Contribuições e Impostos	1 762.0	1 751.0	2 214.0	2 411.0	4 405.0
Rendas	276.0	306.0	338.0	387.0	445.0
Juros	1 032.0	1 241.0	1 531.0	1 730.0	2 003.0

Existência "Stock"	3 760.0	8 837.0	1 068.0	1 928.0	2 705.0
Lucro Lí quido cal culado	1 675.0	-1 047.0	6 996.0	6 922.0	4 934.0
Lucro lí quido Re ceita	2,54%	-1,45%	9,02%	7.95%	5,21%

Fonte: Estatística das Sociedades (vários anos) INE

ANEXO II - Indústria Transformadora
(em milhares de contos)
a preços correntes

ANOS	1970	1971	1972	1973	1974
Receita	106 572.0	123 508.0	142 098.0	174 650.0	218 268.0
Amortizações	4 978.0	5 714.0	6 443.0	7 873.0	8 486.0
Remunerações	15 912.0	19 404.0	23 267.0	27 963.0	40 080.0
Outras	2 563.0	3 423.0	4 285.0	5 213.0	7 684.0
Matérias adquiridas destinadas à produção	65 865.0	74 475.0	82 890.0	106 083.0	139 129.0
Mercadorias destinadas à venda					
Descontos para o fundo de de semprego	204.0	279.0	336.0	406.0	577.0
Contribuições e Impostos	4 784.0	4 855.0	5 251.0	6 122.0	7 546.0
Rendas	512.0	656.0	793.0	1 020.0	1 175.0
Juros	2 407.0	3 274.0	3 856.0	4 537.0	6 062.0

Existência "Stock"	5 187.0	3 527.0	3 460.0	10 129.0	18 590.0
Lucro Lí quido cal culado	4 160.0	7 901.0	11 517.0	5 304.0	-11 061.0
Lucro lí quido Re ceita	3,90%	6,39%	8,10%	3,03%	-5.06%

Fonte: Estatística das Sociedades (vários anos) INE



ANEXO III - Indústria Transformadora
(em milhares de contos)
a preços correntes

ANOS	1965	1966	1967	1968	1969
Capital Social	14 472.0	16 432.0	18 440.0	20 401.0	22 380.0
Capital de Terceiros (empréstimos) Saldo no início do ano	9 203.0	10 242.9	12 430.0	14 405.0	16 166.0
Capital de Terceiros (empréstimos) Saldo do fim do ano	10 226.0	12 175.0	14 347.0	16 640.0	17 417.0
Capital de Terceiros (empréstimos) Saldo médio empréstimos	9 714.0	12 208.0	13 388.5	15 523.0	16 791.5
Capital Social + Saldo médio dos empréstimos	24 186.5	27 640.5	31 828.5	35 924.0	39 171.5
Lucro líquido calculado	1 671.0	- 1 047.0	6 996.0	6 922.0	4 934.0
Lucro líquido Capital Social + Saldo médio dos empréstimos	6.90%	- 3,78%	21,98%	19,26%	12,59%

Fonte: Estatística das Sociedades (vários anos) INE

ANEXO III - Indústria Transformadora
 (em milhares de contos)
 a preços correntes

ANOS	1970	1971	1972	1973	1974
Capital Social	23 494.0	26 983.0	31 748.0	37 748.0	39 951.0
Capital de Terceiros (empréstimos) Saldo no início do ano	17 295.0	21 183.0	24 208.0	27 950.0	30 952.0
Capital de Terceiros (empréstimos) Saldo do fim do ano	20 272.0	24 807.0	27 284.0	32 323.0	41 497.0
Capital de Terceiros (empréstimos) Saldo médio dos empréstimos	18 783.5	22 995.0	25 746.0	30 136.5	36 224.5
Capital Social + Saldo médio dos empréstimos	42 277.5	49 933.0	57 469.0	67 884.5	76 175.5
Lucro líquido calculado	4 160.0	7 901.0	11 517.0	5 304.0	-11 061.0
Lucro líquido Capital Social + Saldo médio dos empréstimos	9,83%	15,82%	20,04%	7,81%	-14,52%

Fonte: Estatística das Sociedades (vários anos) INE

ANEXO IV - Indústria Transformadora
 (em milhares de contos)
 a preços correntes

ANOS	1965	1966	1967	1968	1969
Receita realizada	65 748.0	71 962.0	77 510.0	87 008.0	94 528.0
Variação de "Stocks"	2 936.0	8 837.0	1 068.0	1 928.0	2 705.0
Receita "potencial"	68 684.0	80 799.0	78 578.0	88 936.0	97 233.0
Mais-Valia Salário dos dirigentes	18.0	19.0	19.0	20.0	20.0
Mais-Valia Contribuições e Impostos	1 762.0	1 751.0	2 214.0	2 411.0	4 405.0
Mais-Valia Rendas	276.0	306.0	338.0	378.0	445.0
Mais-Valia Juros	1 032.0	1 241.0	1 531.0	1 730.0	2 003.0
Mais-Valia Calculado	3 088.0	3 316.0	4 102.0	4 548.0	6 873.0
Mais-Valia / Receita	4,49%	4,10%	5,20%	5,11%	7,06%

Fonte: Estatística das Sociedades (vários anos) INE

ANEXO IV - Indústria Transformadora
(em milhares se contos)
a preços correntes

ANOS	1970	1971	1972	1873	1974
Receita reali- zada	106 572.0	123 508.0	142 098.0	174 650.0	223 791.0
Varição de "Stocks"	5 187.0	3 527.0	3 460.0	10 129.0	5 124.0
Receita "po- tencial"	111 759.0	127 036.0	145 558.0	184 778.0	228 915.0
Mais-Valia Salário dos dirigentes	20.0	22.0	23.0	23.0	23.0
Mais-Valia Contribuições e Impostos	4 784.0	4 855.0	5 251.0	6 122.0	7 542.0
Mais-Valia Rendas	512.0	656.0	793.0	1 020.0	1 175.0
Mais-Valia Juros	2 407.0	3 274.0	3 856.0	4 537.0	6 062.0
Mais-Valia Calculado	7 723.0	8 807.0	9 923.0	11 702.0	14 802.0
Mais-Valia/ /Receita	6,91%	6,93%	6,81%	6,33%	6,46%

Fonte: Estatística das Sociedades (vários anos) INE

ANEXO V - Indústria Transformadora
Capital de Terceiros (empréstimos)
(em milhares de contos)
preços correntes

ANOS	1965	1966	1967	1968	1969
"Mais-Valia" Calculada	3 088.0	3 316.0	4 103.0	4 548.0	6 873.0
Capital So- cial	14 472.0	16 432.0	18 440.0	20 401.0	22 380.0
Saldo no iní- cio do ano	9 203.0	10 242.0	12 430.0	14 405.0	16 160.0
Saldo no fim do ano	10 226.0	12 175.0	14 347.0	16 640.0	17 417.0
Saldo médio do empréstimo	9 715.0	11 209.0	13 389.0	15 523.0	16 791.0
Capital So- cial + Saldo médio dos em- préstimos	24 186.0	27 641.0	31 829.0	35 923.0	39 171.0
"Mais-Valia" Calculada/Ca- pital Social +Saldo Médio dos emprésti- mos	12,70%	11,99%	12,89%	12,66%	17,54%

Fonte: Estatística das Sociedades (vários anos) INE

ANEXO V - Indústria Transformadora
 Capital de Terceiros (empréstimos)
 (em milhares de contos)
 preços correntes

ANOS	1970	1971	1972	1973	1974
"Mais-Valia" Calculada	7 723.0	8 807.0	9 922.0	11 702.0	14 802.0
Capital So- cial	23 949.0	26 983.0	31 723.0	37 748.0	39 951.0
Saldo no iní- cio do ano	17 295.0	21 183.0	24 208.0	27 950.0	30 952.0
Saldo no fim do ano	20 272.0	24 807.0	27 284.0	32 323.0	41 497.0
Saldo médio do empréstimo	18 783.0	22 995.0	25 746.0	30 137.0	36 225.0
Capital So- cial + Saldo médio dos em- préstimos	42 278.0	49 978.0	57 469.0	67 885.0	76 176.0
"Mais-Valia" Calculada/Ca- pital Social +Saldo Médio dos empréstimos	18,26%	17,62%	17,26	17,23%	19,43%

Fonte: Estatística das Sociedades (vários anos) INE

ANEXO VI - Capital Bruto
em 1 000 contos
(preço de 1963)

ANOS	1965	1966	1967	1968	1969
Alimentação Be- bidas e Tabaco	5 232	6 556	7 308	7 932	8 516
Texteis Vestuá- rio e Calçado	10 108	11 589	12 757	13 297	14 176
Cortiça e Madei- ra	2 447	2 763	2 999	3 063	3 167
Papel Tipogra- fia e editorais	2 445	2 684	3 361	3 800	4 034
Materiais de construção	2 783	3 775	3 629	4 101	4 643
Borracha Quimi- cas e derivados do petróleo	8 982	10 254	11 092	12 513	13 748
Curtumes e trans- formações diver- sas	1 265	1 359	1 425	1 529	1 677
Metalúrgica bá- sica	3 412	3 492	3 486	3 999	4 526
Maquinarias, Ma- teriais de trans- porte e prod. me- tálicos	7 009	8 009	8 940	9 358	9 891
Total (d) Transformadora	43 983	50 481	54 997	59 592	64 648

Fonte: GEBEI - O Capital Fixo na Indústria Portuguesa Transformadora 1947-1974

ANEXO VI - Capital Bruto
em 1 000 contos
(preço de 1963)

ANOS	1970	1971	1972	1973	1974
Alimentação Be- bidas e Tabaco	9 169	9 874	10 848	11 663	12 551
Texteis Vestuá- rio e Calçado	15 268	16 814	18 636	20 313	21 881
Cortiça e Madei- ra	3 479	3 749	4 138	4 908	5 648
Papel Tipogra- fia e editorais	4 833	5 376	6 277	6 891	7 402
Materiais de construção	5 157	5 958	6 640	7 981	9 132
Borracha Quimi- cas e derivados do petróleo	14 687	15 294	15 905	16 639	18 238
Curtumes e trans- formações diver- sas	1 873	2 108	2 501	3 015	3 497
Metalúrgica bá- sica	5 567	6 499	7 722	8 316	8 888
Maquinarias, Ma- teriais de trans- porte e prod. me- tálicos	10 793	12 220	13 311	14 732	16 395
Total (d) Transformadora	70 844	77 892	85 978	94 458	103 362

Fonte: GEBEI O Capital Fixo na Indústria Portuguesa Transformadora 1947 - 1974

ANEXO VII - Indústria Transformadora
(em milhares de contos)

ANOS	1965	1966	1967	1968	1969
Capital Bruto a preços constantes de 1963 (a)	43 983.0	50 481.0	54 997.0	59 592.0	64 648.0
"Mais-Valia" Calculada (preços correntes) (b)	3 088.0	3 316.0	4 103.0	4 548.0	6 873.0
"Mais-Valia" a preços constantes de 1963 (c)	2 938.0	3 107.0	3 845.0	4 250.0	6 873.0
Relação entre "Mais-Valia"/Capital Bruto(c/a)	6,67%	6,15%	6,99%	7,13%	9,43%

- a) GEBEI - O Capital Fixo na Indústria Transformadora Portuguesa 1947-1974
- b) Calculado com base na Estatística das Sociedades (vários anos) INE
- c) Transformado em preços constantes de 1963 a partir de Preços Implícitos - Produto Interno Bruto a custo dos Factores - Estudo 46 INE
- d) Transformado a partir de dados do Relatório do Banco de Portugal 1976

ANEXO VII - Indústria Transformadora
(em milhares de contos)

ANOS	1970	1971	1972	1973	1974
Capital Bruto a preços constantes de 1963 (a)	70 844.0	77 892.0	85 978.0	94 458.0	103 362.0
"Mais-Valia" Calculada (preços correntes) (b)	7 723.0	8 807.0	9 922.0	11 702.0	14 802.0
"Mais-Valia" a preços constantes de 1963 (c)	5 709.0	7 370.0(d)	7 752.0(d)	8 461.0(d)	8 621.0(d)
Relação entre "Mais-Valia"/Capital Bruto(c/a)	8.05%	9,46%	9,01%	8,95%	8,34%

- a) GEBEI - O Capital Fixo na Indústria Transformadora Portuguesa 1947-1974
- b) Calculado com base na Estatística das Sociedades (vários anos) INE
- c) Transformado em preços constantes de 1963 a partir de Preços Implícitos - Produto Interno Bruto a custo dos Factores - Estudo 46 INE
- d) Transformado a partir de dados do Relatório do Banco de Portugal 1976

ANEXO VIII - Indústria Transformadora
(em milhares de contos)

ANOS	1965	1966	1967	1968	1969
Capital Bruto a preços constantes de 1963 (a)	43 983.0	50 481.0	54 997.0	59 592.0	64 648.0
Lucro Líquido a preços correntes (b)	1 671.0	-1 047.0	6 996.0	6 922.0	4 934.0
Lucro Líquido a preços constantes de 1963 (c)	1 589.0	-981.0	6 556.0	6 469.0	4 397.0
Relação Lucro Líquido/Capital Bruto (c/a)	3,61%	-1,94%	11,92%	10,85%	6,80%

- a) Dados do GEBEI - O Capital Fixo na Indústria Transformadora Portuguesa - 1947 - 1974
- b) Calculado com base em Estatística das Sociedades (vários anos) INE
- c) Até 1970 - Calculados com base na Estatística das Sociedades (vários anos) INE e Transformado em preços constantes de 1963 com base nos índices de Preços Implícitos do Produto Interno Bruto ao custo dos factores - Estudo 46 - INE
- d) Calculados com base nos dados do INE e transformados em preços constantes de 1963 com base nos índices de preços, calculados a partir do Relatório do Banco de Portugal de 1976.

ANEXO VIII - Indústria Transformadora
(em milhares de contos)

ANOS	1970	1971	1972	1973	1974
Capital Bruto a preços constantes de 1963 (a)	70 844.0	77 892.0	85 978.0	94 458.0	103 362.0
Lucro Líquido a preços correntes (b)	4 160.0	7 901.0	11 517.0	5 304.0	-11 061.0
Lucro Líquido a preços constantes de 1963 (c)	3 614.0(d)	6 612.0(d)	8 998.0(d)	3 835.0(d)	6 442.0(d)
Relação Lucro Líquido/Capital Bruto (c/a)	5.09%	8,48%	11,55%	4,06%	6,23%

- a) Dados do GEBEI - O Capital Fixo na Indústria Transformadora Portuguesa - 1947 - 1974
- b) Calculado com base em Estatística das Sociedades (vários anos) INE
- c) Até 1970 - Calculados com base na Estatística das Sociedades (vários anos) INE e Transformado em preços constantes de 1963 com base nos índices de Preços Implícitos do Produto Interno Bruto ao custo dos factores - Estudo 46 - INE
- d) Calculados com base nos dados do INE e transformados em preços constantes de 1963 com base nos índices de preços, calculados a partir do Relatório do Banco de Portugal de 1976.

ANEXO IX - Indústria Textil
(em milhares de contos)
preços correntes

ANOS	1965	1966	1967	1968	1969
Receita	10 943.0	11 211.0	12 156.0	14 316.0	14 129.0
Amortizações	582.0	658.0	749.0	979.0	999.0
Remunerações	1 636.0	1 766.0	1 922.0	2 137.0	2 504.0
Outras	256.0	274.0	296.0	322.0	350.0
Materiais adquiridos destinados à produção	6 880.0	6 570.0	6 915.0	8 476.0	8 735.0
Mercadorias destinadas à venda	431.0	427.0	457.0	545.0	
Desconto para o fundo de desemprego	17.0	19.0	19.0	22.0	24.0
Contribuições e Impostos	148.0	158.0	178.0	175.0	236.0
Rendas	14.0	16.0	26.0	30.0	31.0
Juros	268.0	316.0	361.0	403.0	406.0
Existências "Stocks"	619.0	7 183.0	- 7 227.0	331.0	454.0
Lucro Líquido	360.0	- 6 176.0	8 460.0	896.0	390.0
Lucro Líquido /Receita	3,28%	- 55,08%	69,59%	6,25%	2,76%

Fonte: Estatística das Sociedades (vários anos) INE

ANEXO IX - Indústria Textil
(em milhares de contos)
preços correntes

ANOS	1970	1971	1972	1973	1974
Receita	15 493.0	17 614.0	20 692.0	26 953.0	32 946.0
Amortizações	1 020.0	1 144.0	1 333.0	1 628.0	1 768.0
Remunerações	2 643.0	3 169.0	3 743.0	4 380.0	6 248.0
Outras	398.0	500.0	615.0	759.0	1 087.0
Materiais adquiridos destinados à produção	9 141.0	10 211.0	12 197.0	17 106.0	19 739.0
Mercadorias destinadas à venda					
Desconto para o fundo de desemprego	34.0	47.0	56.0	64.0	93.0
Contribuições e Impostos	247.0	232.0	238.0	319.0	549.0
Rendas	36.0	50.0	53.0	68.0	75.0
Juros	447.0	560.0	747.0	879.0	1 143.0
Existências "Stocks"	455.0	581.0	885.0	2 647.0	2 224.0
Lucro Líquido	1 072.0	1 120.0	825.0	- 897.0	2.0
Lucro Líquido /Receita	6.91%	6,35%	3,98%	- 3,32%	

Fonte: Estatística das Sociedades (vários anos) INE

ANEXO X - Indústria Textil
(em milhares de contos)
preços correntes

ANOS	1965	1966	1967	1968	1969
Capital Social	1 881.0	2 181.0	2 565.0	2 828.0	3 492.0
Capital de Terceiros (empréstimo) Saldo do início do ano	1 442.0	1 505.0	1 950.0	2 005.0	2 111.0
Capital de Terceiros (empréstimo) Saldo do fim do ano	1 717.0	1 756.0	2 018.0	2 172.0	2 129.0
Capital de Terceiros (empréstimo) Saldo médio	1 579.0	1 630.0	1 984.0	2 088.0	2 120.0
Capital Social + Saldo médio dos empréstimos	3 460.0	3 811.0	4 549.0	4 916.0	5 612.0
Lucro Líquido (d)	360.0	- 6 176.0	8 460.0	896.0	390.0
Lucro Líquido / Capital Social + Saldo médio dos empréstimos	10,40%	- 162,03%	185,97%	18,22%	6,94%

Fonte: Estatística das Sociedades (vários anos) INE

ANEXO X - Indústria Textil
(em milhares de contos)
preços correntes

ANOS	1970	1971	1972	1973	1794
Capital Social	3 740.0	4 368.0	4 742.0	5 273.0	5 691.0
Capital de Terceiros (empréstimo) Saldo do início do ano	2 129.0	2 487.0	2 597.0	3 144.0	3 643.0
Capital de Terceiros (empréstimo) Saldo do fim do ano	2 423.0	2 898.0	3 155.0	3 598.0	4 244.0
Capital de Terceiros (empréstimo) Saldo médio	2 276.0	2 692.5	2 876.0	3 371.0	3 943.0
Capital Social + Saldo médio dos empréstimos	8 292.0	7 069.0	7 618.0	3 484.0	9 634.0
Lucro Líquido (d)	1 072.0	1 120.0	825.0	- 897.0	20.0
Lucro Líquido / Capital Social + Saldo médio dos empréstimos	12,92% % 15,86%	10,82%	25,74%	0,20%	

Fonte: Estatística das Sociedades (vários anos) INE

ANEXO XI - Indústria Textil
(em milhares de contos)

ANOS	1965	1966	1967	1968	1969
Receita realizada (a)	10 943.0	11 211.0	12 156.0	14 316.0	14 129.0
Varição de "Stocks" (b)	619.0	7 183.0	- 72.0	341.0	454.0
Receita Potencial (c)	11 561.0	18 394.0	12 084.0	14 657.0	14 583.0
"Mais-Valia" Salários dos dirigentes(d)	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0
"Mais-Valia" Contribuições e Impostos(e)	148.0	158.0	178.0	175.0	236.0
"Mais-Valia" Rendas (f)	14.0	16.0	26.0	30.0	31.0
"Mais-Valia" Juros	268.0	316.0	361.0	403.0	406.0
"Mais-Valia" (d+e+f+g)=(h)	433.0	491.0	566.0	610.0	675.0
"Mais-Valia" Receita/Potencial (h)/(c)	3,74%	2,66%	4,68%	4,16%	4,62%

ANEXO XI - Indústria Textil
(em milhares de contos)

ANOS	1970	1971	1972	1973	1974
Receita realizada (a)	15 493.0	17 614.0	20 692.0	26 953.0	32 946.0
Varição de "Stocks" (b)	455.0	581.0	885.0	2 747.0	2 224.0
Receita Potencial (c)	15 948.0	18 195.0	21 577.0	29 700.0	35 171.0
"Mais-Valia" Salários dos dirigentes(d)	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0
"Mais-Valia" Contribuições e Impostos(e)	247.0	232.0	238.0	319.0	549.0
"Mais-Valia" Rendas (f)	36.0	50.0	53.0	68.0	57.0
"Mais-Valia" Juros	447.0	600.0	747.0	879.0	1 143.0
"Mais-Valia" (d+e+f+g)=(h)	733.0	884.0	1 041.0	1 269.0	1 752.0
"Mais-Valia" Receita/Potencial (h)/(c)	4,59%	4,85%	4,82%	4,27%	4,98%

ANEXO XII - Indústria Textil
(em milhares de contos)

ANOS	1965	1966	1967	1968	1969
"Mais-Valia" (Salários dos dirigentes + Contribuições e Impostos + Rendas + Juros	433 .0	491.0	566.0	610.0	675.0
Capital So- cial	1 881.0	2 181.0	2 565.0	2 828.0	3 492.0
Capital de Terceiros (empréstimos) Saldo no ini- cio do ano	1 442.0	1 505.0	1 950.0	2 005.0	2 111.0
Capital de Terceiros (empréstimos) Saldo no fim do ano	1 717.0	1 767.0	2 018.0	2 172.0	2 129.0
Capital de Terceiros (empréstimos) Saldo médio dos emprésti- mos	1 580.0	1 636.0	1 984.0	2 088.0	2 276.0
Capital So- cial + Saldo médio dos em- préstimos	3 461.0	3 817.0	4 550.0	4 917.0	5 768.0
"Mais-Valia" /Capital So- cial + Saldo médios dos em- préstimos	12,51%	12,86%	12,43%	12,40%	11,70%

Fonte: Estatística das Sociedades (vários anos) INE

ANEXO XII - Indústria Textil
(em milhares de contos)

ANOS	1970	1971	1972	1973	1974
"Mais-Valia" (Salários dos dirigentes + Contribuições e Impostos + Rendas+Juros	733.0	884.0	1 041.0	1 269.0	1 752.0
Capital So- cial	3 740.0	4 368.0	4 742.0	5 276.0	5 691.0
Capital de Terceiros (empréstimos) Saldo no ini- cio do ano	2 129.0	2 487.0	2 597.0	3 144.0	3 643.0
Capital de Terceiros (empréstimos) Saldo no fim do ano	2 423.0	2 898.0	3 155.0	3 598.0	4 244.0
Capital de Terceiros (empréstimos) Saldo médio dos emprésti- mos	2 276.0	2 692.0	2 876.0	3 371.0	7 3 944.0
Capital So- cial + Saldo médio dos em- préstimos	6 016.0	7 061.0	7 618.0	8 647.0	9 634.0
"Mais-Valia" /Capital So- cial + Saldo médios dos em- préstimos	12,18%	12,51%	13,65%	14,67%	18,18%

Fonte: Estatística das Sociedades (vários anos) INE

7 BIBLIOGRAFIA

AAROVITCH, Sam

1979 "A Empresa e a concentração" in GREEN (1979).

AFONSO, C.Teixeira

1967 "Alguns elementos sobre a indústria angolana" in Boletim Semanal, Lisboa, Ministério da Economia/Secretaria de Estado da Indústria/Direcção Geral dos Serviços Industriais.

BANCO DE ANGOLA

Vários anos Relatórios.

BANCO DE PORTUGAL

Vários anos Relatórios.

BARAN, Paul

1977 A Economia do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar Editores (edição original 1957).

1979 "Reflexões sobre o subconsumo" in TSURU (org.) (1979).

- BARAN, P. e SWEEZY, P.
- 1978 Capitalismo Monopolista, Rio de Janeiro, Zahar Editores, (edição original 1966).
- BENASSY, J.Pascal e outros
- 1979 "Régulation des économies capitalistes et inflation" in Revue Economique, Vol.30, nº 3, Maio.
- BENETTI, Carlo
- 1978 Valor e Repartição, Coimbra, Editora Centelha.
- BLAKISTON, Ellis
- 1948 Survey of contemporary economics, Philadelphia.
- BLAUG, Mark
- 1981 La pensée économique.Origines et développement, Paris, Economica (edição original 1968).
- BOCCARA, Paul
- 1972 Estudos sobre o Capitalismo Monopolista de Estado, Lisboa, Estampa.
- 1977 O Capitalismo Monopolista de Estado Lisboa, Seara Nova.
- BOEHM-BAWERK, Eugen von
- 1974 "La conclusion del sistema de Marx", in SWEEZY (org.) (1974) (edição original 1896).

BOLOGNA, Sergio

1976 Contribución a la critica de las teorías modernas de las crisis, México, Siglo XXI Editores.

BORTKIEWICZ, L. von

1974 "Contribución a una rectificación de los fundamentos de la construcción teórica de Marx en el volumen III de el Capital" in SWEEZY (org.) (1974), (edição original 1906).

BRUNHOFF, Suzanne

1981 Etat et Capital, Paris, Maspero.

CARQUEJA, Bento

1926 Economia Política II - Produção, Porto, S.e.

CARTELIER, Jean e outros

1976 "Elements pour une critique marxiste de Sraffa" in Cahiers d'Economie Politique, nº 3.

CARVALHO, O. Esteves de

1965 A indústria têxtil algodoeira no plano internacional. Estudos nº 3, Lisboa, Divisão de Estudos de Economia Industrial, Instituto Nacional de Investigação Industrial.

CASTRO, Armando

1978 O sistema colonial português em África Lisboa, Editorial Caminho.

CASTRO, Armando

1981 História económica de Portugal, Lisboa, Editorial Caminho.

CISEP

1983 Evolução recente e perspectivas de transformação da economia portuguesa, Vol.II, Conferência, Lisboa, 27,28 e 29, Abril, 1983.

COELHO, A. Borges

1984 A revolução de 1383, Lisboa, Editorial Caminho.

COSTA, Justo da

1973 Diamantes de Angola, nova história de David e Golias, Lisboa, edição do autor.

DELAUNAY, J.Claude

1982 Actualité du marxisme, Actes du Colloque de l'UER de Sciences Economiques et Sociales (Lille I), Paris, Editions Anthropos.

DELILEZ, Jean Pierre

1970 "Accumulation, capital financier, monopolisme" in Revue Economique, nº 5, Set.

DIAMANG

1956 Acta da 51ª Reunião da Assembleia Geral (ordinária), dos accionistas da Diamang, realizada em 29/07/56.

1963 Companhia de diamantes de Angola Breve notícia sobre a sua actividade em Angola, Lisboa.

DIAMANG

s.d. Companhia de Diamantes de Angola
- 50 anos de serviços - alicerce
do futuro.

vários anos Relatórios:

DOWD, Douglas F.

1976 "Stagflation and the political economy
of decadent monopoly capitalism" in
Monthly Review, Outubro, 76.

DUARTE, F. R. Pereira e outros

1981 Indústria têxtil e do vestuário em
Portugal. Aspectos da estrutura e da
competitividade, Lisboa, Ministério
da Indústria e Energia/Direção das In-
dústrias Transformadoras Ligeiras.

FERREIRA, E. de Sousa

1973 "Le capitalisme International in Afrique
Australe" in Economie et Humanisme, nº
209.

1974 Aspectos do colonialismo português, Lis-
boa, Seara Nova.

1975 Portugal e o neocolonialismo, Lisboa, Li-
vraria Sá da Costa.

FINE, B. e HARRIS, L.

1976 "Controversial issues in marxist theory"
in MILIBAND, R. e SAVILLE, J. (orgs.) (1976)

FONSECA, M.H. Garcia da

1964 Intervencionismo do Estado no sector têtil algodoeiro, Estudo nº 6/Divisão de Estudos de Economia Industrial/Lisboa, Instituto Nacional da Indústria.

FOUET, Monique

1975 "1948-1974: croissance et répartition de la valeur ajoutée aux USA" in Statistique et Études Financiers, nº 20.

FREITAS, J. Abel

1983 "Lucratividade na indústria transformadora com base no stock de Capital Fixo" in CISEP (1983).

GALBRAITH, John K.

1948 "Monopoly and concentration of economic power" in BLAKISTON (org) (1948).

GEBEI

1977 O capital fixo na indústria transformadora portuguesa - 1947-1974, Lisboa, GEBEI.

GILLMAN, Joseph

1980 La baisse du taux de profit, Paris, EDI.

GODELIER, Maurice

1986 "Modo de produção", in Enciclopédia Enaudi, volume 7, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

GORENDER, Jacob

1978 O escravismo colonial, São Paulo,
Editora Ática.

GUIMARÃES, A. Torres

1981 Colonização, penetração de capital e de-
pendência, Tese de doutoramento, Li-
boa, ISE.

GREEN, Francis e NORES, Peter

1979 A economia um anti-texto, Rio de
Janeiro, Zahar Editores.

HAOUR, Roger

1977 Reestruturação das indústrias têx-
teis e do vestuário. Relatório de
missão em Portugal. Lisboa, Minis-
tério da Indústria e Tecnologia/
Secretaria de Estado da Indústria
Ligeira/Direcção Geral das Indústrias
Têxteis e do vestuário.

1976 Níveis tecnológicos na indústria têx-
til e algodoeira portuguesa. Lisboa
GEBEI.

HARRIS, Donald J.

1979 The falling rate of profit in class-
ical and marxian theory, Stanford
University, documento de trabalho
policopiado.

HEIMER, Franz

1973 "Estrutura social e descolonização" in
Análise Social, nº 40, Lisboa.

HILFERDING, Rudolf

- 1974 "La critica de Boehm-Bawerk a Marx" in SWEEZY(org.) 1974, (Edição original 1904).
- 1982 "O capital financeiro" in RIBEIRO (org.) 1982.

INE

vários anos Estatísticas das sociedades

JUNIOR, J.V. Santa Ana

- 1970 Diamantes de Angola, um grave problema nacional, volume I, Lisboa, Edição do autor.

LEAL, Cunha

- 1957 Coisas do tempo presente, coisas da Companhia de diamantes de Angola, volume I, Lisboa, Edição do autor.
- 1959 Novas coisas do tempo presente, coisas da Companhia de diamantes de Angola, Volume II, Lisboa, Edição do autor.

LENINE, W.I.

- 1975 "Imperialismo fase superior do capitalismo" in Obras Escolhidas, Lisboa, Edições Avante. (Edição original 1916).

LIPIETZ, Alain

- 1981 Derrière la crise: la tendance à la baisse du taux de profit, Paris, CEPREMAP nº 8115.
- 1982 "Retour au problème de la transformation des valeurs en prix de production" in Cahiers d'Economie Politique, nº 7, PUF.

MAGDOFF, H. e SWEEZY, P.

1978 O fim da prosperidade, Rio de Janeiro, Editora Campus.

MARQUES, W.

1962 Problemas do desenvolvimento económico de Angola, Lisboa, s/ed.

MARTINS, J.

1970 Angola - l'intensificazione dello sfruttamento imperialistico nel settore minerario. Conferenza internazionale di solidarietà con i popoli delle colone portoghesi. Roma, 27,28,29, giugno,70. Documento policopiado.

MARTINS, Vitor e outros

1977 Elementos para uma análise da situação das indústrias têxteis e do vestuário em Portugal. Lisboa, Ministério da Indústria e Tecnologia/ Direcção das Indústrias Têxteis e do Vestuário.

1974 Indústria têxtil algodoeira. Alguns indicadores da evolução da produtividade e dos stocks (1968-1971-1972), Lisboa, GEBEI.

MARX, Karl

s/data O Capital, (traduzido do original em alemão), Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

1976 Le Capital, Paris, Editions Sociales, (edição original :Livro I,1867; Livro II, 1885; Livro III,1894).

- MEILLASSOUX, Claude
- 1976 Mulheres, celeiros e capitais, Lisboa
Edições Afrontamento.
- MILIBAND, R. e SAVILLE, J.
- 1976 Socialist Register, London, Merlin
Press.
- MORISHIMA, Michio
- 1973 Marx's Economics. A dual theory of value
and growth, Cambridge University Press.
- MORISHIMA, M. e CATEPHORES, G.
- 1978 Valor, exploração e crescimento. Marx à
luz da teoria econômica moderna, Rio de
Janeiro, Zahar Editora.
- MOSZKOWSKA, Natalie
- 1976 "Contribución a la critica de las teo-
rias modernas de la crise" in BOLOGNA,
1976 (edição original 1935).
- NAKATANI, Takeshi
- 1980 "The law of the falling rate of profit and
the competitive battle, comment on SHAIKH"
in Cambridge Journal of Economics, vol. 4
nº 1, Março, 1980.
- NOVAIS, Fernando
- 1974 "Estrutura e dinâmica do sistema colonial"
in Cadernos CEBRAP, nº 17, São Paulo.
- OLIVEIRA, Costa
- 1972 Servindo o futuro de Angola, Luanda, s/ed.

REATI, Angelo

1982 "La baisse non tendancielle du taux de profit dans l'industrie italienne (1951-1971)" in DELAUNAY (org.) 1982.

RIBEIRO, Nelson R.

1982 Imperialismo (teses), Lisboa, Edição AE - ISE.

RICARDO, David

1978 Princípios de Economia Política e tributação, Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, (edição original 1817)

ROBINSON, Joan

1976 Heresias económicas, Lisboa, Assírio e Alvim (edição original 1971)

1977 Um estudo de economia marxiana, Lisboa, Dinalivro (edição original 1942).

ROEMER, John E.

1977 "Technical change and the tendency of the rate of profit to fall", in Journal of Economic Theory, vol. 16 nº 2, Dezembro, 1977.

1979 "Continuing controversy in the falling rate of profit: fixed capital and other issues" in Cambridge Journal of Economics, vol. 3, nº 4, Dezembro, 1979.

RUBIN, I.I.

1977 Ensaio sobre a teoria do valor em Marx, Lisboa, Via Editora.

SHERMAN, Howard J.

1976 "Inflation, unemployment and monopoly capital" in Monthly Review, Março, 1976.

SRAFFA, Piero

1975 Écrits d'économie politique, Paris, Economica.

1977 Produção de mercadorias por meio de mercadorias, Rio de Janeiro, Zahar Editores (edição original 1960).

SWEEZY, Paul

1974 Economia burguesa y economia socialista, Cuaderno Pasado y Presente, nº49, Siglo XXI Argentina Editores SA.

1976 A teoria do desenvolvimento capitalista, Rio de Janeiro, Zahar Editores, (edição original 1942).

1980 "Post-revolutionary society" in Monthly Review, nº 6, Novembro, 1980.

TSURU, Shigeto

1979 Aonde vai o capitalismo?, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

VARGA, E.

1976 La crise économique, social et politique, Paris, Editions Sociales, (edição original 1928).

WILLIAMS, Eric

1966 Capitalism and Slavery, New York, Capricorn Books.